

ATA 245ª PLENÁRIA ORDINÁRIA

1
2 Aos dezenove de julho de dois mil e dezenove, às nove horas, na Plenária da Casa de
3 Direitos Humanos, realizou-se a ducentésima quadragésima quinta Plenária Ordinária
4 do CEAS, coordenado pelo Presidente Rodrigo Silveira e Souza, Vice-Presidente
5 Janaína Reis do Nascimento, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros
6 Titulares:, Damião Braz (Nome Social - Irajá) - Articulação dos Povos e Organizações
7 Indígenas, - Isac dos Santos Lopes - Federação das Comunidades Quilombolas de
8 Minas Gerais, João Alves Crisóstomo - CMAS de Pirapora, Arlete Alves de Almeida - O
9 Movimento Graal do Brasil, Elerson da Silva - Cáritas Brasileiras, Ivone Pereira Costa
10 Silva - Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas
11 Gerais - COGEMAS, Rosália Aparecida Martins Diniz - SEE, Cristiano de Andrade -
12 Sedese, Luanda do Carmo Queiroga - Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS,
13 Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas - CMAS de Leopoldina, Rodrigo Silveira e
14 Souza-Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, Soyla Rachel dos Santos Pereira
15 - CMAS de Paracatu, os seguintes Conselheiros Suplentes: Ariadna de Almeida Silva -
16 Federação das Associações sem Fins Econômicos de MG - FASEMIG, Cecília de Araujo
17 Carvalho - Associação Quilombola Porto Pontal, César Augusto Calinçani Pereira,
18 Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Helder Augusto
19 Diniz Silva - CMAS de Pedro Leopoldo, Márcio José Ferreira - Associação dos
20 Deficientes Físicos de Betim - ADEFIB, Marleide Marques Castro - Conselho Regional
21 de Psicologia - CRP - 4ª Região, Marta Maria Castro Vieira da Silva - Secretaria de
22 Estado de Trabalho e Assistência Social - SEDESE, Sandra de Fátima Veloso Costa -
23 CMAS de Montes Claros, Antônio Hugo Bento -CMAS Juiz de Fora, Patrícia Carvalho
24 Gomes - CMAS Nova Lima, Geraldo Amarildo da Silva - SEF, Aloísio Soares de Lima
25 Júnior - Cogemas, Francielly Ferreira Caetano - Fórum Municipal dos Trabalhadores
26 do SUAS de BH e os membros da Secretaria Executiva: Adelmira Gomes Cerqueira,
27 Angelo Santos Machado, Consolação Cifani da Conceição, Eliane Maria Alves Bissoli,
28 Maria de Paula Ribeiro, Maria Regina Varela Caldeira, Rosalice Tassar de Almeida e
29 Vera Lúcia Rodrigues. Participaram desta plenária como convidados, José Ribeiro
30 Gomes - Gabinete Deputado André Quintão, Gislane Andrade Soares - Sedese, Ana
31 Cláudia Botelho - Sedese/Subas, Gabriele S. Silva - Sedese, Joana Rebelo Horta -
32 Sedese, Maria de Fátima Alves - BH, Elder Carlos Gabrich - Sedese. **Rodrigo:** Bem
33 vindo a todos, sejam bem vindas, bem vindos conselheiros pra mais esse dia de
34 trabalho muito feliz, muito honrado, gostaria de, de, registrar o retorno da conselheira
35 Cecília, né, seja bem vinda Cecília novamente eu estava até te procurando na mesa,
36 você acredita, eu tava cadê Cecília, (é) seja bem vinda, muito feliz de ver você aqui
37 conosco novamente, conselheira dedicada (né), guerreira (tá), então seja muito bem
38 vinda novamente tá, bem, (é) gostaria de registrar a presença do assessor do
39 deputado André Quintão, (é) José Ribeiro, seja bem vindo meu amigo, gostaria de
40 registrar a presença também da Superintendente de Proteção Básica Ana Botelho,
41 seja bem vinda ao CEAS, esse trabalho, nosso dia de trabalho muito obrigado pela
42 presença, bem eu gostaria de (eu vou dar posse daqui a pouco, eu vou só comunicar),
43 (é) então 245ª reunião vai compor de abertura, apresentação da ata da 233ª plenária
44 ordinária, justificativa de ausência, apreciação da pauta, informes, (é) pontos para
45 deliberação, para apresentação e deliberação, conferência, metodologia, resolução,
46 diária que a gente pediu para incluir, almoço, apresentação dos relatórios da comissão
47 temática, processo de eleição CEAS e encerramento, a gente tem um pedido de

48 inclusão de pauta também é de um processo distribuição de processo de barragem
49 para licença de instalação do PAS Barragem Cambuí, tá, e na ocasião eu falo e eu
50 então tô pedindo para incluir. De acordo conselheiros? Ok. Justificativa de ausência,
51 Eleniudes, (é) Feneis, motivo de férias, Sara de Souza da SES, Secretaria de Estado
52 da Saúde, né, férias, Wilson Salles da Fazenda, trabalho, Noelle Lana, SEAPA,
53 trabalho, Maria Juanita, (é) férias, Márcio Caldeira, férias, João Victor Seplag, em
54 função do trabalho e Fabrícia Ferraz, Seapa, trabalho. Justificados. Gostaria também
55 de registrar a posse, (né) já foi dada a posse registrar (é) a presença e apresentar à
56 vocês, o Antônio Hugo Bento ele representa o CMAS de Juiz de Fora, nosso novo
57 conselheiro, seja bem vindo Antônio Hugo, se apresente aí por favor. **(Antônio):** É,
58 bom dia a todos é, sou representante do Conselho Municipal de Assistência Social
59 (pela) pelo Coreas - Vila lá do Costa, fui eleito no dia 21 de março, último presidente
60 desse conselho, estou aqui para poder dar e aprender com vocês informações para
61 levar lá para o nosso município. **Rodrigo:** E também o Geraldo Amarildo da Silva -
62 Fazenda. **(Geraldo):** Bom dia a todos, meu nome é Geraldo Amarildo (é) eu estou
63 sendo empossado na condição de suplente do Wilson que está ausente hoje a
64 trabalho, eu sou assessor da subsecretaria da receita estadual, presidente da
65 comissão de ética da secretaria de fazenda de minas gerais e estou aqui para somar
66 com vocês, acho que a gente vai fazer um trabalho legal, primeiro momento a gente
67 fica um pouco deslocado né até por desconhecer a forma de trabalho de vocês, eu sou
68 bacharel de Direito e estamos a disposição lá na Secretaria de Fazenda também, um
69 abraço. Rodrigo: Conselheiros (é) apenas para informe (né) da organização do CEAS
70 toda vez que a gente for pronunciar é via microfone tá, (é) e sempre falando o nome
71 e a representação porque as atas elas são degravadas, elas são gravadas e depois (é)
72 transcritas, né, então pra facilitar inclusive a identificação, eu Rodrigo, presidente
73 acabo esquecendo de fazer isso mas, eu pego o microfone toda hora também, mas eu
74 tenho que aprender a fazer isso, depois de tantos anos no CEAS acho que vou
75 aprender tá, mas a gente tenta não esquecer. Ah sim, o conselheiro Helder está me
76 lembrando também a gente tentar falar antes fora do microfone depois repetir no
77 microfone, porque nós temos o nosso conselheiro Márcio que é deficiente visual, (né)
78 para facilitar a identificação dele na mesa para ele ver aonde está falando e uma
79 caixinha de R\$100,00. Ótimo. Então vamos lá. Então o primeiro ponto de pauta são os
80 informes, tem algum informe, bem eu tenho um informe (vá fazendo a inscrição pra
81 mim Consolação de quem tem, Cogemas). **Rodrigo:** Presidente - CRESS - É, eu tive
82 na reunião trimestral em Brasília (né) com os presidentes de CEAS para que os
83 conselheiros novos, essa reunião ela como diz ela é trimestral, o CNAS que custeia,
84 (é) para que a gente vá ao encontro da presidência do CNAS e alinhar as pautas de
85 Estado, (né) alinhar e deliberar algumas questões pra que sejam colocadas em
86 Plenária. É, nessa reunião nós contamos com a presença da ex-ministra Márcia Lopes,
87 e diversas outras representações, foi meu primeiro contato enquanto presidente com
88 a nova presidente do CNAS, que assumiu recentemente, que houve uma troca uma
89 alternância entre a própria sociedade civil, que antes era uma entidade, e agora
90 passou a ser uma usuária (né) a Dolora Gonzales, eu já conhecia como conselheira
91 mas quanto presidente do CNAS foi o primeiro momento. É, foi um momento muito
92 proveitoso, aonde os estados então trouxeram primeiro o questionamento da
93 conferência livre e cobraram do CNAS a incorporação da agenda (é) das deliberações,
94 dos encaminhamentos que os estados e municípios vão fazer, estão fazendo, (é) que

95 se o CNAS se manifestaria e se assumiria isso como uma agenda pública como (é)
96 sendo dele, deliberação dele. Isso foi cobrado muito, o CNAS tem caminhado nessa
97 direção, né, é o Fonseas que o Fórum Nacional do CEAS também cobrado isso, porque
98 tem Fonaseas, Fonseas, tem muitos, Congemas, Cogemas é muito, né, é muito até
99 pra gente, (é) mas o Fórum do Ceas né, (é) tem cobrado isso, manifestado também
100 disso, pressionado o Conselho Nacional nesse sentido, e a Sociedade Civil já sinalizou
101 que sim mas o Conselho é paritário, então está sendo construído mas (é) vamos ver o
102 desdobramento, né, também na oportunidade, tive, (é) questionei a questão dos
103 recursos do ACESSUAS do trabalho pra quem não sabe tem alguns municípios que
104 tem saldo acumulado em conta e alguns municípios também fizeram novo termo de
105 aceite, hoje a gente deve pautar isso aqui nesse pleno o diretor de transferência de
106 renda vem, o diretor da Sedese vem, o Helder né, pra falar então a gente pode
107 perguntar melhor pra ele, mas são 111 municípios pelo que a gente viu ontem, que
108 tem ACESSUAS trabalho desses existem alguns acho que 18 que fizeram novo termo
109 de aceite e os outros não são elegíveis mas tem mais de 20 mil reais em conta. E aí
110 qual é a grande questão, o governo então muda a regra de lidar com as famílias
111 cadastradas obrigando a colocar no SISTEMA ACESSUAS e dando um prazo para os
112 municípios até dezembro pra poder justificar e mobilizar as pessoas no SISTEMA
113 ACESSUAS, antes não era obrigado a ter CaDúnico, as pessoas não eram obrigadas a
114 ter CaDúnico, só que pra inserir no SISACESSUAS é necessário encaminhar as famílias
115 vias prontuário eletrônico, para ser via prontuário eletrônico obrigatoriamente tem
116 que ter NIS para ter NIS tem que ter Cadúnico então engessou os municípios e criou
117 uma estrutura diferente do que já foi acordado lá nos termos de aceite anterior e isso
118 pode penalizar os municípios. Oi? É informe, é informe, tá, eu estou dando informe da
119 reunião, é, e aí então aí a gente discutiu muito isso a Diretora de Atenção Básica e a
120 Secretária Nacional estavam lá, é, e falaram da seguinte questão já desenvolvendo
121 uma ferramenta no sistema, aonde vai permitir cadastrar as pessoas como se fosse
122 cadastro provisório, assim como no sisc mas vai permitir cadastrar as pessoas sem o
123 NIS isso vai fazer com que os municípios pegar aqueles trabalhos que já foram feitos,
124 e que não tem como recuperar mais essas famílias, porque já empregaram, já estão
125 as vezes em outros municípios, mas o trabalho foi feito, né, para conseguir então essa
126 mobilização, então sinalizou uma coisa pelo menos positiva nesse sentido, então as
127 grandes temáticas desse dia foram a cobrança dessa Conferência Nacional a
128 cobranças também dessa questão do ACESSUAS e a outra questão também que foi
129 dita pelo CEAS de Minas, foi que lá trás a gente havia pedido a criação de um grupo
130 de trabalho, ou de alguma, ou de alguma (é) organização que discutisse dentro do
131 CNAS e com o Ministério da Cidadania e com a Secretaria Nacional a respeito da
132 calamidade emergência no SUAS, não é, muito em função dessa apresentação que a
133 gente realizou em função de Brumadinho e aí eu cobrei isso porque, inclusive muitas
134 vezes manifestando uma indignação, porque muitas vezes a gente sai do estado da
135 gente vai pro CNAS, leva as pautas e não tem retorno nem se quer se isso virou um
136 ofício lá dentro do CNAS, (né) então é preciso dar resposta pra gente, e aí eu falei
137 olha não justifica tal, vocês estão pagando tudo mas vamos incluir nessa passagem eu
138 não venho mais, (né) porque é preciso que pelo menos fala olha a gente mandou um
139 ofício, a gente não vai fazer, (né) e aí dizendo muito do que a gente externando
140 algumas preocupações, (né) de dizer para os trabalhadores do SUAS qual que é a
141 função dele e como que isso vai ser organizado dentro da calamidade e emergência,

142 criando normativas criando cadernos porque já tem a tipificação mas ela ainda a
143 tipificação ela é um documento precisa de avançar no debate, e aí cobrei novamente
144 essa criação porque não é só lama, não é, nós temos enchente, nós temos seca, nós
145 temos diversas outras formas de calamidade e emergência que assola não só Minas
146 mas todo o país, que precisam ser enfrentados, tem áreas que são alagadas, não é,
147 então a gente precisa de pensar isso de forma mais sistemática enfrentar isso
148 enquanto política Pública de Direito, então essas foram as 3 cobranças que a gente
149 fez, o outro informe que eu tinha que dar, (é) nós reunimos com o presidente da
150 Associação Mineira de Municípios a AMM, tá, eu não lembro o dia mas nós reunimos
151 com ele (é) Consolação e eu (né) para tratar da questão da Conferência (é) e pedir
152 apoio, em duas frentes basicamente aliás três frentes, nossa reunião foi tratada,
153 primeiro a incorporação da agenda do Piso Mineiro da assistência como agenda de
154 lutas da AMM, porque eles (é) fizeram uma série de movimentação junto aos prefeitos
155 na Cidade Administrativa, negociando saúde, educação, (né) muito em função do
156 recurso do IPVA, e outros recursos, a retomada desse repasse, e aí a gente disse e
157 melhor, melhor do que dizer a ele, ele é prefeito ele sabe como que isso impacta no
158 município dele o repasse do Piso Mineiro, né lembrando que é o único recurso que
159 além do recurso ordinário que pode pagar benefícios eventuais, então a gente
160 pontuou essas questões pra ele, e aí ele se comprometeu a colocar sim o Piso Mineiro
161 na agenda de luta da AMM né isso corrobora com a Janaína corrobora com a Beth pra
162 que elas possam então também ganhar mais peso na negociação orçamentária, na
163 disputa, a gente disse do passivo que tem, a gente disse do passivo que está gerando
164 em função de não ter a totalidade desse recurso sendo paga, do esforço que a
165 Secretaria está fazendo a esse respeito, então essa foi a primeira pauta, a outra pauta
166 com o Presidente da AMM foi a questão do apoio à Conferência, e ele se comprometeu
167 a buscar junto a parceiros algum tipo de patrocínio dizendo que a AMM não tem essa
168 prática e não patrocina diretamente, as vezes apoio com que eles já tem lá de
169 estrutura deles, mas para além disso ele se comprometeu pessoalmente de buscar
170 ajuda para esse patrocínio financeiro ou de material de alguma coisa pra nossa
171 Conferência a gente tem que retomar isso né Consolação ver como está lá, e por fim e
172 não menos importante a gente também (nós) pautamos com ele ainda a questão dos
173 trabalhadores e da sociedade civil (né) mas propriamente dito da liberação dos
174 trabalhadores para o espaço conferencial para os espaços do controle social então a
175 gente disse do controle social para ele, da importância de como isso protege o gestor,
176 de como que isso protege o SUAS (né) e então foi comprometido a gente vai
177 escrever um artigo nós, eu e ele vamos assinar esse artigo na revista institucional da
178 AMM, é chamando os prefeitos a fazer a Conferência, a liberar os trabalhadores, e
179 valorizar e liberar e garantir a participação da Sociedade Civil, né nesse processo
180 conferencial, e não só do processo conferencial do próprio controle social, então esse
181 é o primeiro ato político vai sair um artigo na revista institucional da AMM, o outro
182 que ele também colocou à disposição é um canal que eles tem eu não lembro a mídia
183 se é youtube, se é rádio é um programa que eles tem eu não sei mas é um programa
184 que eles tem ao vivo é e que discute acho que toda terça feira discute diversos temas
185 com os prefeitos, eles já estão acostumados a ouvir, e aí ele foi colocado à disposição
186 esse canal nós vamos lá pra falar ao vivo, responder perguntas, e falar da conferência
187 e falar também da importância da liberação desse trabalhador, como parte da
188 educação permanente para ele uma valorização do controle social e (da) do incentivo

189 a participação da sociedade civil tanto na Conferência quanto no Conselho, então
190 foram esses atos políticos que a gente fez enquanto CEAS pra buscar fortalecer a
191 Conferência. Acho que é isso, mas alguma coisa? Não? Então próximo, quem é,
192 Cogemas? **Ivone** – Cogemas: Bom dia a todos e a todas, Ivone Cogemas: É, nós
193 tivemos, o Cogemas né, teve agora no Rio de Janeiro, 15 e 16 (né) o vigésimo
194 primeiro encontro regional do Cogemas, na expedição de São Paulo e Rio, no Rio foi
195 uma participação muito boa, tivemos muitos gestores de Minas também participando,
196 e foi muito importante esta atividade porque ela incorpora uma ação do Cogemas
197 nacional, é que são 5 regiões, o Sudeste foi a última região a realizar esse encontro, e
198 nós vamos estar indo pra Belém do Pará no dia 7 a 9 de agosto com o Encontro
199 Nacional, e foi muito interessante a metodologia porque foi a Luciana Jacú que foi nos
200 5 Encontros, pra tá colocando essa questão da recisão fiscal aí do Governo, a falta de
201 orçamento pro SUAS, essas Emendas principalmente a Emenda Constitucional 95 e
202 mais as reformas, então é nós tivemos também o MDS e a presença do Conselho
203 Nacional que também participou e o que é muito interessante porque dentro (das) dos
204 painéis foi colocado a questão do BPC, quantos ainda não estão incluídos lá no
205 CadÚnico, Minas Gerais tá com 14,26% não inclusos ainda no CadÚnico, (primeiro)
206 primeira ação (né) da Previdência é agora era dia 30 de junho dos que não tiveram a
207 sua inclusão a suspensão, então assim é muito complicado para nós que ainda temos
208 14,26%, mas é o estado que aumentou mais a inclusão 85,74% já estão incluídos no
209 BPC e um ponto muito importante para nós também foi colocado sob o bolsa família,
210 (né) que também (é) ele colocou dados né 90% é a mulher que é a responsável
211 familiar no bolsa família, 71% não possui ensino fundamental incompleto, então assim
212 o quanto que é da importância do CadÚnico da gente pensar na estrutura assim de
213 Políticas Pública. E, então convidar a todos ainda que tá em aberto as inscrição pro
214 Encontro Nacional que também vai ser um momento importantíssimo pra o SUAS e foi
215 falado muito forte lá também a Conferência Livre né, que vai ser no final de
216 novembro, são 2 pontos que a gente está assim apostando muito nessa articulação do
217 desmonte aí do SUAS e o Cogemas como sempre (né) participou na quarta-feira,
218 junto com a frente em Defesa do SUAS através do nosso presidente, outros gestores
219 também do Cogemas que estava presente com a mobilização pra efetivação das
220 Conferências Municipais da Assistência Social nesse processo de retirada de direito aí
221 o Cogemas está participando assiduamente, mais ou menos é isso. Rodrigo: Marleide
222 e a gente encerra as inscrições s informes, tá, Dona Arlete vai ser agora. Bom dia,
223 **Arlete** Movimento do GRAAL no Brasil: e é sempre uma alegria a gente se encontrar
224 todo mês e partilhar as nossas vivências, eu quero registrar aqui (é) sobre o
225 lançamento das marcha das margaridas, que foi dia 11 (né) e nós estivemos na
226 Assembléia Legislativa onde participamos da mesa de lançamento e é muito
227 importante que todo mundo (né) tenha conhecimento, que participe, que divulgue
228 porque é a marcha das mulheres, né, são as mulheres do campo e da cidade lutando
229 pela soberania, pela alimentação, pela água, pelos campos, pelas pessoas, as
230 mulheres fazem política para todos e todas, e nós estivemos, onde tivemos
231 representações de todas as regiões de Minas Gerais não do Brasil todo porque é difícil
232 todo mundo sabe que a questão econômica afeta, né, principalmente as mulheres,
233 mas foi um momento de muita alegria, apesar de ser um dia depois de uma perda
234 terrível dos direitos do povo brasileiro, mas estivemos lá e estaremos em Brasília, nos
235 dias 13 e 14 a marcha das mulheres, o nosso objetivo é de 100.000 mulheres na rua

236 não sabemos se vamos conseguir mas foi lançada a campanha. Obrigada. **Rodrigo:**
237 Irajá. **Irajá: Raicoã,** Irajá, bom dia a todos né, eu falei que hoje nós estamos em
238 ganho porque na língua indígena a gente estão meio preocupado e muito apreensivo,
239 então o informe quer dizer é da comunidade indígena Pataxó, que a visita técnica que
240 nós fizemos juntamente com a gestão do município de Joaquim de Bicas, a Sedese
241 também a Secretaria de Direitos Humanos que foi dia 25 do mês passado, aqui do
242 Conselho foi eu e o Márcio, Márcio Caldeira que acho que não está presente hoje,
243 está de férias, então tivemos reuniões com o município e a comunidade, aonde os
244 povos indígenas relatou em diversas dificuldades que está passando inclusive situação
245 de violação sendo relativo a sócio-educação, saúde, a renda, até mesmo a
246 alimentação, e também foi informado pelos próprios indígenas também que o valor
247 inicial acordado com a Vale, em virtude do impacto sofrido no rompimento de
248 barragem do córrego do feijão não está sendo repassado né, não está sendo
249 repassado isso foi falado lá também por eles, e também devidamente antes dito a
250 todos moradores da comunidade, o quer dizer, o que eles relatou aqui pra gente na
251 plenária passada eles relataram também lá pra gente com a gestão e a Sedese,
252 então a partir daí nós tivemos a reunião com a comunidade onde foi tomada algumas
253 iniciativas de providências né, conforme a denúncia que foi feita aqui no CEAS, e foi
254 elaborado um plano de ação com o poder público municipal, estadual em relação a
255 todos esses fatos que eles relataram, e aí a Sedese ficou pra fazer uma Nota Técnica
256 e apresentar à gestão. Dentre essas informações (é) o município está tendo
257 dificuldades com a comunidade inclusive sem saber o que fazer porque pra eles é
258 novo o fato de ter uma comunidade indígena no município, sem saber ainda da
259 legislação indígena o que promove os direitos (né) da comunidade alí presente e
260 então teve diversas dificuldade inclusive a capacitação dos próprios coordenadores
261 dos profissionais da área eles relataram isso pra gente aonde também foi proposto até
262 mesmo, que seria feito uma capacitação, que era pra ser feito uma capacitação
263 inclusive as pessoas responsáveis como Funai, Sesai que é a Secretaria Especial de
264 saúde indígenas e outros órgãos competente que se diz aos direitos aos povos
265 indígenas. Essa Nota Técnica da Secretaria Estadual da Assistência Social, Sedese,
266 (é)foi proposto algumas ações dos princípios após as reuniões e as discussões que alí
267 tivemos. Eu vou ler a Nota Técnica. Entendí. Tudo bem. Tudo bem. Então a Comissão
268 de Apoio provavelmente logo mais vai ler, eu vou fazer os informes, que a gente
269 tivemos, e em relação a comunidade nós tivemos a comunidade bem apreensiva
270 realmente e preocupada com a situação deles porque segundo informação que eles
271 passaram pra gente quando adoecia um indígena ele não sabia onde procurar, ia pra
272 Joaquim de Bicas e Joaquim de Bicas falou que não eram dever dele (né), ia pra Mário
273 Campos também dizia que não era dever deles, então quer fazer ficava nesse ping
274 pong e a gente teve que tomar algumas decisões para que fosse feito o atendimento
275 aos povos indígenas, é mais assim futuramente vocês vão ler o que a gente propôs,
276 na Nota Técnica que foi feito quais são as propostas, mas assim foi uma visita
277 bastante boa, o município compreendeu que realmente tem que ter espaço pra as
278 políticas públicas para os povos indígenas alí presentes, por mais que antes não
279 existia mas hoje existe, é um direito deles, (é) pra fazer cumprir um atendimento aos
280 povos indígenas alí presentes que são 2, são pataxó há há há e pataxó, e que a
281 gente possa estar acompanhando o companheiro Márcio comprometemos monitorar
282 (esses) essas políticas que foram colocados a proposta acompanhar como é que está

283 sendo feito com a SES e o Sérgio vai estar monitorando (né) esse Nota Técnica que
284 foi feita a proposta e o município deixei também a disposição para que entrasse em
285 contato com a Funai pra que tivesse orientações lá de direitos indígenas para os povos
286 indígenas. Então essa foi mais ou menos um resumo que tivemos e mais tarde nosso
287 coordenador de apoio vai estar informando melhor o que foi proposto. E parece que
288 no dia 7 teve incêndio na comunidade teve incêndio na comunidade aonde a liderança
289 preocupada não sabe informar se esse incêndio foi criminoso ou não, e até então a
290 gente não sabemos informações desse incêndio. Tava proposto pra mim participar de
291 uma reunião no dia 9 por eventualidade eu não pude participar por diversos outros
292 problemas e pra colher mais informações desse incêndio que houve na comunidade e
293 até então pelo menos eu não tenho (é) informações, o que ocorreu, porque ocorreu, e
294 qual situação hoje está a comunidade lá. Porque nem contato eu consegui entrar em
295 contato com ele eu não consegui obter informações desse incêndio. E assim, espero
296 que alguns de vocês aqui tenha informações pra passar pra gente. **Rodrigo:**
297 Obrigado, Irajá, (é) Marleide, Sandra Cristiano. Na sequência, Marleide Sandra e
298 Cristiano. **Marleide:** CRP: Bom dia a todas e todos eu tive de 13 e 14 de julho na
299 reunião do FNTSUAS em Brasília reunião do Fórum Nacional dos Trabalhadores do
300 SUAS e a gente lá a pauta principal era a Conferência Nacional Livre e Democrática
301 onde o Fórum de Trabalhadores é reafirmou seu compromisso de apoiar a Conferência
302 e ajudar na organização e realização da Conferência, é estavam entre a gente temos
303 trabalhadoras representantes, conselheiras do CNAS e representantes dos FET dos
304 diversos estados, estava nessa reunião tanto representante do Fet Minas (né) e a
305 gente tirou comissões, grupos de estudos e comissões de organizações dessa
306 conferência da Conferência Nacional Livre e aí a gente também reafirmou né da
307 necessidade da Conferência de defender, da Defesa do SUAS, da Defesa do Controle
308 Social, da participação (é) popular, (né) da participação tanto de usuários quanto de
309 trabalhadores, sociedade civil no controle social. É, além dessa pauta importante que
310 tomou grande parte da reunião a gente também (é) discutiu e organizou uma reunião
311 ampliada (né) que é um encontro, uma reunião ampliada do Fórum de Trabalhadores
312 que vai ser em agosto em Santa Catarina (é Santa Catarina) é Florianópolis, né, agora
313 em agosto e também (com) trazendo para essa discussão essa importante temática
314 da Defesa do SUAS da resistência, da necessidade da gente defender, resistir ou ir
315 nos ataques que estamos todos sofrendo principalmente na questão do controle
316 social. **Sandra:** Bom dia a todos, Sandra CMAS Montes Claros, é apesar de já ter
317 socializado com vocês no grupo dos conselheiros, eu gostaria de registrar que no
318 último dia 15 agora de julho, nós realizamos encontro regional (é) em parceria lá
319 com Amans, Sismans, é, eu pelo Conselho Estadual, e foi coordenado pela Sedese
320 regional, é, onde nós fizemos, trouxemos né, fizemos o convite aos municípios, e aí
321 foi bacana, porque a Amans e o Sismans tem um articulação muito próximas dos
322 municípios, e eles ajudaram também na mobilização (é) mesmo com o envio da
323 correspondência da Sedese Regional, mas se a gente não faz essa mobilização por
324 telefone, acaba que o pessoal tenha uma pouca participação. E fizemos e foi
325 significativo tiveram presentes vários municípios justamente pra gente fazer uma
326 discussão sobre a questão da Conferência, as Conferências Municipais, e a
327 Conferência Regional tentando e dando mobilizar e incentivar o pessoal a realizar as
328 conferências, e também fornecer os subsídios para que possam coordenar e fazer as
329 conferências lá no município. É, foram convidadas duas regionais, (né) a de Montes

330 Claros e a regional de Salinas porque vão realizar a conferência regional juntas, e eu
331 gostaria de destacar que foi muito bacana isso daí, porque essa parceria além de ter
332 tido o encontro, é nós também conseguimos organizar algumas questões mais da
333 logística da Conferência Regional. Estamos tendo uma dificuldade muito séria com
334 relação ao local, porque o local pra caber 500, 550 pessoas, é, e tinha um espaço lá e
335 que só conseguia se fosse pagando e aí a Amans entrou no circuito e conseguiu
336 liberar-se (né) conseguiu que o espaço fosse sedido para a realização da Conferência
337 sem custo. Então assim só pra registrar a parceria desses atores todos que trabalham
338 na região pra poder juntar forças para que a gente conseguisse realizar o trabalho.
339 Obrigada. **Rodrigo** – CRESS: O Sandra, (a gente) eu não falei disso (né) porque a
340 gente recebeu a moção e então está como correspondência recebida pra ler aqui, mas
341 já que tá no assunto, cê tem ela aí, mas eu tenho ela aqui então eu vou ler aqui.
342 Peraí. **Sandra**: Rodrigo, só então, só pra situar, então nesse encontro que nós
343 fizemos, todas as pessoas que lá estavam né, (é) nós convidamos 2 de cada
344 município, um da gestão e um do conselho de preferência da sociedade civil, para
345 garantir a questão da paridade, (é) então todos que estavam lá externaram a
346 preocupação significativa com relação a questão das despesas da Conferência, e a
347 partir daí então foi sugerido fazer uma moção, encaminhamos né a Sedese Regional
348 ficou de encaminhar a Sedese aqui de BH, e eu encaminhei para o CEAS pro Rodrigo,
349 pra Consolação, e aí o Rodrigo poderia ler. **Rodrigo**: Vou ler. Nós participantes do
350 Encontro Preparatório para Conferências Municipais e Regionais promovido pela
351 Sedese, Diretoria Regional de Montes Claros, em parceria com o Conselho Estadual de
352 Assistência Social CEAS, Associação dos Mineiros da área mineira da Sudese, Amans,
353 e Consórcio Intermunicipal Multifin como é?, Multifin porque está pequenininho,
354 da área mineira da Sudene, Simans, realizado no dia 15 de julho de 2019 na cidade
355 de Montes Claros no auditório da Amans, vimos por meio desse reivindicar que o
356 estado de MG arque com as despesas com transporte, hospedagem e lanche para a
357 sociedade civil participar das Conferências Regional e Estadual, tal solicitação é
358 relevante haja vista os atrasos no pagamentos do cofinanciamento Estadual e Federal
359 para a política da Assistência Social municipal. A lista de presença segue em anexo.
360 Essa foi a moção. Depois se for o caso na hora que a gente for discutir a Conferência
361 a gente pauta a questão e se for o caso, eu resgato. Cristiano. **Cristiano**: Bom dia a
362 todos e a todas, é rapidinho, é só pra reforçar isso que o Irajá já deu do informe sobre
363 a visita que houve lá na comunidade Pataxó há há há lá em São Joaquim de Bicas, é
364 reforçar que isso foi feito então em conjunto do CEAS e Sedese, a Diretoria de Média
365 Complexidade, lá da Superintendência de Proteção Especial e aí toda descrição do
366 relato vai ser dado então na comissão, mas é só dizer que uma das coisas que foram
367 pactuadas lá, com a gestão do município e com a comunidade, porque foram 2
368 momentos, o primeiro momento foi com a gestão do município, né, com os técnicos
369 do CRAS, do CRESS, Coordenação (é) e representantes da saúde, do Conselho
370 Municipal de Assistência de São Joaquim, e depois da visita lá na comunidade, o que
371 ficou pactuado, uma das coisas que ficou pactuada, foi a realização de uma oficina
372 por parte da Sedese, é para a equipe do CREAS do município de São Joaquim de
373 Bicas, é só para informar que essa oficina já aconteceu, foi no dia 09 de julho, dois
374 analistas da Diretoria de Média Complexidade lá da Superintendência, estiveram lá em
375 São Joaquim de Bicas, e fizeram uma oficina com os técnicos do CREAS falando um
376 pouco sobre a questão das comunidades tradicionais, dos povos, da comunidade

377 indígena de todo atendimento e acompanhamento sócio assistencial para esse público
378 então isso foi realizado no dia 09 de julho e aí o detalhamento também vai ser dado
379 no relato que o Irajá vai ser na comissão. Mas aí foi feito um plano de ação e isto tudo
380 tá, a gente está acompanhando. **Rodrigo:** Obrigado Cristiano, lembrando também
381 gente a Consolação estava me lembro aqui e a conselheira Patrícia também me
382 lembrou, nós estávamos presente também no evento da Frente Mineira em Defesa do
383 SUAS falando da Conferência, como está sendo organizado, participantes, essas
384 questões, foi um momento bacana tirou esse grupo de trabalho (né) para poder
385 pensar, mobilização e financiamento para a Conferência Livre e Democrática, tiveram
386 bastantes municípios, a Urcmas teve presente (né) os municípios da Urcmas
387 metropolitana, então foi um momento bacana que a gente pôde discutir, a presidente
388 a Dolora Gonzales do Conselho Nacional também estava aqui, então ficou a mesa
389 ficou, ficou bem, bem legal, porque Conselho Municipal representado pelo Presidente
390 Sávio, por mim Presidente do CEAS, Presidente do Conselho Nacional, e a ex-
391 subsecretária Simone Albuquerque que foi falar um pouco da participação social como
392 convidada. Foi bem, bem proveitoso também. Consolação por favor, a
393 correspondência recebida. **Consolação:** Bom dia a todos e todas, (é) ofício (né) que
394 veio da Assembléia Legislativa, do Deputado Estadual André Quintão, líder do Bloco
395 Democracia e Luta, ele encaminhou (né) ao Rodrigo, chegou agora em mãos, é, com
396 o seguinte texto: Com os mais cordiais cumprimentos venho por meio desse informar
397 a instalação da Frente Parlamentar em Defesa do Sistema Único da Assistência Social,
398 SUAS, ao instituir a frente em sua 19ª legislatura, a Assembléia Legislativa do Estado
399 de Minas Gerais tem por objetivo contribuir e acionar esforços na defesa de proteção
400 social e dos direitos sócio assistenciais conquistados na Constituição Federal de 1988
401 e na Lei Orgânica da Assistência Social lei 8742 (né) e foi alterada pela lei 2435 de
402 2011. A frente parlamentar, em Defesa do Sistema I da Assistência Social SUAS é
403 uma iniciativa supra partidária que conta com a adesão de 50 parlamentares, certos
404 de contar com vosso apoio agradeço pela atenção e colaboração colocando-me à
405 disposição. André Quintão-Deputado Estadual do PT de MG, líder do Bloco Democracia
406 e Luta. **Rodrigo:** Chegou hoje, José Ribeiro você quer falar alguma coisa, a respeito?
407 **José Ribeiro:** Bom dia a todas conselheiras e conselheiros, meu nome é José Ribeiro,
408 estou aqui representando o mandato do Deputado André Quintão, pela assessoria
409 dele, Presidente e Vice-Presidente, bom dia, Consolação secretária executiva muito
410 competente, (é) a frente, e nós instalamos a frente e estamos coordenando a frente,
411 e eu venho aqui hoje colocar à disposição os trabalhos da frente para esse Conselho,
412 principalmente nos processos conferenciais, o mandato já está à disposição também,
413 né, no que for de competência do mandato estamos abertos pra fazer discussão, pra
414 conversar, pra ajudar, pra contribuir nos processos conferencias tanto municipal,
415 quanto estadual, regional, né e a conferência livre que já foi muito bem colocada pelo
416 presidente do CEAS, Rodrigo, e nós estivemos também na reunião da Frente Mineira
417 (né) junto com outros mandatos, que estavam lá também, mandato Federal e outros
418 mandatos estaduais pra fazer de que fato essa conferência se realize (né) e seja a
419 conferência mais bonita da história do SUAS porque nós temos uma história pra
420 contar, e nós não podemos deixar que essa questão dos desmontes venha atacar e
421 desconstruir aquilo que já foi construído por isso o título somos nós e vamos mostrar
422 nossa história ali que é um dos lemas aí da nossa Conferência Estadual, né. Eu
423 gostaria de aproveitando o momento e só de dar um informe para o conselheiro Irajá

424 que além da frente de instituir a frente do SUAS na Assembléia Legislativa nós
425 também instituimos no "abrir indígena" na reunião do "abrir indígena" a frente
426 parlamentar em defesa dos direitos dos povos indígenas (é) quilombolas e demais
427 comunidades tradicionais no estado de Minas Gérias. Essa frente contou com adesão
428 também de 29 parlamentares, tá, ela é uma frente superpartidária e nós já estamos
429 trabalhando em todas as questões indígenas no estado de Minas Gerais, a frente
430 coordenada pelo gabinete do André, pelo gabinete da Ana Paula Siqueira, pelo
431 gabinete da deputada Leninha, e pelo gabinete da deputada Andréa de Jesus do PSOL,
432 esses quatro gabinetes que coordenam a Frente Parlamentar dos Indígenas, então a
433 questão lá de São Joaquim de Bicas, nós já estamos conversando sobre ela nós temos
434 um entendimento que aquele incêndio lá em conversa com a Funai, com a Sesai com
435 o próprio Ministério Público Federal e a Polícia Federal nós temos o entendimento de
436 que ele está caminhando para ser criminoso, porque ele foi feito dentro das terras
437 indígenas lá, mas essa discussão nós já estamos fazendo lá, né, então outro detalhe
438 com relação aos povos indígenas de lá, a CPI de Brumadinho o deputado André é o
439 relator da CPI, isso já está sendo discutido também dentro da comissão parlamentar
440 de inquérito lá instalada, né, a questão do incêndio, a questão dos atentados, a
441 questão dos reparos que você trouxe aí, né, já estão sendo ouvidas pessoas da vale,
442 então tem todo um processo que está sendo construído, ou seja, (é) estamos também
443 de olho lá e estamos muito atentos as ações que (lá) estão acontecendo lá
444 principalmente com os povos indígenas aí, foram feitos vários vídeos, a gente tá
445 fazendo análise desses vídeos do incêndio pra ver se a gente consegue alguma prova
446 de fato, há relato que as pessoas lá estavam armadas né, então a gente tá fazendo
447 toda essa configuração com essas outras entidades instituições pra gente de fato
448 entender o que de fato aconteceu lá, mas a princípio a gente compreende que por ser
449 dentro da terra que estão ocupadas pelos povos pataxó lá pelo povo pataxó (né) a
450 gente compreende que já foi uma ameaça ou então um aviso, olha nós estamos aqui
451 vocês tem que se virar aí. Então é isso agradeço pela oportunidade, pela fala, e coloco
452 o mandato mais uma vez a disposição. Obrigado Conselheiros e Conselheiras,
453 Presidente e Vice-presidente. **Irajá:** Rodrigo, só complementar, posso? Eu assim, eu
454 tive algumas informações por parentes, quando parentes a gente falamos que
455 próximos é indígenas, informações que um dia anterior ao incêndio são relatos que
456 eles contam que os índios a proteção, que lá é uma mata de proteção ambiental,
457 então os índios queriam proteger aquele (o) território como fosse uma área de mata
458 permanente (né) para proteção, porque é uma área bastante bonita, tinham pessoas
459 tirando madeiras, os índios visitaram essas pessoas falaram que não poderiam ali tirar
460 madeira essas pessoas estariam armadas, e ameaçou retornar à noite, então os índios
461 acham que ao retornar à noite o incêndio aconteceu de madrugada, então isso que a
462 tendência que há que essas pessoas voltaram e tocaram fogo lá na reserva, então por
463 isso que a gente não pode afirmar se é criminoso ou não, mas houve esse encontro
464 anterior. **Rodrigo:** Obrigado Irajá, José Ribeiro obrigado. É, eu penso depois
465 Consolação, que a gente podia pegar, são 50 deputados, (né) mandar convite para
466 que todos participem mandem pra sua assessoria também pro pleno do CEAS
467 divulgando o calendário de reuniões, se for preciso pegue a lista dos deputados, (né)
468 então é isso, (é) gente como a gente estava tendo problemas de degravação de atas,
469 (né) algumas atas ficaram pendentes e aí a gente tem que votar eu acabei passando
470 porque teve algumas reuniões que não teve, a gente tem que votar a questão da

471 apreciação da ata da 233ª plenária ordinária, vocês receberam por email, Elerson.
472 **Elerson** da Cáritas: Representando a entidade só pra, porque você vai mudar de
473 assunto, e foi feito a pergunta aqui sobre o incêndio que aconteceu à comunidade
474 indígenas em Brumadinho, né então a gente tem uma equipe que está trabalhando
475 lá, então eles a informação que eu tenho é que por exemplo que a parte do incêndio
476 está controlada mas os estragos ainda não foram solucionados. Então existe uma
477 solicitação grande de uma construção de uma escola, é, dos problemas que as
478 comunidades indígenas estão tendo lá, se diz muitas vezes até com os órgão de
479 garantia de direito, porque foi aquela colocação que eles fizeram aqui da outra vez, no
480 sentido que as crianças não estão conseguindo ir à escola lá, porque é uma distância
481 muito grande o ônibus não chega, e o Conselho Tutelar tem notificado as famílias lá,
482 né, no sentido do descumprimento então essa é uma das coisa que a gente está
483 trabalhando, a angorrô (né) que é uma liderança lá inclusive uma articulação que a
484 gente fez tá em Genebra essa semana para fazer essa denúncia na ONU, e tal.
485 **Rodrigo**: Tá, é só pra coisa gente, ainda informe não virou ponto de pauta, então a
486 gente pode voltar nesse assunto mais detalhadamente que (na) pode ser falada pela
487 comissão. Tá. Obrigado Elerson. Então conselheiros (vocês) nós recebemos a ata por
488 email, né há algum questionamento com relação a ata? Não, conselheiros então ata
489 aprovada? Quem é contrário? Ok. Abstenção? Senhor Hugo é Senhor Hugo e Senhor
490 Geraldo, Conselheiro Hugo e Conselheiro Geraldo. Ok, abstenções. Ata aprovada. É,
491 Conferência, metodologia e resolução. **Consolação**: É, rapidamente (né) eu vou fazer
492 um relato, (da) foram 2 reuniões que ocorreram (é) da Comissão Organizadora da
493 Conferência, uma no dia 17 na parte da manhã de 09:00 às 12:00 horas e outra
494 ocorreu no dia 18 de 08:00 às 11:00 horas. É, iniciamos a reunião do dia 17 falando
495 um pouco sobre a metodologia da Conferência, então colocou-se (né) o objetivo das
496 Conferências Regionais que é o que consta inclusive na resolução que a gente já
497 aprovou aqui pelo conselho, passamos uma programação detalhada (né) e a
498 necessidade inclusive de reforço, por exemplo credenciamento, receptivo de pessoas
499 que possam ajudar, (né), nas conferências regionais, a Secretaria Executiva, e a
500 regional da Sedese, falamos também dessa questão de ter uma sala lá de soluções, a
501 abertura foi tratada por uma composição do CEAS/Sedese, e num representante do
502 município sede, que seja uma abertura (é) rápida que não seja uma abertura (né) tão
503 política, (que a gente) política no sentido (né) de convidar todos os presentes que
504 estiverem lá que foram acompanhar pra compor uma mesa e ter uma fala, então que
505 a fala seja resumida no CEAS na Sedese e nesse representante do município porque a
506 gente tem só um dia (é) de conferência regional, foi colocado a questão da leitura e
507 deliberação do regimento, (nosso) o regimento interno propôs para conferência
508 regionais como já foi tratado aqui ele já está em consulta pública, nós já divulgamos
509 isso também vamos fazer até um reforço da divulgação e nas conferências regionais
510 haverá uma apresentação do regimento a leitura dele com um compilado dessa
511 consulta pública, então vai ter (né) a mesa que já tava posta junto com uma mesa de
512 apoio. Na mesa temática a gente vai ter a prestação de contas, né (do que é) das
513 conferências regionais passadas, pra essas deliberações, como estão as organizações
514 dos Fóruns, Urcmas e vamos abordar o tema, aí o CEAS faz a prestação de contas das
515 deliberações das conferências regionais apresenta o tema (né), ainda vão ser
516 escolhidos ainda os conselheiros, (né) dividir toda a equipe, a Sedese vai contribuir
517 com os dados regionais, e vai também complementar né, nesse tema da conferência

518 vai ser dividido em CEAS/Sedese e depois teremos o debate. É, pensou-se, e aí na
519 questão metodologia como a gente entraria, como foi deliberado na última plenárias
520 as regionais elas vão propor 3 propostas né, em relação ao tema da conferência e aí
521 ontem a gente ampliou essa, essa discussão que essas propostas poderão tanto do
522 estado quanto também de tanto do âmbito nacional, e pra fazer essa proposição
523 discutimos que seria importante mesmo que seja dentro do auditório já dividir os
524 usuários, (é) trabalhadores, entidades, (né) componentes de conselhos municipais e
525 os gestores pra ter uma discussão um pouco mais por esses seguimento. E aí
526 teríamos que estar arrumando (né) logicamente mais pessoas pra tá trabalhando, e aí
527 ficou do conselho de verificar junto ao FET, FETSUAS que a disponibilização de
528 trabalhadores para aqueles locais, pra que a gente possa viabilizar essa metodologia,
529 e aproveitaria também já que estariam divididos né, pra poder estar escolhendo os
530 delegados para a Conferência Estadual. Ainda sobre a discussão do tema levantou-se
531 como que seria isso, isso tá inclusive (é) um pouco disso consta no regimento interno
532 proposto, (né) que as propostas seriam levantadas, então essa pessoa esse
533 trabalhador que a gente pensa que poderia ser um apoiador para sustar o debate, ele
534 vai fazer com que motive ali (né) a proposição de propostas em relação ao tema e
535 que elas seriam apresentadas então por esse relator, a gente iria digitar e depois
536 apresentar pra ser lido na plenária e ter a votação de quais seriam as 3 propostas que
537 iriam pra conferência estadual. Ainda, é continuando então o trabalho a gente já falou
538 da questão da eleição, eu já falei da escolha de delegados, a conferência nacional
539 então a gente até vai ter uma resolução, vai ser projetada aqui que fala
540 especificamente, fala da complementação da regional e vai falar da conferência
541 estadual. **Soyla.** Rodrigo? Eu peço destaque na parte lá que cita a caravana.
542 **Consolação:** Ainda não é, é só relato do que foi discutido, não há definição. Tá. A
543 resolução ainda vai ser lida. Tá. Aqui a gente é só foi levantado os da caravana do que
544 a gente possa fazer um estudo, (é) a forma da gente possa estar abordando o
545 fortalecimento dos Fóruns dentro desses grupos por isso a divisão que a gente possa
546 utilizar esses grupos os usuários, trabalhadores, entidades, Conselho para estar
547 fortalecendo. Foi só uma discussão na comissão sobre isso. **Soyla:** Não, porque essa
548 parte exclusivamente eu devo ter perdido né. **Consolação:** Foi no primeiro dia foi na
549 quarta. **Soyla:** Foi no dia que eu não fui. Soylo, CMAS Paracatu (né) eu esqueço de
550 falar isso no microfone. É, eu e o Isaque a gente tá conversando porque a caravana
551 partiu da comissão de apoio e a comissão de apoio pretende retomar a caravana em
552 outro momento e priorizar a conferência, é isso. **Consolação:** Ok. É aí, eu vou só
553 continuar o relato, tá, porque o debate depois (né) acontece, é ainda (colocou eu
554 conversando) quando estávamos conversando inclusive sobre a metodologia de
555 sistematização das propostas do município, (nós) foi observado pela comissão que a
556 gente fez uma orientação aos conselhos municipais que deliberasse por 3 propostas
557 pro estado, aí foi colocado que o instrumental ele preservou a parte da conferência
558 municipal de proposta tem da estadual mas não tinha da União, e aí discutiu-se a
559 importância de que já dos municípios viessem propostas para o âmbito nacional
560 independente da realização da conferência nacional (né) convocado pelo CNAS então
561 foi discutido que a gente teria que acolher essas proposta, falou-se da importância
562 dessas propostas sair das regionais e também da nacional e a importância do
563 conselho estadual estar encaminhando essas propostas não só o conselho nacional
564 chamando atenção dele pra responsabilidade dele pelas propostas que saem dos

565 municípios para aprimoramento do SUAS como também encaminhar tanto para a
566 organização da conferência livre e outros atores, tanto é que na resolução (vai sair)
567 não vai sair nominado isso, vai sair o conselho nacional destaque vários outros que
568 nós vamos identificar pra quem que nós vamos estar encaminhando essas propostas.
569 Aí surgiu a necessidade de alteração do instrumental e também de alterar essa parte
570 do instrumental da resolução, vocês vão ver isso na resolução e ontem até então (né)
571 eu tinha a informação que a gente não podia alterar o instrumental mas a Marta (né)
572 levantou a questão junto com o Rodrigo, Janaína e aí a Janaína conseguiu junto ao
573 setor responsável da secretaria a alteração do instrumental incluindo aí a União já. É,
574 pra sistematizar a essas propostas então nós vamos (é) colher isso (do) desse
575 sistema, nós já temos planilhas, nós recuperamos muito do que foi colocado pra
576 conferência anterior, porque foram construídos instrumentais específicos, e
577 instrumentais já inclusive com palavras chaves, planilhas de EXCELL, então nós
578 estamos aproveitando todo esse material, (né) respeitando (né) tanto a comissão
579 anterior, que fez a proposição, a Isabela que materializou isso, em nesses
580 instrumentais, então a gente trouxe isso e que nós precisamos depois dividir esses
581 sistemas, a gente ainda vai detalhar um pouco isso e vai ser pelas regionais então a
582 gente vai dividir quem vai ficar responsável pela regional A, B e C, (né) porque são 22
583 regionais a serem copiladas e aí levantou-se a importância da participação da Sedese
584 de reforçar não só a equipe (né) do CEAS como também estar junto com a equipe dos
585 conselheiros, porque aí seria um mutirão e a gente vai depois levantar como que
586 vamos fazer esse compilado. E aí vai falando eu vou encaminhar depois isso pra vocês
587 porque acho que fica mais fácil vocês verem (né) passo a passo do que foi a
588 discussão, mas a grosso modo até agora é isso, depois discutimos que o número de
589 deliberações dos municípios que irão pra plenária para a conferência estadual
590 chegamos ao número de 15 deliberações, e depois a gente até vai aprofundar um
591 pouco nessa discussão, por que já na estadual a gente também limitou nos 15 de
592 levar pra plenária, então talvez um pouco mais saindo do município e aí não deu
593 tempo de ter essa discussão porque nós fechamos 15 para a estadual então depois a
594 gente vai ter que rever um pouco esse quantitativo da municipal pra estadual e falou-
595 se também estadual de ter 5 propostas no âmbito nacional. A metodologia da
596 estadual um pouco da discussão vai estar também na resolução que vocês vão ver aí,
597 tá, levantamos algumas palavras chaves de cada eixo para facilitar a orientação,
598 apresentamos os locais das conferências que conseguimos até então, e esses locais
599 dessas 11 nós tivemos 3 pontos de atenção, 1 deles né a gente só, Juiz de Fora que
600 ainda não tinha encontrado local, mas sabemos ontem que já conseguiram, faltam só
601 a questão de uma logística e pediram uma orientação do conselho estadual para o
602 equipamento necessário mas o local eles conseguiram, vamos informar depois
603 formalmente o conselho, em relação à Timóteo nós estávamos aguardando uma
604 posição de uma Universidade mas surgiu aqui a possibilidade de ser em Coronel
605 Fabriciano, e aí a última informação ontem já no final tudo indica que vai ser
606 realmente em Coronel Fabriciano (e que já está fechando) e só está faltando mais
607 uma resposta, a regional que fez o contato também e que aí vai estar informando pra
608 gente esse local. De Varginha, nós estamos já pautamos a questão que é da
609 dificuldade de encontrar um local para 678 pessoas previstas pra Varginha então (é)
610 falou-se da possibilidade de ser em Poços de Caldas, então a gente também tá
611 verificando isso. As datas ainda não estão todas fechadas, tá, então começa no dia a

612 gente tem um período 26/09 por exemplo que é Araçuaí, (é) eu vou ler aqui viu
613 Márcio só pra você ter uma ideia assim: Belo Horizonte 23 de outubro, Curvelo 3 de
614 outubro, Divinópolis 10 de outubro, Governador Valadares 16 de outubro, Juiz de Fora
615 eles estão pretendendo alterar a data pra ser o mesmo dia de BH que seria 23 de
616 outubro que é o único dia que está podendo esse espaço, mas eles vão estar
617 informando pra gente, é Montes Claros 17 de outubro, Paracatu 22 de outubro,
618 Timóteo sinalização dia 24 de outubro, Uberaba 29 de outubro e a sinalização de
619 Varginha 31 de outubro, e nós também discutimos a sinalização (né) porque a gente
620 colocou na resolução vocês vão ver de que a conferência ocorrer 7 e 8 de novembro,
621 tá, então tá tudo muito perto, mas a gente vai fazer um esforço de conseguir estar
622 com isso resolvido pra Conferência. Então, tivemos encaminhamentos. Então agora eu
623 vou ler os encaminhamento porque isso né Rodrigo, pressupõe inclusive a
624 deliberação. (São, a gente deliberou) fez os encaminhamento a comissão para
625 próxima plenária: Ofício para CMAS incentivando a realização da conferência
626 municipal lembrando das deliberações que houve essa alteração que eles possam
627 incluir as deliberações para União, então a gente vai fazer isso por ofício, verificar a
628 possibilidade da troca dos municípios a gente já venceu para outro dia, fazer
629 levantamentos municípios que realizaram ou vão realizar a conferência, então isso é
630 um mutirão inclusive a gente (vai solicitar) a secretária executiva solicitou isso no dia
631 e aí a até a conselheira Francielly ela já se responsabilizou pela região metropolitana,
632 e a gente gostaria que outros conselheiros pudessem se responsabilizar por outras
633 regiões, o que significa isso, é ligar pros municípios, nós estamos preparando uma
634 lista de municípios da região, colocando quem já respondeu que vai realizar ou não a
635 conferência e aí (é) perguntar sobre essa realização ao mesmo tempo aproveitar
636 nessa ligação orientar, falar com os municípios, com os conselhos municipais o que
637 que tá, o que já foi decidido quais as resoluções a gente tá preparando uma síntese
638 de informações também pra ficar mais fácil esse contato, e aí faríamos isso e a gente
639 encaminharia pelo email já na segunda feira para os conselheiros, tanto a planilha em
640 Excell com nome dos municípios da região e já as informações que dispomos como
641 esse, esse resumo. Ainda que é no dia seguinte tivemos também outros
642 encaminhamentos, a solicitação foi feita inclusive pelos representantes né (da) do
643 setor (como chama gente) das Diretorias Regionais da Sedese, (é) fazer um
644 levantamento que é necessário para cada regional, encaminhar, e aí a gente somou o
645 ofício CMAS com esse ofício aos prefeitos, gestores sobre a importância da conferência
646 incluindo todas as informações e solicitar apoio para garantir a participação dos
647 delegados, ainda reforçar as informações, orientação na vídeo conferência do dia 26,
648 então a gente também tá fazendo um informe pra isso pra reforçar, fazer mutirão do
649 levantamento que é isso que eu já disse e foi reforçado também ontem, (é) já foi
650 aberto esse campo do sistema né da união quer dizer tá sendo aberto na Sedese,
651 solicitar também apoio ao Cogemas e a AMM para que os gestores garantam a
652 participação de seus delegados na Conferência Estadual. Isso foi em termo da
653 discussão. Além disso discutiu ontem a minuta de resolução da Conferência que
654 complementa as orientações regionais e também fala da conferência estadual que a
655 gente vai ler em seguida mas antes disso eu vou passar para o presidente, né.
656 **Rodrigo** Cress: É, então em discussão conselheiros, algum, algum posicionamento
657 alguma questão com relação ao que a Consolação relatou aos encaminhamentos da
658 Comissão, algum esclarecimento sobre os encaminhamentos, nenhum, não, então a

659 gente pode ir, é então eu vou colocar em votação a aprovação dos encaminhamentos,
660 ok? então os conselheiros que aprovam os encaminhamentos da conferência?
661 Contrários? abstenções. Ok. Então vamos a minuta de resolução, Consolação por
662 favor. **Consolação:** Gente então vamos apresentar eu já pus um número é só para
663 uma referência nossa por que aí a gente vai fazendo qual que seria dentro da
664 sequência isso adianta o processo pra gente encaminhar depois também para publicar
665 mas logicamente é uma minuta de resolução que (né) a ser deliberada aqui hoje,
666 então minuta de resolução dispõe sobre a complementação das orientações para as
667 conferências regionais, alteração do inciso III do artigo III da resolução do CEAS 663
668 e regulamenta eu já vou fazer destaque aqui que eu esqueci aqui, aqui não é artigo
669 III é o instrumental, tá, eu alterei em baixo mas não alterei aqui em cima mas eu vou
670 mostrar pro vocês, do artigo III e regulamenta a 13ª Conferência Estadual. O
671 Conselho Estadual de Assistência Social, no uso das atribuições conferidas pela lei
672 estadual 2262 considerando: A resolução do CEAS 655 de 2019 que dispõe sobre as
673 orientações para as conferências municipais de assistência social de 2019 a resolução
674 do CEAS 663 de 2019 que dispõe sobre as orientações para as conferências
675 municipais, regulamenta as conferências regionais de assistência social de 2019 a
676 deliberação de sua 245ª que é hoje, plenária ordinária ocorrendo na presente data
677 resolve: artigo I, complementar o regulamento das conferências regionais, aprovar o
678 da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social de forma complementar as
679 resoluções 655, 663 de 2019 contidas nessa resolução, capítulo I do processo de
680 escolha dos delegados a 13ª Conferência Estadual de Assistência Social, as
681 Conferências Regionais art. II as Conferências Regionais deverão eleger dentro dos
682 seus participantes os delegados para 13º Conferência Estadual de Assistência Social,
683 observando os seguintes critérios, art. I os delegados e delegadas serão eleitos de
684 acordo com os seguintes segmentos de representação, inciso I, governamentais, II
685 entidades de assistência social, III usuários da assistência social, IV trabalhadores da
686 área de assistência social, parágrafo II os segmentos nominados no parágrafo I desse
687 artigo são aqueles eleitos nas conferências municipais, parágrafo III no momento da
688 eleição dos delegados por segmentos deverão ser observadas as seguintes diretrizes:
689 1 – adversidade dos municípios que integram a região de modo a retratar a realidade
690 regional, 2 – a representatividade, ou seja o efetivo vínculo do/da delegado, delegada
691 com o seu segmento de representação por meio da participação na defesa dos
692 interesses desses segmentos, 3 – a divisão apresentada no quadro abaixo, parágrafo
693 IV – na ausência do candidato / candidata para representar um segmento da
694 sociedade civil na própria regional, as vagas serão destinadas para outro segmento
695 conforme a ordem de prioridade a seguir: 1 – usuário, 2 – trabalhador, 3 – entidade.
696 Parágrafo V dos participantes da Conferência Regional só poderá se candidatar a
697 participar da Conferência Estadual o participante devidamente credenciado na
698 condição de Delegado. Parágrafo VI – Cada Delegado Titular eleito deverá ter um
699 suplemente também eleito do mesmo segmento que só assumirá a condição de titular
700 na ausência daquele. Parágrafo VII – Ao final das Conferências Regionais as vagas de
701 delegados não preenchidas pela Sociedade Civil serão disponibilizadas aos Fóruns
702 Estaduais de Usuários, Trabalhadores e Entidades considerando o segmento de
703 representação. Parágrafo VIII - Ao final das Conferências Regionais as vagas não
704 preenchidas da representação Governamental serão distribuídas 50% para o
705 Cogemas, 50% para a Sedese prioritariamente para as suas Diretorias Regionais. Se

706 tiverem alguma coisa gente falem em destaque. Tá. Por favor. Artigo III – (Fica) aqui
707 nós tamos alterando o instrumental. Fica alterado o item VIII registro dos resultados
708 na Conferência Municipal de Assistência Social contido no anexo I da Resolução do
709 CEAS 663 de 2019 que passa a vigorar com a seguinte redação: Deve-se assegurar a
710 discussão dos 3 eixos conforme resolução dos CEAS 655/2019 deve-se (constituir)
711 construir uma proposta de deliberação para o estado e uma proposta para União em
712 cada eixo debatido, o município tem autonomia para estabelecer temas locais e
713 outros que julgar necessário. Aí aparece, eixo I, o nome do eixo “os desafios para
714 consolidação do SUAS frente aos impactos” (precisa não), (você lembra mais ou
715 menos dos eixos né Márcio). Então aí tem eixo 1, eixo 2, eixo 3 abaixo deles tem um
716 quadro, 2 colunas, uma coluna que só de falar o número 1 de proposta, e na outra
717 coluna a prioridade pro estado e depois o mesmo quadro repetido a prioridade pra
718 União em cada um desses eixos. Ok. (É, e qualquer coisa também você me pára).
719 Artigo IV o número de delegados eleitos nas Conferências Regionais para a
720 Conferência Estadual deverá seguir a proporcionalidade e divisão de vagas conforme
721 descrita abaixo. Aí apresenta-se um quadro (é) Conferências de 1, 2, 3, 4, 5, 6
722 colunas, a (coluna) 1ª coluna Conferências Regionais Município Sede, a outra quais as
723 regionais que estão envolvidas nesses municípios, a outra, número de vagas
724 governamental, e as outras que são as vagas da sociedade civil, e aí tem o número de
725 vagas para usuários 40%, número de vagas trabalhadores 30%, número de vagas
726 entidades 30%. Araçuaí - regionais envolvidas: Almenara, Araçuaí, Teófilo Otoni,
727 número de vagas governamental pra Almenara 5, Araçuaí 5, Teófilo Otoni 7: e aí é 4,
728 5, 7, o que foi que eu falei? Desculpas. Número de vagas de usuários (é) que é 40%
729 da representação da Sociedade Civil, então é 2 Almenara, 2 Araçuaí, 3 Teófilo Otoni,
730 trabalhadores aí repetiu porque na divisão sempre que sobra 1 fica (né) complicado 2,
731 Almenara, 2 Araçuaí e 3 para Teófilo Otoni e entidades 1 para Almenara, 1 para
732 Araçuaí e 2 para Teófilo Otoni. É, aí a gente dividiu para os demais Belo Horizonte,
733 Curvelo, quer que lê a planilha toda? Belo Horizonte, tem aqui a que está compondo
734 as regionais. Metropolitana e São João Del Rei. Número de vagas governamentais:
735 Metropolitana 81 e São João Del Rei 15, número de vagas usuários: Metropolitana 36
736 e número de vagas São João Del Rei 7, Número de vagas de trabalhadores: 27
737 Metropolitana, 5 São João Del Rei. Número de vagas entidades: 27 Metropolitana e 5
738 São João Del Rei e aí tem toda a divisão (né), a paridade nesse quadro, a paridade da
739 Conferência Estadual está na sua somatória como vocês vão ver agora a seguir que
740 eu vou ler. Tá certo? Eu também logicamente vocês vão ter a Resolução e cada um
741 (né) vai poder ver isso também foi feito numa planilha com memória de cálculo que
742 está aqui, ó: O número de delegados a serem eleitos em cada Conferência Regional
743 foi calculado observando: o número de habitantes por município, o número de
744 município na área de abrangência da Conferência, a proporcionalidade do número de
745 delegados participantes nas Conferências Regionais, e a priorização dos
746 representantes dos usuários na repartição das vagas destinadas a sociedade civil.
747 Como eu disse a gente não está inventando a roda, a gente pegou da Conferência
748 passada o instrumental construído, alteramos os dados (né) e aí ele dá já o resultado
749 pra gente que a gente só faz o arredondamento, pra chegar (né), porque ele sai
750 partido o percentual, pra chegar nesses números. (Artigo) agora para entender a
751 paridade. Artigo V – A paridade entre participação de 700 delegados, sendo 630
752 delegados eleitos nas Conferências Regionais, ou os delegados escolhidos (esse a aí

753 ficou a mais) ou os delegados escolhidos conforme dispostos nos parágrafo VII e VIII
754 do artigo II, é aquele que se sobrar vagas (né) eles vão ser entregues para os Fóruns,
755 ou depois pro Cogemas e Sedese. Inciso II: 30 delegados estaduais, Inciso III 40
756 delegados natos conselheiros estaduais de assistência social. Então somando aqui a
757 parte do Governo e sociedade civil a gente tem 350 delegados da sociedade civil e
758 350 do governo. Ok? As fichas de inscrição para Conferência Estadual deverão ser
759 preenchidas com letra legível pelos delegados porque ali vai ser ficha de papel (né) no
760 final na conferência regional, titulares e suplentes assinados no final da eleição. Artigo
761 VII – Participação ainda da Conferência Estadual ainda 100 convidados cujos critérios
762 serão estabelecidos pela comissão organizadores. Nós ainda não discutimos sobre
763 isso. Capítulo II da organização – Artigo VIII - A 13ª Conferência Estadual ocorrerá
764 inicialmente nos dias 7 e 8 de novembro de 2019 em local a ser informado
765 posteriormente. Nós ainda (né) não fizemos, nós estamos providenciando o termo
766 ainda de referência, fechando tudo para definição do local, e tá inicialmente porque se
767 a gente não conseguir nesses dias (né) como o local ainda não foi definido fica mais
768 tranquilo a alteração. Artigo IX – A 13ª Conferência Estadual de Assistência Social
769 constitui-se em Instância Máxima de Mobilização, Participação Social e Deliberação e
770 tem a finalidade de avaliar a situação da assistência social na perspectiva do Sistema
771 Único de Assistência Social SUAS e propor novas diretrizes (para aperfeiçoamento)
772 para o seu aperfeiçoamento. Parágrafo único: São objetivos da 13ª Conferência
773 Estadual da Assistência Social então aqui a gente repete um pouco o que já saiu
774 porque como nós estamos falando da estadual é importante trazer pra todo mundo né
775 na mesma norma aquilo que a gente trás na estadual. Então os objetivos: Inciso I –
776 Analisar, debater e deliberar sobre as propostas aprovadas nas Conferências
777 Municipais para o Estado e para a União, observando os 3 eixos que orientam as
778 discussões sobre o tema das Conferências de Assistência Social em 2019; II – Propor
779 e aprovar propostas para a União, porque vai ter um momento lá também que vai ter
780 as propostas do estado para a União; III – Dar conhecimento das deliberações das
781 Conferências Regionais de Assistência Social em 2019, é só dar conhecimento
782 lembrando que as Conferências Regionais são deliberativas e elas não passam por
783 uma nova deliberação na Estadual; Inciso IV – Dar visibilidade a organização, a luta e
784 a resistência em relação à ameaça ao desmonte do SUAS; Inciso V – Avaliar a
785 situação da Assistência Social na perspectiva do Sistema Único da Assistência Social
786 em Minas Gerais e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento; VI – Eleger os
787 representantes da sociedade civil e os representantes governamentais dos Conselhos
788 Municipais de Assistência Social para compor o CEAS para a gestão 2019 e 2021, que
789 é o nosso processo de escolha (né) que vai ter uma regulação específica. Artigo X - O
790 tema da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social é “Assistência Social: direito
791 do povo, com financiamento público e participação social” – parágrafo primeiro – O
792 lema da 13ª Conferência Estadual de Assistência Social é “Nas Minas o SUAS é das
793 Gerais” – Parágrafo os eixos da 13ª Conferência Estadual são: - Os desafios para a
794 consolidação do SUAS frente aos impactos da crise financeira da União, do estado e
795 dos municípios à Emenda Constitucional 95, à proposta de reforma da previdenciária e
796 à reforma trabalhista; Parágrafo II – A rede de proteção social no SUAS e a relação
797 com os órgão de garantia de direito; Parágrafo III – Democracia participativa, controle
798 social e protagonismo do usuário no SUAS “Nada sobre nós, sem nós”. Artigo XI – A
799 comissão organizadora da Conferência Estadual é responsável pela condução dos

800 trabalhos sob a coordenação do presidente e da vice-presidente do Conselho Estadual
801 de Assistência Social. Parágrafo I – A Conferência Estadual também contará com
802 apoiadores, servidores da Sedese e colaboradores convidados pelo CEAS devidamente
803 credenciados. Parágrafo II – A Conferência Estadual contará com uma sala de
804 soluções para esclarecimentos após os participantes e solução dos casos omissos
805 junto a comissão organizadora. Artigo XII – Os delegados da 13ª Conferência Estadual
806 devidamente credenciados terão direito a voz e voto e os convidados direito a voz.
807 Artigo XIII – O comunicado de ausência dos delegados titulares eleitos para participar
808 da Conferência Estadual deverá ser encaminhado ao CEAS pelo Conselho Municipal de
809 Assistência Social ou pelo próprio delegado até 96 horas antes da realização da 13ª
810 Conferência, possibilitando a convocação do suplente. Esse período também foi
811 calculado em virtude do termo de referência e nos hotéis que a gente tem 3 dias para
812 fechar aquele **nowshow** senão a gente pága porque não vem. Então precisa ser 4 dias
813 antes pra gente ter a oportunidade de fechar a matéria em dia e encaminhar.
814 Parágrafo único: A sala de soluções se encarregará dos casos não abrangidos pelo
815 Capt desse artigo. Artigo XIV – A proposta inicial da programação da Conferência
816 Nacional é o seguinte: Então vamos lá, é um quadro também viu Márcio, então o
817 primeiro no dia 07, ele tem 2 colunas uma de horário e outra das atividades. Então
818 de 08 às 15:00 – credenciamento e hospedagem, se precisar de algum
819 encaminhamento para hospedagem então seria nesse período. É, 09:00 horas
820 abertura, e aí nós incluímos aqui foi uma solicitação da Secretaria Executiva e aí a
821 gente trás também pra plenária uma homenagem ao servidor Márcio Jardim, que é
822 aquele que gravava as nossas plenária aqui, aquela alegria toda e ele a gente
823 considera como um funcionário dessa Secretaria Executiva, então a gente incluiu aqui,
824 pediu essa licença de inclusão de uma homenagem porque nós da Secretaria
825 Executiva a gente gostaria de entregar nesse momento um cartão que a gente vai
826 fazer aqueles cartões metálicos eu não sei como chama entregar pra família em
827 agradecimento a todo e reconhecimento do trabalho nesses anos todos, ele estava em
828 todas , ele participou de todas as conferências estaduais e ajudou a gente muito
829 muito muito. Então a gente colocou isso aqui pra registrar mesmo, sabe gente,
830 registrar aqui inclusive o nome dele pra deixar pra memória. É depois votação do
831 regimento interno, isso tudo a gente só colocou no início da programação que foi uma
832 coisa discutida ontem que é importante a gente falar só começa às 09:00 porque aí a
833 gente vai gerenciando o horário, e o delegado também não fica assim eu só vou nesse
834 horário porque vai começar a mesa temática, eu só vou naquele, então a gente põe
835 um horário que fica essa referência. Seguido depois a votação do regimento interno a
836 mesa temática “Ato de conferir” e “Assistência Social: direito do povo, com
837 financiamento público e participação social”. Também aqui abrimos uma discussão
838 ontem que para essa temática a gente pudesse convidar a professora Eleonora
839 Squetini porque ela foi a pessoa que ajudou a gente inclusive na elaboração dos
840 textos de referência da (pra nós) esse texto de para das Conferências foi ela que
841 elaborou teve essa oportunidade então até um reconhecimento de que ela fizesse ela
842 fala da Assistência Social: direito do povo, com financiamento público e participação
843 social, e o ato de conferir, o CEAS (né) aí pensou também depois nós vamos detalhar
844 também, do presidente e da vice-presidente que eles possam estar fazendo esse ato
845 de conferir. Seguido de debate né, depois 13:00 horas almoço, aí 14:00 entraria as
846 plenárias temáticas simultâneas, quem se lembra na conferência passada vocês estão

847 vendo que também a gente está seguindo uma metodologia né da forma que foi que
848 deu super certo, da gente separar as plenárias temáticas, porque plenárias, porque
849 eles vão decidir (né) sobre (as) essas deliberações dos eixos que vem dos municípios,
850 então o grupo de trabalho seria a plenária temática já senta lá, (a) os eixos são
851 apresentados então são 3 plenárias temáticas onde os eixos são apresentados
852 seguidos aí de debates e apreciação das propostas oriundas das conferências
853 municipais e logicamente a discussão das novas propostas. 19:00 horas o jantar. Aí
854 no dia 08 a nossa Conferência (né) 2 dias, no dia 08 teríamos de 09 as 11 horas a
855 eleição dos representantes da sociedade civil e dos Conselhos Municipais para compor
856 o Conselho é uma atividade que a gente está propondo paralela então que ela não vai
857 ter como foi separado o momento que todo mundo pára pra a eleição não porque nós
858 temos 2 dias para utilizar o tempo e nós já fizemos isso em outras conferência
859 também que a gente ficava em outro espaço, e o delegado vai e volta e vai pra sua
860 plenária continuar a discussão. Ok. Às 09:00 horas a gente iniciaria o trabalho das
861 plenárias temáticas, as 12:00 horas o almoço e as 14:00 horas a plenária final:
862 apresentação dos conselheiros estaduais eleitos, apresentação e deliberação das
863 proposta oriundas dos grupos, apresentação e deliberação das moções e 18:00 horas
864 um coffee-break, então destaque na programação pela Ivone – Parágrafo I: Com
865 excessão do horário de encerramento do credenciamento a comissão organizadoras
866 poderá adequar a programação conforme a necessidade durante a realização da
867 Conferência Estadual. Capítulo III da Mesa Temática- Artigo 15 - A 13ª Conferência
868 Estadual de Assistência Social contará com uma mesa temática conforme disposto na
869 programação do artigo anterior. Artigo XVI – A mesa temática, ato de conferir e
870 assistência social: direito do povo com financiamento público e participação social tem
871 por objetivo analisar o cumprimento das propostas deliberadas na 12ª Conferência
872 Estadual de Assistência Social ocorrida em 2017, apresentar o tema da Conferência
873 Estadual e apresentar as deliberações das conferências regionais de 2019. Artigo XVII
874 – A mesa temática contará com um coordenador e expositores. Inciso I: o
875 coordenador terá atribuição de coordenar os debates assegurando o uso da palavra a
876 todos os participantes, II – Os expositores terão a atribuição de apresentar o tema
877 para qualificar o debate. Capítulo VI – Nas plenárias temáticas. Artigo XVIII – A 13ª
878 Conferência Estadual de Assistência Social contará com 3 plenárias temáticas
879 realizadas simultaneamente de caráter analítico, propositivo e deliberativo compostas
880 pelos delegados e convidados da Conferência. Parágrafo I: São objetivos das Plenárias
881 Temáticas: apresentar subsídios para qualificar os debates. II – Apreciar e deliberar
882 sobre as propostas sistematizadas oriundas das conferências municipais considerando
883 o instrumental da resolução do CEAS 663 de 2019. Inciso III: Apresentar e deliberar
884 novas propostas sobre o eixo para a União. Parágrafo II: As plenárias temáticas
885 discutirão os eixos, aí de novo os 3 eixos (não vou repetir não). Parágrafo III: Os
886 delegados escolherão previamente a plenária temática que deverão participar
887 conforme orientação do CEAS observando-se a capacidade total do espaço físico.
888 Parágrafo IV: Os convidados escolherão no ato do credenciamento a plenária de que
889 participarão conforme as vagas disponíveis. Artigo XIX: As plenárias Temáticas da 13ª
890 Conferência Estadual de Assistência Social ocorrerão da seguinte forma: Parágrafo I –
891 As plenárias temáticas obedecerão os seguintes processo: 1 – apresentação dos
892 temas dos eixos para aprofundar os debates; 2- apreciação, debate e deliberação das
893 propostas oriundas das conferências municipais de assistência social dirigidas ao

894 estado e para União registradas no sistema eletrônico no prazo estabelecido no CEAS
895 e copiladas pela comissão organizadora da conferência estadual de acordo com o
896 conteúdo e com a frequência; 3 – apresentação, debate e deliberação de novas
897 propostas para o estado e União; Parágrafo II – As plenárias temáticas contarão com
898 expositores, coordenadores, relatores e apoiadores, os coordenadores – 1 – os
899 coordenadores indicados pela a comissão organizadora terão atribuições de conduzir a
900 plenária, ajudar a esclarecer dúvida e coordenador os debates; 2 – Os expositores
901 indicados pela comissão organizadora terão atribuição de apresentar o tema e
902 esclarecer dúvidas; 3 – Os relatores indicados pela comissão organizadora terão
903 atribuições de registrar as propostas aprovadas, alteradas e excluídas e as novas
904 propostas; 4 - Os apoiadores da coordenação eleitos pela plenária terão atribuição de
905 contribuir com a coordenação da mesa; Parágrafo III – As plenárias temáticas
906 avaliarão as propostas sistematizadas para o estado oriundas das conferências
907 municipais (conforme) da seguinte forma: 1 – Se favorável a proposta, 2 – Se
908 contrário à proposta, 3 – Se abster de votar. Parágrafo IV – Os participantes das
909 plenárias poderão apresentar a equipe de relatoria novas propostas dentro do eixo de
910 discussão; 5 – Entende-se por novas propostas aquelas representadas com conteúdo
911 distinto das propostas sistematizadas oriundas das conferências municipais; 6 –
912 Também serão elaboradas propostas pela União que serão apreciadas da seguinte
913 forma. 1 – Se favorável a proposta, 2 – Se contrário à proposta, 3 – Se abster de
914 votar. Parágrafo 7 – Serão consideradas aprovadas as propostas com votos favoráveis
915 de 50% + 1 dos votantes presentes da plenária temática. Artigo 20: As propostas
916 deliberadas pelas plenárias temáticas para o estado e União serão objeto de
917 deliberação na plenária final. Artigo 21 – As plenárias temáticas contarão com uma
918 mesa de apoio indicada pela comissão organizadora. Capítulo 5 - Do processo
919 eleitoral da sociedade civil e dos conselhos municipais para compor o CEAS. Artigo 22
920 – O processo eleitoral da representação da sociedade civil e dos Conselhos de
921 Assistência Social para compor o Conselho Estadual de Assistência Social /CEAS
922 gestão 2019/2021 será regido por resolução específica. Capítulo 6 da Plenária Final–
923 Artigo 23 – A 13ª Conferência Estadual de Assistência Social contará com a Plenária
924 Final que deliberará sobre as propostas para o estado para a União e as moções.
925 Parágrafo 1– As propostas para o estado serão em número de 15 para cada eixo, 2 –
926 As propostas para União serão em número de 5 para cada eixo, 3 – Não poderão ser
927 apresentadas novas propostas na plenária final. Artigo 24 – Os conselheiros eleitos no
928 processo eleitoral para compor o CEAS no mandato de 2020, não 2019, 2019 a 2022,
929 2021 (não sei porquê) terão seus nomes apresentados. Artigo 25 – A plenária final
930 contará com uma mesa de apoio indicada pela comissão organizadora. Artigo 26 – As
931 regras de realização da plenária final comporão o regimento interno da Conferência
932 Estadual que será objeto de deliberação pela plenária. Capítulo 6 – Disposições Gerais
933 – Artigo 27 – As deliberações para União advindas do processo conferencial realizado
934 no estado em 2019 serão encaminhadas ao Conselho Nacional de Assistência Social
935 bem como agentes e instâncias deliberadas pelo CEAS, então o processo conferencial
936 é todo ele município, estado e União por isso que colocou isso pra gente, nem
937 precisava colocar isso. Artigo 28 – O CEAS se responsabilizará na 13ª Conferência
938 Estadual de Assistência Social pela hospedagem BH e pelo transporte da rodoviária
939 nesse município até o local de evento aos delegados representantes da sociedade civil
940 oriundos das conferências regionais. Artigo 29 – O CEAS se responsabilizará pela

941 alimentação, 2 almoços, 1 jantar, 2 coffe-break que serão ofertadas no evento a todos
942 os delegados. Artigo 30 – O CEAS não se responsabilizará pelo transporte,
943 hospedagem, diárias dos delegados governamentais oriundos das conferências
944 regionais. Artigo 31 – O CEAS recomenda que a hospedagem diárias, delegados
945 governamentais da Conferência Estadual sejam custeadas pela gestão municipal
946 conforme disposto no parágrafo único do artigo 16 da Lei Orgânica da Assistência
947 Social bem como o transporte desses e dos delegados da sociedade civil até o
948 município da conferência estadual. Artigo 32 – Os casos omissos nesses regulamentos
949 serão decididos pela comissão organizadora da 13ª Conferência Estadual de
950 Assistência Social. Artigo 33 – Essa resolução entra em vigor na data de publicação.
951 **Rodrigo** – Cress: Obrigado Consolação, mais uma vez, só reforçando conselheiros,
952 nós da comissão discutimos muito a questão da inclusão da União ontem, né
953 Consolação já falou Janaína prontamente acolheu a demanda, ligou pra infraestrutura
954 da Sedese que prontamente também se disponibilizou a alterar o sistema, (né) mas
955 mais do que isso a partir de agora nós temos que orientar os municípios que alguns
956 até realizaram a Conferência (né) , e aí então como vai abrir para os municípios,
957 então nós vamos entrar num processo de orientação, de ofícios, não é resolução para
958 não ficar complicando, se a gente alterar demais a resolução isso pode dar uma
959 confusão para os município, pra quem Helder, pra você? Sim, a Marta está sugerindo
960 fazer alguns informes, e não ofício, a gente pode fazer, mas eu só estou reforçando
961 isso do cuidado que a comissão teve e o zelo (né) de discutir e de atender a demanda
962 dos municípios e inclusive de valorizar o processo democrático da conferência
963 participativa, (né) conferência livre. Eu não gritei destaque mas eu pedi destaque aqui
964 no parágrafo III, é do (não) inciso III do artigo 2, parágrafo III, artigo 2 do parágrafo
965 III inciso III aonde está aqui, a divisão do quadro abaixo é esse quadro do artigo 4º,
966 não é, então põe quadro abaixo do artigo 4º para fazer menção por que ele não ficou
967 logo abaixo, é só mesmo uma questão de, as vezes no município, tem gente que está
968 começando agora no Conselho, e não tem costume com esse tipo de texto então
969 facilita. O próximo destaque foi na programação, teve Hugo, Luanda e Ivone. Hugo
970 pega o microfone por favor. Hugo Bento – CMAS de Juiz de Fora: A minha dúvida
971 ficou tá, nessa eleição dos representantes (né) para o conselho estadual embora lá no
972 22 tá falando que vai ter um grupo de trabalho específico que vai estar trabalhando
973 mas não deu pra poder entender bem como que vai se esse processo uma vez que ele
974 é feito dentro da conferência, eu não entendi. **Consolação**: Conselheiro Hugo, é a
975 questão do 22 como você mesmo falou (é por isso) a gente ainda tá reunindo né a
976 comissão responsável por esse processo ainda não se reuniu nós fizemos uma minuta
977 de resolução nós vamos até depois falar sobre isso, ela vai definir e trazer pra esse
978 pleno a proposta do processo eleitoral, tá, então é por isso que vai sair uma
979 normativa específica, o que cabe a essa resolução é a gente determinar o período em
980 que ocorre porque tem que incluir na programação. Por isso que vem dessa forma.
981 Ok? **Rodrigo**: Ainda não tá versando Hugo da eleição propriamente vai ter os
982 critérios, vai ter uma série de coisas numa próxima resolução por isso que fala norma
983 específica. **Marta**: Só para esclarecer que a legislação estadual estabelece que a
984 eleição dos membros da sociedade civil e do conselho estadual acontece no processo
985 confidencial das conferências estaduais. **Rodrigo**: Ótimo, Luanda e depois Ivone.
986 **Luanda**: Bom dia a todos, Fetsuas – MG: É ontem eu acabei comendo mosca nessa
987 parte da programação é só pela lembrança de que nós do Fórum Estadual de

988 Trabalhadores do SUAS havíamos solicitado um espacinho na programação oficial (né)
989 para que a gente fizesse a plenária de trabalhadores, a gente sabe que a gente tá
990 com muito pouco tempo né, a gente tá bem apertado na programação, então a nossa
991 sugestão aqui é colocar no horário que está reservado aqui para o jantar das 19 às 20
992 (né) como a gente vai ter um coffee-break as 16, (fica mais fácil) não fica tão
993 complicado se a gente estender um pouquinho o nosso horário de jantar no caso dos
994 trabalhadores, então das 19 às 20 a gente faria essa plenária de trabalhadores, e aí
995 eu gostaria de incluir na programação oficial para que a gente desse legitimidade ao
996 nosso processo e tudo mais né. É e aí nesse momento seria o momento da nossa
997 reunião aquela que eu já havia comentado na nossa plenária anterior (né), a gente vai
998 precisar recompor a coordenação até pra gente ficar corretinho segundo o nosso
999 regimento interno. E aí o Elerson está dizendo aqui do lado que esse pode ser o
1000 momento de encontro dos grupos mesmo né, de 19 a 20 está o grupo de entidades,
1001 grupo de usuários e grupo de trabalhadores, reunir todos os segmentos um pouquinho
1002 antes do jantar a gente tem só 1 hora pra isso, e colocar na programação oficial, né.
1003 **Rodrigo:** Ótimo Luanda, é eu vou colocar em votação obviamente, mais eu acho que
1004 todo mundo vai acatar e eu já estava conversando com a Consolação aqui, inclusão
1005 de ser para todos os Fóruns e Urcmas, tá então a gente coloca sim mediante votação
1006 obviamente a inclusão (é) na programação eu acho da legitimidade, valoriza o que o
1007 CEAS vem fazendo com caravanas, uma série de coisas, com os atos, com as
1008 resoluções e fica oficial na programação, dá visibilidade. Ivone. **Ivone-Cogemas:** Eu
1009 também não tenho muita coisa para alterar mas assim quero entender que o processo
1010 conferencial é ele é um processo que integra né e as conferências regionais fazem
1011 parte (das) do processo conferencial mesmo tendo lá o artigo que faz menção que as
1012 propostas vão ser apresentadas aqui no ato de conferir das conferências regionais eu
1013 sugeria a gente acrescentar e especificar, colocar aqui também um item (é) porque tá
1014 nos objetivos (né) da conhecimento das deliberações das conferências regionais, da
1015 gente colocar aqui as propostas na programação, apresentação das propostas das
1016 conferências regionais, (só) já tá aqui nessa mesa pra colocar só dar o destaque
1017 também na programação porque está colocada aí no artigo que vai ser apresentadas.
1018 É, seria aqui mas tá na mesa. (Não) eu li. Eu estou dizendo que eu participei ontem.
1019 Só me passou na hora de colocar eu só estou colocando a importância de citar aqui na
1020 programação que vão ser apresentadas as deliberações das conferências regionais. Só
1021 isso, acrescentar aqui onde está vai ser ato de conferir acrescentar que vai ser
1022 apresentadas as deliberações das conferências aí na programação (é) e a outra
1023 questão na programação também eu acho também que o ato da eleição ele também é
1024 um ato faz parte do processo eleitoral, ele é oficial, eu acho que aqui também na
1025 programação deveria não só apresentar mas tinha que constar aqui homologar o
1026 processo porque não são a sociedade civil que elege, ele elege mas quem homologa o
1027 processo da eleição é a plenária, então não só colocar apresentação mas colocar
1028 homologação do processo eleitoral dos conselheiros. Eu acho que é um (é que no
1029 outro dia aqui), tá escrito, plenária final, apresentação dos conselheiros estaduais
1030 eleitos, né. Plenária final, eu acho que ele apresenta para homologação da plenária
1031 final. A plenária final todos os conselheiros, todos os delegados é que homologa o
1032 processo de cada grupo que elegeu, né. **Rodrigo:** É, enquanto, já achou aí
1033 Consolação, a Consolação vai tentar esclarecer para ver se é isso Ivone, tá, a questão
1034 do ato de conferir da mesa é só criar um subitem se nenhum, depois a gente avaliar

1035 se algum conselheiro se opuser a gente coloca em votação, mas acho tranquilo.
1036 Enquanto a Consolação procura pra te responder eu vou passar pra Janaína. Então
1037 Elerson, perdão Elerson, desculpa. **Elerson – Cáritas** – Representante do setor de
1038 entidades: Só em relação a proposta da reunião da Urcmas no mesmo horário do que
1039 da reunião dos segmentos, uma questão de operacionalização, se isso não vai dividir
1040 o pessoal que a ideia é por exemplo é fazer uma reunião das entidades, uma reunião
1041 dos usuários e dos trabalhadores, então a ideia é que todas as entidades estejam lá
1042 na reunião, todos os trabalhadores estejam, e todas as usuários estejam lá, fazer uma
1043 reunião da Urcmas que é o mesmo público como que a gente operacionaliza isso, é só
1044 para colocar a reunião da Urcmas no outro horário pra dar força também na reunião
1045 da Urcmas. **Rodrigo:** Perfeito, bem pensado conselheiro, é vamos pensar. Marta.
1046 Janaina passou a palavra dela pra Marta. **Marta:** Ivone, ontem a gente discutiu na
1047 comissão organizadora nós tínhamos realmente dúvida porque a plenária final é a
1048 Instância Maior da Conferência, e a gente dizia dessa palavra de homologação e a
1049 Consolação chamou atenção que a plenária final não tem que homologar, porque o
1050 que a legislação estabelece é que o processo de eleição acontece durante a
1051 conferência e aí não é antes e nem depois é durante a realização e a gente foi
1052 consultar a lei estadual e disse que a sociedade civil é eleita em Foro Próprio então se
1053 é eleita em Foro Próprio e cada segmento a gente lavra uma ata específica
1054 acompanhada pela Ministério Público se a gente disse homologar a gente está
1055 entrando numa certa contradição talvez o que a gente deixou na resolução de
1056 apresentar o resultado da eleição tornando público o resultado, acho que é essa mais
1057 a intenção do que a gente quer do que um referendo da plenária final porque o
1058 processo de eleição aconteceu no lá no segmento e no Foro específico de cada um, tá,
1059 então que acho que a Consolação trouxe os elementos e ela tem uma certa razão da
1060 gente não usar a palavra homologar (né) mas para a gente não entrar em condição
1061 com que a legislação do estado coloca. **Rodrigo:** é e eu fico pensando que se não a
1062 gente pode abrir um precedente pra ser questionado por isso vai homologar,
1063 homologar ele não é só eu aceito e isso a gente joga isso na plenária final
1064 questionando o Foro próprio? Eu acho que não é legal não, contemplada Ivone, quer
1065 falar? **Ivone:** Não porque o sentido da palavra (Ivone-Cogemas) da palavra
1066 homologar é quase que dar fé aquilo que foi feito que já foi eleito nas plenárias finais,
1067 mas eu compreendi a legislação. **Rodrigo:** Ivone. **Ivone:** Era outro item mas eu me
1068 esqueci na hora da programação, se me der oportunidade (Ivone – Cogemas) era
1069 que se como nós estamos deixando na programação espaço pra eleição só de 09 as
1070 11 no segundo dia se não há possibilidade de no dia anterior, apresentar os
1071 candidatos porque vai ser um processo antes da conferência (né) então na
1072 conferência a gente já sabe quais são os candidatos que vão (ser)participar do
1073 processo eleitoral, se a plenária não teria condição de conhecer os candidatos
1074 também, tivesse uma oportunidade de apresentação desses candidatos. **Rodrigo:**
1075 Então, inclusão da apresentação na programação, um momento na programação para
1076 apresentação dos candidatos no dia anterior. **Consolação:** Ontem isso foi levantada a
1077 questão da apresentação e nós só falamos que quando a gente colocou que a
1078 programação, ela pode ser (né) adequada pela comissão organizadora e como a
1079 comissão responsável pelo processo eleitoral ainda não fechou a normativa pra saber
1080 que horas como vai ser essa apresentação e os critérios, a gente pediu que não fosse
1081 incluída nesse momento na programação e que a gente aguardasse a comissão

1082 responsável pelo processo pra fechar essas orientações. Ok? **Rodrigo:** Só um
1083 minutinho, Patrícia na programação, né, vou passar na frente aqui de outros porque
1084 senão a gente vai avançar no artigo então vamos fechar a programação, então.
1085 **Patrícia** – CMAS Nova Lima: É, eu tava verificando aqui na primeira parte da
1086 programação do primeiro dia, tá plenárias temáticas simultâneas é mais ou menos de
1087 13:30 as 14:30 que é mais a parte expositiva (né) é só que aí depois do coffee-break
1088 tá trabalhos em 3 grupos programação simultânea divididos de acordo com os eixos,
1089 aí aqui seria continuação da plenária temática na verdade porque essa parte aqui é
1090 deliberativa né. Então gente repetindo a primeira parte aqui tá escrito plenária
1091 temática simultânea né que é mais a parte expositiva e depois do coffee-break tá aqui
1092 trabalhos em 3 grupos programação simultânea dividida de acordo com os eixos, isso
1093 daqui seria uma continuação da plenária temática porque se coloca assim a parte em
1094 grupo pode-se entender que não é a parte deliberativa e na verdade essa é a parte
1095 deliberativa em questão. De repente colocar continuação da plenária em vez de usar
1096 esse nome trabalho em grupo. Desculpe então, eu tô com a parte de ontem. É
1097 desculpe. Eu até olhei com 2 colegas aqui pra confirmar mas eu estava com a
1098 programação de ontem, desculpe então. **Rodrigo:** Então Ivone, as duas questões, a
1099 outra questão (da) do momento de apresentação de conselheiros também a
1100 Consolação esclareceu, é isso, podemos avançar então, a programação tá fechada,
1101 nesse sentido? Calma. A Urcmas Consolação durante a pergunta. Nós temos que
1102 inserir a Urcmas. A proposta de 08 as 09, não se ele vai entrar na programação não
1103 dá pra ser simultâneo, (isso já) o Elerson trouxe a questão, tá pacificada, não dá pra
1104 ser simultânea porque a Urcma vai competir com a organização dos Fóruns o público
1105 dos Fóruns é o público das Urcmas, mas não necessariamente mais um que tiver já
1106 atrapalhou. **Consolação:** Soyla você me ajuda pro favor. É, e os demais
1107 representantes de Urcmas também de município eu estou pensando o seguinte, de 08
1108 as 09 a gente poderia fazer no segundo dia ou se achar que isso podia impactar na
1109 questão da presença tem uma segunda proposta a gente faria a continuação dos
1110 trabalhos a partir de 08 horas, de 08 as 11, e as Urcmas pegaria de 11 a 12 antes do
1111 almoço, aí eu coloco as 2 questões pra vocês verem. **Soyla** – CMAS de Paracatu, eu
1112 acredito que a segunda opção é uma boa opção. Já que realizamos a reunião da
1113 Urcmas na última conferência e foi antes do período do almoço e a gente conseguiu
1114 uma boa adesão se eu me recordo, é isso. **Rodrigo:** Ivone. **Ivone:** Eu só acho assim
1115 como o processo de eleição vai ser nesse período da manhã ou vai ser antes, não mas
1116 você está colocando aos encontros das Urcmas depois do período eleitoral, é isso, o
1117 período eleitoral não está marcado de 09 as 11? Quer dizer eu acho assim sabe, é um
1118 momento mais delicado eu sugeria ficar na parte da tarde do dia anterior porque você
1119 vai finalizar o trabalho dos eixos até umas 17:00 horas eu tô ponto aí, (né, porque
1120 ficou os eixos, depois do almoço até a hora do jantar, quer dizer não acho que poderia
1121 colocar os eixos até 17:00 horas e tem outro quadro aqui colocar reuniões Urcmas,
1122 tal, tal, tal, tal, 17 as 18 e pode estender até as 19 horas que o jantar, né. Porque eu
1123 acho que depois do processo eleitoral não vai dar clima assim, é momento. **Rodrigo:**
1124 Soyla você entendeu a questão que colocar no segundo dia estaria depois da eleição e
1125 é obvio que a organização, esse momento de organização interfere no processo de
1126 eleição, na articulação. É óbvio. **Soyla:** Os 2 horários acho que nos atende né tanto a
1127 opção de Ivone quanto de Consolação, eu acho que são horários tranquilos. O da
1128 eleição não me assusta muito porque apuração não vai ser entregue no resultado no

1129 período da manhã e sim período parte da tarde, então as pessoas envolvidas na
1130 eleição elas vão se direcionar novamente, eu acho que também não atrapalha
1131 também o processo. São bons. **Rodrigo:** Veja bem Soyla a questão aqui olha,
1132 pensando na fala da Ivone e estudando o quadro aqui, qual que é a grande questão o
1133 processo de eleição vai de 09 as 11 a proposta que a Urcmas se reúna é de 11:00 ao
1134 12:00 então em termo de articulação as Urcmas vai ser prejudicada. Teria que ser
1135 mais cedo (né) ou no dia anterior, a gente tem que tentar achar. Eu acho sim que isso
1136 tem estar na programação. **Soyla-** CMAS de Paracatu: No dia anterior que foi
1137 levantado pela Ivone é antes do jantar não é isso, só que antes de jantar não são os
1138 Fóruns? Não tem como, senão a gente volta a opção 1 de novo, que é opção de se
1139 aliar todo mundo junto e vai esvaziar as Urcmas. Na verdade o buraquinho que a
1140 gente está encontrando é no segundo dia mesmo. **Rodrigo:** E então se a gente iniciar
1141 as 08 horas da manhã, né, é inicia 08, coloca na programação aqui de 08 as 09 as
1142 Urcmas e de 09 em diante a programação, **Soyla:** É uma boa opção também.
1143 **Rodrigo:** É a primeira proposta que a Consolação fez. Corre o risco de esvaziar em
1144 função do horário, mas é compromisso. Mas as pessoas estão aqui pra isso. **Soyla** –
1145 CMAS de novo: Eu acredito que vai depender muito da nossa articulação, quem é
1146 comprometido com os Fóruns e com as Urcmas já vai começar a articulação desde do
1147 início pra se unir né, e falar não a gente vai ter uma reunião em determinado horário
1148 esteja lá porque é um interesse né mas eu acho que é articulação a agente vai
1149 começar a articular desde do primeiro dia. É bom. **Rodrigo** de novo: E o mais
1150 interessante Soyla é que aí a gente ganha também a adesão da galera dos Fóruns no
1151 dia anterior eu acho que é um momento importantíssimo, é uma conquista que está
1152 tendo aqui. Eu achei que dessa forma, de manhã ficou bom. **João:** Bom é só pra
1153 complementar a ideia da companheira aqui Soyla é que eu acho como se a gente
1154 tornar oficial essa participação nesse momento das Urcmas, acho que na leitura do
1155 regimento, eu não sei como que a gente faz isso no início da conferência, eu acho que
1156 as pessoas que estiverem presentes já vão ficar sabendo que vai ter o momento do
1157 encontro das Urcmas porque eu também sou defensor das Urcmas, assim Soyla pode
1158 estar saindo do conselho nesse momento mas eu vou lutar pra ficar pra defender as
1159 Urcmas, então a gente precisar tornar ela no calendário mesmo pra que as pessoas
1160 possam saber que a gente vai ter o momento das Urcmas, a gente não pode morrer
1161 aqui no conselho porque uma companheira vai sair. O grupo tem que continuar
1162 defendendo essa ideia. **Rodrigo:** Ok, Marta. **Marta:** Eu queria só sugerir depois achar
1163 um nome adequado porque diz assim Fóruns, Urcmas nós estamos sabendo o que nós
1164 estamos falando agora quem não conhece, o que é isso aqui, então pra depois achar
1165 um título mais adequado, é reunião simultânea, mas depois a gente redige isso, tá,
1166 mas pra gente ficar claro, e saber que a comissão organizadora vai ter requerimento
1167 de outros encontros, de Conselhos Regionais de Categorias Profissionais, né e tal
1168 (mas) que necessariamente não precisam constar na programação mas ao longo da
1169 conferência vão acontecer, vão precisar de espaço, vão precisar ser divulgados
1170 também, só pra gente lembrar que a dinâmica (é maior) agora aqui a gente consegue
1171 desenhar, né e aí a gente vai ter que depois deixar claro disponibilidade de espaços,
1172 os horários, né, tá bom? **Rodrigo:** Sim concordo, Rodrigo, concordo Marta e aí
1173 lembrando que o nosso compromisso é institucional para além de tudo com a classe
1174 trabalhadora com os usuários (né) mas o nosso compromisso é institucional é Fóruns
1175 e Urcmas normatizado né, os demais a gente vai, é movimento, é organização é

1176 orgânico, então bora lá reunir debaixo da árvore, a gente divulga, a gente oportuniza
1177 mas também com muita sabedoria de que espaço ele é. Ivone, artigo 24. **Ivone:** É,
1178 na verdade (é) já foi respondido né, porque foi da colocação aí da legislação então eu
1179 me entendi então estou me retirando eu compreendi. **Rodrigo:** Artigo 28, (é) desde
1180 ontem a gente pactuou que a gente não ia ficar, (né) mas é porque eu acho assim é
1181 melhor sobrar do que faltar (né), aqui, vamos colocar lá, Belo Horizonte vou levar o
1182 parágrafo pro, até para o conselheiro Márcio, artigo 28 o CEAS se responsabilizará na
1183 13ª Conferência Estadual de Assistência Social pela hospedagem em Belo Horizonte e
1184 pelo transporte da rodoviário nesse município até o local do evento aos delegados
1185 representantes da sociedade civil oriundos das conferências regionais, pensando,
1186 pensando, que a gente, nós temos (a gente é terrível) nós temos algumas secretarias
1187 executivas ainda do interior que estão se habituando com a linguagem jurídica, com a
1188 linguagem de resolução, eu acho (né) que aí matando o português de alguma forma
1189 de Belo Horizonte e pelo transporte da rodoviária de BH porque nesse município, ah
1190 do meu município, entendeu? De Belo Horizonte, porque é isso que nós vamos
1191 responsabilizar, Isac e Márcio. Isac primeiro depois Márcio. **Isaque:** Bom dia a todas
1192 e todos, conselheiro Isac representante dos usuários, eu não vi assim nessa resolução
1193 tá falando que o estado não se responsabilizará pela vinda dos conselheiros da
1194 sociedade civil, eu acho que a gente precisa pelo menos dizer quem que vai
1195 responsabilizar porque eu lembro de conferências anteriores é, acho que até eu já tive
1196 demandas pro CEAS antes de ser conselheiros, de problema com município porque
1197 assim o município não entendia que ele era responsável pela vinda dos delegados,
1198 então acho que precisa deixar claro isso na resolução ou pelo menos recomendar.
1199 **Rodrigo:** Artigo 31 Isac. **Isac:** Tá bom então, então me desculpe. **Rodrigo:** Não,
1200 confere aí pra ver de atende. **Isac:** Não, é porque eu não estou com a resolução
1201 aqui. **Rodrigo:** Artigo 31 conselheiro Isac. **Isac:** Recomenda-se hospedagem diária
1202 dos delegados governamentais à conferência estadual que seja custeado pelos
1203 municípios, conforme disposto no parágrafo único, bem como o transporte desses
1204 delegados da sociedade civil até o município da conferência. Obrigado, retiro minha
1205 colocação. **Rodrigo:** Atende? **Isac:** Atende. **Rodrigo:** Ok, Márcio. **Márcio:** É
1206 senhores conselheiros e conselheiras e mesa diretora, minha companheira
1207 Consolação, me escute por favor, gosto muito de você, o pior que ela tá falando
1208 dentro da minha orelha, eu não sei se eu falo ou escuto ela, ô gente é o seguinte, é
1209 porque eu não sei se é por que eu estou muito habituado participo desse conselho, eu
1210 já participei anterior em dois mil e pouco, e agora voltei, né (nessa), nesse último
1211 mandato agora, em momento nenhum, no regimento e em todas as partes eu vejo
1212 falar da garantia do se assegurar da acessibilidade, eu entendo a princípio que pelo
1213 tempo que eu participo que isso deve ter passado na cabeça e principalmente nos
1214 olhares atento da nossa super secretária executiva, mas eu fico com medo de faltar
1215 essa palavra e depois os meus companheiros, daqui infelizmente pode acontecer
1216 alguma falha, porque é normal né, onde tem ser humano tem falha mesmo, então eu
1217 gostaria que em algum momento essa palavra garantia de acessibilidade não só para
1218 pessoas com deficiência mas todas as pessoas com mobilidade reduzida, como é a
1219 questão dos surdos, né o intérprete se tiver surdo, é, apoio áudio descrição para
1220 deficientes visuais, ou pessoas de apoio pra tá lendo material para o deficiente visual
1221 porque não vai se produzir material em braile porque eu acho mesmo bobagem
1222 porque o material fica tão grande que até a gente tem com preguiça de carregar,

1223 então, mas pessoa que possa estar me dar apoio por exemplo como Consolação,
1224 pessoal aqui, os conselheiros tenham esse olhar atento aqui nas plenárias, mas lá na
1225 conferência com 700 pessoas não vai se ter essa mesma garantia, é pros outros
1226 companheiros, porque pra mim quanto conselheiro eu tenho certeza que eu sempre
1227 terei bom apoio como sempre tenho tido aqui, aí eu queria solicitar que em algum
1228 momento aí do regimento a gente fizesse essa referência embora as intenções eu
1229 acredito que existam e os olhares atentos para isso mas era bom que fique
1230 normatizado isso também. Obrigado. **Consolação:** Márcio, a gente (né) não coloca na
1231 resolução a acessibilidade, porque como é uma obrigação existe tanta normativa que
1232 fala sobre isso, o Conselho já tem um documento de acessibilidade que ele aprovou,
1233 então a gente (né) já entende esse cumprimento, pra você ter uma ideia a gente
1234 sempre né não só na questão da inscrição a gente ver tudo que a pessoa está
1235 precisando então esse é o olhar atento, de carro adaptado temos isso sabe, mas (a
1236 gente vai) eu só quero assim porque que não tá aqui, mas não foi não observado
1237 entendeu, porque a gente inclusive tem todo esse olhar, mas vamos incluir aqui nas
1238 disposições gerais, perfeito. **Rodrigo:** É isso Consolação, eu ia pedir pra que a gente
1239 incluísse aqui, observar-se-á o manual de acessibilidade do conselho, né estadual e as
1240 resoluções e demais normativas à questão de acessibilidade, ótimo, e aí então acho
1241 cria o artigo eu acho importante dá visibilidade a essas questões. Isac outra coisa
1242 também é que nós vamos fazer, foi tirado (né) o indicativo ontem da comissão a
1243 parceria com o Cogemas e com a AMM (né) e obviamente a gente conta com a
1244 parceria (é)m sempre da Sedese (é) pra gente mobilizar os prefeitos (né) , as
1245 secretárias e os conselhos (é) para o transporte desses usuários da sociedade civil
1246 (né), então nós vamos fazer ofícios pra os 3 (né): conselhos, prefeitos e secretários
1247 nesse sentido também reforçando a questão, é obvio gente, a gente sabe a gente já
1248 está ciente disso que haverá uma quebra, uma esvaziamento desta conferência, essa
1249 conferência está menor, quando a gente lança pros município nessa crise, sem
1250 recebimento de recurso estadual, aliás retratando, com recebimento parcial de
1251 recurso (é) estadual e sem recebimento ou também parte dos recursos federais é
1252 obvio que a gente joga pro município um peso ainda um pouco maior (né) é e de
1253 transporte sobretudo, esse município as vezes não tem disponibilidade de van porque
1254 a van está fazendo transporte escolar, muitas vezes nesse sentido e aí acaba tendo
1255 de vir carro de passeio carro pequeno, então e aí as vezes arrega a questão de que o
1256 carro tá pra saúde, é uma série de coisa então a gente discutiu isso mas diante do
1257 orçamento que a gente tem e diante dos conflitos a gente não tem outra escolha.
1258 Sandra. **Sandra** CMAS Montes Claros: Ô Rodrigo, talvez fosse interessante que
1259 nesses documentos que vai ser encaminhado aos Prefeitos e aos Secretários ao
1260 Gestor pudesse fazer referência ao IGD SUAS porque no IGD pode-se pagar as
1261 passagens, diárias dos delegados e a maioria dos municípios tá com saldo no IGD
1262 SUAS. **Rodrigo:** A gente já fez, vai fazer novamente a gente tem falado. **Sandra:** O
1263 Gestor tá brigando comigo falando que não tem saldo não mas pode ser que todos
1264 não tenham mas tem município que tem saldo do IGD, quem tem saldo usa o recurso
1265 do IGD SUAS pra isso aí, para essa finalidade também. **Rodrigo:** Sim Sandra e ainda
1266 a gente vai reforçar dos 3% no mínimo do conselho, chamando atenção pra esse
1267 recurso, né que se o gestor falar que não tem mas o conselho tem que ter
1268 exatamente, do IGD SUAS e do IGD bolsa, dos IGD's né. Você quer falar. Consolação
1269 e Patrícia. **Consolação:** Márcio, (é) pensando aqui, eu nem me fiz menção ao

1270 documento, vê se atende, acessibilidade para os delegados com deficiência está
1271 garantido na 13ª Conferência Estadual de Assistência Social, conforme informação
1272 prestada na inscrição do mesmo, porque a gente também tem questões específicas se
1273 a pessoa não me fala né, a gente não tem como adivinhar. Pode ser? **Rodrigo:** Só
1274 acrescentar, observar os regramentos, as leis, né, alguma coisa nesse sentido.
1275 Patrícia. **Patrícia** – CMAS Nova Lima: Eu estou pensando se não seria o caso de fazer
1276 considerando alusão da crise financeira do estado, é talvez ao decreto eu não sei
1277 como chama mas tem um decreto financeiro, né porque aí meio que no início já
1278 justificaria assim essas restrições da conferência. **Rodrigo:** Helder, artigo 30, então
1279 (é) eu tinha feito menção ao artigo 28, a inclusão só tirar desse município e colocar no
1280 município de BH, acho que ninguém questionou, (é) artigo 30 Helder. Pode Soyla.
1281 **Soyla**-CMAS Paracatu: Eu só de gostaria de dizer uma coisa, uma observação
1282 enquanto conselho municipal, que é bem o que a Sandra falou realmente a gente tem
1283 direito de cobrar os 3%, mas enquanto conselheiros municipais a gente tá tendo a
1284 sensibilidade de entender que os nossos municípios estão precisando muito desse
1285 dinheiro, então assim chegou num momento que o conselho municipal não tá tendo
1286 coragem de virar e falar assim eu vou cobrar meus 3% porque de repente o trem tá
1287 tão apertado lá no CRAS e no CREAS que é um dinheiro mais flexível igual o piso
1288 mineiro, que pode ser feito alguma coisa, que a coisa tá feia gente tem CRAS que tá
1289 faltando papel higiênico, você vai conversar com os municípios, então assim é nesse
1290 sentido sabe de aperto, não é só o estado que tá sofrendo não porque quem tá na
1291 ponta é os municípios e os municípios estão sofrendo hoje enquanto CMAS a gente
1292 tem que ter a sensibilidade de entender as entidades, de entender que essas entidade
1293 não vão oferecer os 100% que eles ofereciam em 2016 quando a gente estava no
1294 auge, né pelo menos a nível nacional, então (é) eu não tenho cara de cobrar enquanto
1295 conselheira, como eu cobraria em 2015, 2016, hoje das entidades que elas ofereçam
1296 a mesma quantidade de atendimento, eu não estou falando de qualidade, qualidade
1297 tem que ser cobrada, diminui-se os atendimento mas tenha qualidade, mas
1298 quantidade e IGD, nesse momento a gente cobrar o IGD para poder tá favorecendo,
1299 trazer os conselheiros vai ser difícil. Obrigada. **Rodrigo:** Bem pontuado, Soyla sempre
1300 muito lúcida muito sensata, é isso né, mas vamos ver o que mais que a gente pode
1301 fazer, (né) tem a moção lá de Montes Claros (né) acho que a gente tem que pensar
1302 mesmo na regional. Ivone quer fazer uma consideração do artigo 28. **Ivone:** É que
1303 relendo agora (Ivone-Cogemas) porque tá garantindo hospedagem e alimentação,
1304 (que eu) hospedagem a todos os delegados na sociedade civil, inclusive BH também,
1305 todos os delegados de Belo Horizonte, hospedagem também? Essa questão que eu
1306 coloquei. **Rodrigo:** Não citou BH ainda, Consolação por favor, deixa em aberto porque
1307 tem questões que a gente tem que ver quando pautar as questões das diárias. Calma,
1308 senão a gente vai ter que entrar num ponto de pauta que não é agora. Ok. É Helder
1309 artigo 30. **Helder** - CMAS de Pedro Leopoldo: É, muitos desses questionamentos que
1310 eu tinha escrito aqui já foram respondidos, algumas questões também já foram
1311 abordadas aqui (é) eu só queria saber mesmo se já foi feito levantamento dos
1312 municípios que já manifestaram essa realização da conferência né, compreendo por
1313 exemplo no caso de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo (é) não vai realizar a
1314 conferência municipal e eu já tenho conhecimento de alguns outros municípios e com
1315 isso Rodrigo entra naquilo que você mesmo disse (né), de uma conferência esvaziada,
1316 eu acho que é interessante a gente refazer esses cálculos, é interessante a gente

1317 verificar porque sabemos que trata-se de uma instância máxima de participação
1318 social, por mais que a gente fale sobre a questão do IGD, questão de outros recursos
1319 que podem ser utilizados, (né) e aí complementando o que a própria colega Soyla
1320 colocou, a gente sabe da realidade dos municípios e isso tende a esvaziar cada vez
1321 mais, medidas como essas simplesmente não sei, acho que é interessante a gente
1322 pensar nisso aí, se já foi feito levantamento, se os municípios todos já manifestaram
1323 se vai fazer a conferência ou não, porque talvez a gente esteja discutindo uma
1324 questão de cálculo aí que já foi ultrapassado, não sei, fica essa questionamento aqui,
1325 outra coisa também que eu gostaria de saber que se nessa questão dos delegados
1326 existe a questão também da concepção dos delegados natos, que por exemplo nós
1327 também temos a questão dos conselheiros governamentais aqui, (né) que eles estão
1328 inseridos nesse contextos, também temos a questão dos delegados, ou melhor dos
1329 conselheiros governamentais que não vão ser delegados natos pela questão do
1330 mandato que não vão permitir a recondução, tem alguma? como no meu caso eu sou
1331 conselheiro governamental e eu não sou delegado nato, não é, até a conferência? E aí
1332 nesse caso aqui todos nós aqui delegados natos também estaríamos incluso nesse
1333 artigo 30? **Rodrigo:** Ô Helder, (é) com relação a Pedro Leopoldo igual você disse, eu
1334 gostaria de fazer um questionamento não pra você tá, não é pra você, levantar uma
1335 situação, eu acho que é no mínimo temerário que um município que tem conselheiro
1336 estadual que não faça a conferência, (né) é contraditório, tá, é, eu já sabia dessa
1337 informação a gente já havia conversado, é, em cima muito dessa preocupação e dos
1338 relatórios que eu tenho dos municípios que já confirmaram ainda um painel muito
1339 pequeno de municípios com base no estado que não chega em nem 10% do estado
1340 (né) que responderam o questionamento, sendo que nem 10% responderam e desses
1341 ainda 2 responderam que não vão fazer, que veio a ideia da gente fazer esse mutirão
1342 pra ligar para os municípios, ligar primeiro para os presidentes do conselhos, se for
1343 preciso ligar para o secretários se for preciso ligar par aos prefeitos, pra tentar
1344 orientar sobre esse processo de conferência, (né) desmitificando esse processo,
1345 mostrando que ele pode ser feito de outras formas de outros formatos, que não
1346 precisa de ser aquele momento (é) dispendioso difícil de elaboração é um momento
1347 da gente realmente de inovar, e aí por exemplo Paracatu fez isso muito bem, (né)
1348 durante esse tempo Soyla vem demonstrando pra gente aí como que pode ser o
1349 diálogo com a comunidade, a colcha de retalhos, ela agora já teve uma outra ideia,
1350 eu acho assim é isso, oportunizar pra que o usuário participe, é pra eles. Tá. Com
1351 relação a outra questão eu vou passar pra Consolação que ela tem a orientação.
1352 **Helder:** Eu estou relendo aqui mas está bem claro no artigo 30, que oriundo das
1353 conferências regionais, e aí eu consigo compreender, mas é só mesmo questão de ter
1354 certeza, se é oriundo de conferências regionais então não envolve delegado nato. É
1355 essa a ideia. **Rodrigo:** Não, envolve o delegado nato já tá lá nos outros artigos
1356 relatados do que lá na frente. Quer que volta pra gente tentar esclarecer, vamos ver
1357 onde está o delgado nato aí. Vamos pra frente então, mas alguma consideração
1358 conselheiros, esgotamos todas as questões, conseguimos contemplar tudo que tinha
1359 sido feito, todos os requisitos programatizado, dentro do que foi incluído tem algum
1360 conselheiro que tenha alguma ressalva, posso colocar em votação o regimento com as
1361 inclusões? Janaina. **Janaina-Sedese:** Só uma breve observação, a resolução ela traz a
1362 perspectiva das conferências regionais e a gente também tem a coordenada atuando
1363 no plano de assistência social de assistência social nos próximos meses e a gente quer

1364 aproveitar a oportunidade das deliberações das conferências tanto as regionais
1365 quanto as estaduais pra que de maneira legítima isso complete também o plano de
1366 assistência social, tá, então é mais pra gente trazer isso aqui para os conselheiros
1367 como ponto (né) de informação e de colaboração também para que a gente esteja
1368 coincidente do momento em que a gente tiver participando das conferências (né) no
1369 âmbito regional e estadual porque elas vão alimentar o processo do plano estadual. Tá
1370 bom? É isso. **Rodrigo:** Eu penso que será que é uma pergunta, tá, uma orientação
1371 até dos conselheiros da secretaria executiva, quem souber, (é) não caberia entende,
1372 colocar um artigo aqui, para reforçar isso assim, já é uma rotina né, isso já está
1373 normatizado, mas eu acho que reafirma esse momento, colocar aqui: as deliberações
1374 oriundas das conferências regionais deliberadas em conferências regionais e na
1375 conferência estadual incorporarão o plano estadual de assistência social e do conselho
1376 estadual do plano estadual do conselho. O que vocês acham? Não, o que couber, é
1377 obvio, incorporação do que couber, não cita, microfone conselheira. **Patrícia** – CMAS
1378 Nova Lima: Pelas normativas que dispõe sobre a elaboração do plano já fala que tem
1379 que contemplar as deliberações da conferência né e isso colocar no que couber, aí
1380 tipo quem que vai selecionar começa a ficar complicado eu acho. **Consolação:** É, e
1381 acredito quem tiver na fala (né) do estado nas conferências regionais e na estadual
1382 incorpora isso na fala porque é algo interessante de ser reafirmado nesse momento
1383 para os municípios sabe, fala olha o que vocês estão definindo aqui está sendo
1384 acolhido pra um plano estadual porque nesse momento a gente tá falando de tanta
1385 coisa né, contra o sistema, falar que o estado tá acolhendo isso dá até outro gás até
1386 para a participação, sabe. **Cristiano-Sedese:** Só para reforçar isso, que eu acho que é
1387 importante também a gente fazer esse exercício, e isso lá na conferência também
1388 acho que isso vai ser bem falado, que é esse exercício que o estado tem feito de agir
1389 com responsabilidade, não é prometer executar uma ação que financeiramente não
1390 vai ser possível ou que também durante o período de 4 anos não vai ser possível,
1391 então é planejar (com) e executar com responsabilidade. **Rodrigo:** Beleza, como eu
1392 disse, já existem normas, que agora só Deus para tentar acolher, mas eu acato eu
1393 achei ótimo e bem ponderado. Então vamos colocar em votação a resolução 667 de
1394 2019 com as inclusões, então antes Marta-Sedese: **Marta:** Tá vendo, mexe com a
1395 Marta, Marta tá quieta ali, artigo VIII fala assim, a conferência estadual de assistência
1396 social constitui-se em instância máxima de mobilização, participação social e
1397 deliberação e tem a finalidade de avaliar a situação aqui tá como VIII da organização,
1398 mudou, mas é porque a gente não tem, então a conferência constitui-se então é XIX
1399 como instância máxima de mobilização, participação social e deliberação e tem a
1400 finalidade de avaliar a situação assistencial na perspectiva de sistema único de
1401 assistencial suas e propor novas diretrizes para seu planejamento e propor novas
1402 diretrizes para o planejamento do estado. **Rodrigo:** Meu Deus, é muita cuca no lance,
1403 né então vamos lá, é então de acordo com as inclusões conselheiros, então ótimo, em
1404 regime de votação, os conselheiros que aprovam então a resolução 667, 667 de
1405 2019? Contrários? Abstencões. Não vou votar não gente é só mesmo a troca do Hugo
1406 que ele tá com o crachazinho de suplente e ele tá em titularidade, tá é que o titular é
1407 o amarelinho é só que visualmente chama a atenção. Não de maneira nenhuma.
1408 Abstencões, abstencões, contrários, conselheiros em regime de votação, abstencões,
1409 contrários, resolução aprovada. Pois bem, meio-dia, eu sugiro a gente não iniciar
1410 nenhum outro ponto de pauta, nem de comissão, a vamos distribuir o processo,

1411 rapidinho que a gente já mata esse assunto, tá é rapidinho, então vamos lá, nós
1412 temos, com vistas ao licenciamento LI com vistas na barragem, conselheiros,
1413 aguardando, distribuição do processo de licenciamento ambiental do Pas barragem
1414 com vistasa licença de instalação LI, sede da distribuição da Pas Barragem da
1415 pequena central hidrelétrica PCH Cambui de responsabilidade da voltalia energia do
1416 Brasil LPDA Ltda, é que será instalada no rio Paraibuna entre os municípios de
1417 Belmiro Braga e Simão Pereira em Minas Gerais e Comendador Levi Gasparim é de Rio
1418 de Janeiro, tá, conforme lista sequencial segue o conselheiro relator Elerson Filho da
1419 Cáritas, não mas isso é por livre, democracia impositiva. Isso foi sorteado. Tá
1420 conselheiro, (caso o, é a gente) secretária executiva no microfone por favor. **Rosa:** Só
1421 explicando conselheiro (Rosa- secretária executiva do CEAS): É, cada um de vocês
1422 dos titulares tem essa lista, (né) então aqui é só uma informação do processo que
1423 vocês está recebendo, então o Elerson ele sabe que na sequência, ele não sabe que
1424 hoje ele recebeu, mas ele na segunda feira ele já vai ser comunicado que esse
1425 processo é dele, na lista sequencial que vocês tem. **Rodrigo:** É, Rosa em questão (só
1426 uma questão) caso o conselheiro se julgue incompetente para (esta) esse
1427 empreendimento, quando eu estou dizendo de incompetente eu não tô dizendo de
1428 incompetência técnica, né o juiz se julga, (o juiz) todo juiz quando ele tem alguma
1429 motivação, alguma questão que ele não pode julgar aquele processo ele se julga
1430 incompetente mas é incompetente que eles falam. No termo é incompetente. Caso
1431 não é. Está aqui a doutora aqui. Vou passar para o conselheiro Márcio com *toda vênia*.
1432 **Márcio:** Ô gente porque tecnicamente e juridicamente é o juiz se sente competente
1433 ou não se ele tem alguma suspeição, se ele é parente se ele conhece se é amigo
1434 pessoal da empresa, coisa do gênero alguma coisa que o ligue a definição que ele tem
1435 que tomar a decisão que ele tem que tomar, então nesse caso do processo
1436 incompetência ou não, vamos supor, é parente de alguém que vai estar envolvido no
1437 processo, então obviamente ele tem interesse nesse processo então ele é dito
1438 incompetente não de conhecimento mas por ter vínculo com a atividade. É só isso.
1439 **Rodrigo:** Não. Senhores conselheiros eu sei o que eu estou falando, senhor
1440 conselheiro, caso, então pegando nessa terminologia explicando (né) pra registro em
1441 ata, (nessa) que ele tenha alguma relação até mesmo por entidade, porque a
1442 entidade é uma entidade grande que as vezes já se relacionou (né) seja em qualquer
1443 situação com o empreendedor ou com os envolvidos em algum momento, caso ele se
1444 ache incompetente ele pode alegar e passar para outro? **Rosa:** Pode, mas até então
1445 não aconteceu isso aqui no CEAS ainda, mas se a plenária aprovar que pode, passa
1446 pra frente, passa pro próximo. **Rodrigo:** É, na hora que ele retornar então a gente só
1447 confirma, peço a secretaria que confirme com ele, por enquanto fica a decisão que é
1448 dele, como bem você disse foi sorteio lá trás quando a gente entrou né, então ele é o
1449 próximo, se houver algum questionamento ele coloque em plenária e a gente vota o
1450 assunto. **Rosa:** É mas deixando claro gente que este procedimento é um
1451 procedimento que foi aprovado numa resolução na resolução 318 que cada um de
1452 vocês também teve acesso ou pode ter acesso, é um procedimento já regulamentado
1453 pelo CEAS, né, esse caso que o Rodrigo está expondo nunca aconteceu no CEAS, o
1454 conselheiro ele assume a relatoria como todos vocês um dia vão relatar esse
1455 processo, enfim. **Rodrigo:** É só mesmo um zelo tá conselheiros acho que não vai ter
1456 chamamento é só um zelo mesmo. É, Consolação que dá um informe também quero
1457 zerar outro ponto de pauta que é rápida. **Consolação:** É sobre o processo de eleição

1458 do CEAS, né tá aqui o ponto mas é porque a gente tinha a pretensão de reunir a
1459 comissão mais 2, (é) mas a gente não teve condição dessa reunião, quem compõe a
1460 comissão é Arlete, Helder, Isac, Juanita, Juanita inclusive de férias (né) , o Isac em
1461 questão de aula a gente teve essa impossibilidade, e aí, então é só pra falar o
1462 seguinte, como não se reuniu a previsão da reunião da comissão é na primeira
1463 quinzena, nós vamos definir conversar com os conselheiros, nós já minutamos uma
1464 resolução já está no poder dos membros da comissão, e aí a comissão ela precisa
1465 necessariamente estar aqui na plenária de agosto porque nós temos que ter prazo
1466 para divulgação por processo de escolha, então a questão é que nós vamos fechar
1467 essa reunião essa proposta da reunião informar aos conselheiros que vocês receberão
1468 a minuta antes da plenária e a gente solicita a leitura e contribuição desse processo
1469 pra que a gente possa vir mais concessuado na plenária de agosto. É só isso mas nós
1470 vamos estar discutindo internamente né Isac ele contribuiu já a Juanita, nós vamos
1471 estar fechando mas fechar presencialmente e depois a gente encaminha a minuta de
1472 resolução a todos os conselheiros. Obrigada. Janaína. **Janaína:** Só pra trazer também
1473 uma questão, a gente ficou bastante feliz em relação a construção da frente
1474 parlamentar, (é) espaço entre democracia são muito importante principalmente a
1475 construção entre legislativo e o executivo, e enquanto a gente tá aqui eu estou
1476 conversando em CEAS sempre, (né) o controle social, e aí enquanto a gente estar
1477 conversando em também fui construindo com a nossa secretária Elizabeth Jucá, e aí
1478 eu queria compartilhar uma boa notícia que a gente se coloque enquanto Sedese
1479 também a disposição pra que há um grupo interno um grupo de estudos pra poder
1480 colaborar com a frente no que for necessário, tá bom, e também pensando no CEAS,
1481 nos conselheiros, os nossos superintendente de SUBAS, Sedese, tá então eu queria
1482 compartilhar com vocês essa boa notícia, e aí Zé a gente está juntamente a
1483 disposição de vocês tá bom no que precisar pra gente é muito importante o
1484 fortalecimento do SUAS e atuação entre o legislativo e executivo pra que isso
1485 aconteça na prática, tá bom obrigada viu. **Rodrigo:** Tá bem conselheiros, vamos
1486 voltar uma e meia cuidado para não atrasar. **Rodrigo:** Boa tarde a todos
1487 conselheiros, sejam bem vindos novamente, (tá aqui Consolação), gostaria de
1488 registrar aqui e agradecer a presença da Fátima do Fórum Municipal dos Usuários de
1489 BH, ela teve ontem na frente mineira, (né) aceitou o convite que a gente fez lá de
1490 participar do CEAS depois eu peço que deem o calendário das reuniões ordinárias do
1491 CEAS, deem o calendário pra Fátima o calendário das reuniões ordinárias do CEAS,
1492 para que ela possa divulgar para o Fórum Municipal de Usuários e sempre que
1493 possível ter um representante aqui Fátima, tá, seja muito bem vinda, (né) o Fórum
1494 ontem teve uma participação bacana na frente mineira, gostei bastante tá bem
1495 organizado eu acho (é) que segue que o CEAS tá tentando trazer (nada sem nós)
1496 nada sobre nós, sem nós, né então é importante que vocês participem mesmo para
1497 nos ajudar a direcionar (né) os trabalhos aqui e fazer com que a gente traduz em
1498 políticas públicas em ofertas o que vocês mais precisam mesmo. Então seguindo
1499 nossa pauta vamos pra questão o próximo ponto é as questões das diárias, eu vou
1500 pedir pra secretária executiva que faça um breve relato da tramitação como isso
1501 chegou ao CEAS e depois eu passo pra subsecretária e conselheira vice-presidente
1502 Janaína para que ela possa então fazer os apontamentos de gestão pra outros
1503 conselheiros, como o porque disso e posteriormente a gente abre o microfone para os
1504 conselheiros. **Consolação:** Boa tarde, Consolação, é no dia 08 de julho né na

1505 segunda feita eu recebi uma ligação do diretor de planejamento, orçamento e finanças
1506 Vitor Ribeiro, a gente questionou a gente estava verificando, é ele me questionou (né)
1507 que ele estava verificando as diárias (né), todo os processos de diárias, porque elas
1508 tem um fluxo, a gente faz a solicitação é aprovada lá pela Janaína e vai pro financeiro,
1509 o financeiro é responsável pela conferência de todo processo e pra depois fazer o
1510 pagamento, então nesse processo de conferência ele se deparou com o processos de
1511 um dos conselhos, (é) agora acho que posso falar, não é de quem foi o processo né,
1512 nomes, de um dos conselheiros e detectou que esse conselheiro ele também era
1513 servidor estadual e estava no sistema isso, e aí ele questionou que além de ser um
1514 conselheiro estadual que estava recebendo a diária ele questionou que não estava
1515 havendo também, a gente tinha que fazer a diminuição do ticket alimentação daquela
1516 diária e que isso também não estava sendo feito, então ele chama atenção para isso e
1517 me pergunta falando assim, olha, não pode conselheiro que é servidor público seja ele
1518 estadual, municipal da região metropolitana dos municípios que dispõe o decreto de
1519 diária (é fazer) receber diária para participar de reunião e aí me mostrou (né) o
1520 aspecto do decreto falando comigo, eu abri o decreto e a gente ficou conversando
1521 sobre ele, eu falei com ele que a gente (é) praticava isso a bastante tempo não só
1522 pra esse servidor que é aquele que ele se serviria como também pra servidores
1523 municipais que são conselheiros e que representam entidades da sociedade civil,
1524 porque entendíamos que eles estão representando a sociedade civil, isso eu já
1525 adiantei no telefone, não o governo, e que isso era uma prática do CEAS antiga, aí ele
1526 falou que não poderia e se eu poderia encaminhar a ele o nome dos conselheiros que
1527 estavam nessa condição e que recebiam a diária eu passei pra ele, o email tá aqui a
1528 cópia se alguém quiser tá aqui eu passei a cópia disso pra ele, porque ele falou que
1529 não poderia e eu solicitei no telefone falando com ele que eu preciso disso por escrito
1530 porque falar comigo que não pode, então ele falou assim eu quero a relação dos
1531 conselheiros você poderia me mandar eu falei claro a informação ela é pública a gente
1532 não em nada a esconder dos procedimentos praticados porque a gente acredita que
1533 a gente tá praticando de uma forma correta dentro da legalidade. Então eu passei o
1534 quadro pra ele, ele recebeu (né) nesse dia e me retornou no dia seguinte ele me
1535 manda pro email encaminhando a manifestação do CSC que é o centro de serviços
1536 responsáveis por diárias, pagamentos no estado que tá dentro inclusive de uma
1537 secretária da casa civil se eu não me engano, da Seplag hoje? Da Seplag, e fala da
1538 vedação de pagamento de diárias de viagens entre municípios da região metropolitana
1539 de BH à conselheiros estaduais que sejam servidores públicos de qualquer esfera e
1540 coloca, estamos fazendo levantamento (né) das pessoas, e é aquelas e eu falei que se
1541 tiver mais algum nessa situação que ele me informasse e aí no email que ele replica
1542 (né) que continuando o que eu tinha encaminhado a ele vem o CSC, a Eliane do CSC
1543 fala (é) prezado Vitor é vedado o pagamento da diária e deslocamento entre
1544 municípios da região metropolitana de BH enclados no item B para servidores
1545 municipais porque são empregados de outras esferas. Colocou-se isso e aí segue
1546 diálogo (né) da consulta que ele fez e esses encaminhamentos e aí não com conteúdo
1547 diferente a isso, ele faz a consulta ao CSC coloca (o) esse inciso VII do decreto que
1548 fala que quando não houver comprovação de pernoite fora da sede de deslocamentos
1549 (né) tá vedado a diária entre os seguintes municípios da região metropolitana, aí cita
1550 os municípios, e parágrafo único citou-se a vedação do inciso VII aos membros de
1551 conselhos estaduais e que não sejam servidores ou empregados públicos e os

1552 colaboradores eventuais. Então ele me mandou isso e imediatamente nesse dia eu
1553 replico o email ao presidente e a vice-presidente e solicito orientações e aí o Rodrigo
1554 vj já me respondeu já no dia 10 para que a gente tomasse providências não só do
1555 conhecimento de saber mais informações sobre isso e de possíveis reuniões junto a
1556 secretaria pra que a gente pudesse resolver isso. **Rodrigo:** Pois bem, as minhas
1557 explicações, as minhas orientações já foram dadas (no) pelo Wadsap mas eu vou
1558 registrar aqui, então de posse disso eu pedi um agendamento de uma reunião sendo
1559 agendado, previamente agendado, para segunda feira daquele dia, daquela semana,
1560 nesse interim a Consolação ao final de semana ela produziu uma nota técnica né
1561 Consolação me enviou para avaliação contra argumentando, buscando mais
1562 esclarecimento e mostrar como que o SUAS funciona, a reunião teve que ser
1563 desmarcada teve que ser cancelada por motivo força maior e aí se a Janaína quiser
1564 falar alguma coisa a respeito, mais e aí eu encontrei então na quinta feira a noite com
1565 a secretária Elizabeth Jucá quando é por um acaso, eu estava indo pra Brasília na
1566 reunião trimestral que seria na sexta feira, eu encontrei com a Elizabeth Jucá no
1567 aeroporto e eu toquei no assunto com ela e ela falou eu não tenho recurso, eu falei
1568 não nós estamos falando de 2 coisas diferentes nós estamos falando do impedimento
1569 de recebimento de diária agora que aconteceu essa semana, ela falou assim não vou
1570 ver isso, tá, (é) quando eu chegar lá eu vou ver isso, não estou sabendo do que se
1571 trata ainda mas nós vamos ver isso, ok, ela foi para Brasília e resolvemos, quando
1572 (na) foi durante a semana, e aí eu voltei e naquele final de semana a Consolação fez
1573 a nota técnica, quando na segunda feira a reunião estaria agendada e aí foi
1574 cancelada, quando foi então que eu liguei e comecei durante aquela semana ligar para
1575 os conselheiros e informar o que estava acontecendo (né) é com relação a diária e aí
1576 também anteontem na segunda feira a Beth voltou a me ligar, (né) e falando a
1577 Elizabeth Jucá voltou a me ligar, é dizendo é que tomou pé do que estava
1578 acontecendo que ia conversar com a Janaina ainda e que iríamos resolver a situação e
1579 se eu perguntasse pra ela como ela não saberia dizer ainda mas que estava envolvida
1580 no processo, embuída no processo de resolver a questão de forma a não cenciar o
1581 controle social, essas foram as palavras que ela falou comigo e falei que esse
1582 Conselho estava nesse mesmo sentimento nesse mesmo horizonte de buscar soluções
1583 (é) que de fato reconheçam o que está prescrito a lei federal , então foram essas as
1584 tramitações da presidência junto a esse fato, tá. **Janaína-Sedese:** É, acho que a
1585 Consolação já trouxe (né) a descrição dos fatos, né, Rodrigo também, (é) eu acho que
1586 a ideia é mesmo só complementar, e como que trazer pra vocês o que a gente tem
1587 feito desde que a gente também teve notícia dessa questão então (é) essa medida ela
1588 é preventiva porque é um processo em que todas as secretarias de estado estão
1589 passando (né) então a área do SPGF então fez essa questão preventivamente (por)
1590 pelo fato do decreto ter artigo que olham pra relativa de continuidade artigos que não,
1591 o artigo em si ele é um artigo que não está claro, e aí a gente tá fazendo apuração em
1592 relação a essas questões principalmente pra evitar problemas para cada um dia de
1593 nós, a gente tá fazendo de maneira preventiva também na perspectiva de olhar pra
1594 cada um dos conselheiros, (né) e aí o que o Rodrigo trouxe (é) a gente tá fazendo
1595 todos os pontos de consulta pra gente normalizar essa situação o quanto antes
1596 olhando basicamente, principalmente pra providências preventivas com todos, com
1597 todos nós com cada um dos conselheiros e aí a nossa secretária a Beth ela está
1598 frente disso pessoalmente e aí eu acho que o Rodrigo trouxe também é um dos

1599 pontos que eu tenho dialogado com ela, ela tem trazido também a gente vai olhar o
1600 como fazer mas a gente vamos normalizar, nos próximos dias ela tem reunião no
1601 Fonseas ela também se colocou à disposição pra trazer isso no Fonseas e aí a gente
1602 encontrar soluções é pra que sejam soluções sustentáveis pra que a gente olhe pra
1603 processos de conseguir sim olhar e fortalecer o SUAS e olhar também pra essa
1604 questão de garantir que todos recebam os processos mas que estejam seguros pelo
1605 administrativos. Tá bom? Então é isso, a gente tá a disposição pra ouvir e pra gente
1606 pensar juntos também, quais são os encaminhamentos, muitos aqui pra além de
1607 administradores públicos que somos tem também formação em direito tem formação,
1608 tá acompanhando a legislação, uma série de legislação então a gente pensar aqui eu
1609 acho que o papel do conselho é de fato reunir líderes e gestores públicos pra pensar
1610 nas soluções da assistência social, então eu acho que é isso o que a gente dispõe aqui
1611 à fazer agora. Tá bom? Era isso, obrigada. **Rodrigo:** Em discussão. Joana pediu fala,
1612 Patrícia. **Joana:** É só uma aspas aqui porque eu estava conversando com a Consola
1613 agora no intervalo, e teve aquela questão que tá voltando um pouco da resolução
1614 sobre o pagamento de hospedagem pra delegados que moram na região de Belo
1615 Horizonte, morem dentro em Belo Horizonte, então(é) eu só queria alertar que seja,
1616 num decreto legalmente, juridicamente a gente não consegue justificar no TR
1617 pagamento de hospedagem para Belo Horizonte, porque ela falou como ficou em ata
1618 decidido que poderia ter sido poderia ser pago a hospedagem para delegados que
1619 moram em Belo Horizonte, a gente tem um entendimento legal jurídico assim então
1620 que é o mesmo decreto é só pra deixar o decreto é de 2016, o decreto. **Rodrigo:**
1621 conselheiros, questão, por favor, conselheiros eu vou pedir Cristiano e Helder eu vou
1622 pedir pra não ter conversa paralela neste momento porque eu acho que ao assunto
1623 interessa a todos, tá. Sim, isso vai ser discutido, vai ser, peço atenção Joana, peço
1624 atenção pra que isso vai ser pauta, e aí a gente então eu vou pedir aos conselheiros
1625 pra que observe o que o outro tá falando porque de repente eu sou contemplado e
1626 não confundam a fala do outro, para não confundir a fala do outro. Patrícia. **Patrícia**
1627 – CMAS Nova Lima: Esse decreto, né de que a gente tá falando, ele dispõe sobre a
1628 viagem a serviço e concessão de diária no âmbito da administração pública direta,
1629 autárquica e fundacional do Poder Executivo e dá outras providências, né. Então ele
1630 não fala de hospedagem como a Joana colocou, mas eu vou dividir a minha fala em 2
1631 momentos e aí vou primeiro o que eu tinha planejado em cima da apresentação já foi
1632 feita e depois um pouco em cima da fala da Joana. Realmente o decreto ele não deixa
1633 dúvida em cima do inciso 7º do parágrafo (é), não do artigo III (né) ele fala assim a
1634 diária não é devida nas seguintes hipóteses, quando não houver comprovação de
1635 pernoite fora da sede nos deslocamentos, alínea B entre os seguintes municípios da
1636 região metropolitana, Belo Horizonte e aí cita todos, né, mas aqui tá dizendo que
1637 quando não houver comprovação de pernoite, então o conselheiro que mora em Pedro
1638 Leopoldo por exemplo, ele pode sim se hospedar em Belo Horizonte e aí a devida
1639 diária porque aqui não está dizendo que não é permitido a diária, a diária não é
1640 devida quando não houver comprovação de pernoite fora da sede nos deslocamentos
1641 e aí se a gente pega o inciso anterior é o inciso II do artigo III, ele fala assim, no
1642 deslocamento do servidor com duração inferior a 6 hora, só que isso não se aplica a
1643 nós conselheiros porque no artigo I fala, parágrafo I para efeito desse decreto
1644 considera-se, inciso III agente colaborador, membro de conselho estadual,
1645 colaborador eventual, servidor ou empregado público de outros poderes de qualquer

1646 ente federativo, então Helder, eu, Rodrigo, Francielly, Márcio que (estamos) que
1647 residimos na região metropolitana de Belo Horizonte nesse decreto nós somos
1648 entendidos como agentes colaboradores assim como todos os conselheiros estaduais
1649 (né), então voltando lá pra ficar bem claro artigo III a diária não é devida nas
1650 seguintes hipóteses inciso VII quando não houver comprovação de pernoite fora da
1651 sede, então se esses conselheiros da região metropolitana pernitem né fazerem jus
1652 a diária de R\$273,00 ao invés do 35% que a gente recebe que é 95, então a gente
1653 tem direito sim a diária, (né) só que aí infelizmente vai ter um ônus maior para o
1654 estado, (é) não há o que se falar desse segundo que fala no deslocamento do
1655 servidor porque nós não somos servidores, aqui nós somos agentes colaboradores,
1656 outra coisa em relação a fala da Joana de que o delegado ele não poderia receber ele
1657 não poderia entrar lá na resolução (do) da conferência porque, aqui tá dispondo
1658 sobre viagens a serviços e concessão de diária no âmbito da administração, o
1659 delegado regional que vai para conferência estadual ele não é servidor, se ele for
1660 considerado servidor ele vai tá entrando como agente colaborador ou ele vai estar
1661 entrando como colaborador eventual, mas não é o caso, não é o caso aí porque não
1662 vai pagar diária, a gente vai pagar hospedagem, entendeu, como a gente vai pegar aí
1663 pegando um pouco da discussão que eu vi um pouco da discussão do Helder e do
1664 Cristiano como que a gente vai fazer um usuário que mora lá em barreiro sair de
1665 barreiro depois a Luanda me fala como que é pra sair do barreiro pra poder chegar no
1666 centro e pra poder chegar lá em venda nova como que ele vai participar, 8 horas da
1667 manhã, né, ele vai pegar, imagina gente, uma pessoa em situação de extrema
1668 pobreza, com uma per capita de até R\$80,00 beneficiário do programa de
1669 transferência de renda do bolsa família, que vai pegar um ônibus mais não sei
1670 quantos ônibus pra poder chegar 8 horas da manhã na conferência na quinta feira
1671 voltar 7 horas da noite pra casa no dia seguinte 7 é o jantar né 9 horas da noite pra
1672 casa pra depois no dia seguinte e fora que isso daqui não se aplica né gente, por que
1673 aqui tá falando da diária e aí a gente precisa de ter um posicionamento da assessoria
1674 geral do estado de (algum) um ministério público eu não sei de algum órgão se a
1675 gente tiver outro entendimento disso Joana mas aqui não tá falando de hospedagem a
1676 nossa resolução lá tá falando de hospedagem e aqui tá falando de diária a gente tem
1677 que saber diferenciar as coisas. Luanda: Fetsuas – É foi bom Patrícia ter mencionado
1678 porque eu ia falar justamente isso né dessa dificuldade de deslocamento é em relação
1679 a própria cidade então se nós estamos falando aqui de participação né, de viabilizar a
1680 participação é importante que a gente leve isso em consideração ela deu exemplo eu
1681 moro num bairro que chama vale do jatobá, a rua de cima da minha casa já é Ibirité,
1682 né então meu deslocamento eu vou dar como exemplo uma representação que eu fiz
1683 para o CEAS na sexta feira passada, eu tinha que estar na cidade administrativa as 9
1684 da manhã, eu saí de casa as 6:30h e cheguei lá as 09:40h, quase que 1 hora de
1685 atraso né porque eu tenho que pegar um ônibus e ir pra a estação do metrô, que
1686 demora quase 1 hora pra chegar, depois o metrô que demora quase 1 hora pra
1687 chegar depois outro ônibus na estação Vilarinho e isso tudo eu moro em Belo
1688 Horizonte eu não recebo diária nenhuma pra isso né eu vou com as minhas próprias
1689 pernas com os meus próprios recursos, é, e aí isso nem vem ao caso porque aqui a
1690 discussão aqui nem é essa, mais eu tô dizendo da viabilidade disso e aí é pra gente
1691 lembrar um pouco né do que tá na LOAS né que foi até dito pela secretária executiva,
1692 e aí gente pra entender também que nós estamos seguindo a legislação e seguindo a

1693 legislação a gente entende as hierarquias entre as legislações, a legislação maior que
1694 nos rege aqui né, é a LOAS é uma lei federal e na LOAS está muito claro, tá descrito
1695 muito claramente como é que deve ser o auxílio para participação dos conselheiros,
1696 então eu fico pensando aqui né qual que vai ser o nosso posicionamento nós estamos
1697 começando a discussão agora enquanto conselho pra gente poder entender que
1698 prioridades que a gente dar enquanto conselho diante também do nosso
1699 posicionamento aqui, tá então é isso e aí em relação ao que foi dito sobre a
1700 conferência eu também entendo que são coisas diferentes, né, bem distintas na
1701 verdade, eu tô entendendo que a viabilidade de participação no processo conferencial
1702 que não tem haver com a participação aqui do conselho das diárias, a gente tá
1703 falando né, de hospedagem é um outro entendimento aqui então é isso. Rodrigo:
1704 Francielly. **Francielly-UFMTSUAS** – Então gente eu acho que esse ponto de pauta ele
1705 nem tem muita discussão, a gente nem tem muito que discutir ele, porque eu acho
1706 que todo mundo tá no mesmo objetivo, que é a defesa do controle social, né a
1707 Janaína de várias vezes ela disse aqui que eles são um governo que defende, apoia o
1708 controle social, e a lei maior que a LOAS como a Luanda disse ela já tá dizendo como
1709 que é isso e como que tem que ser feito, eu gostaria de ler aqui o que a LOAS fala, a
1710 - Instância deliberativa do SUAS de caráter permanente e composição paritária entre
1711 governo e sociedade civil são: Conselho Nacional, Conselho Estadual, Conselho de
1712 Distrito Federal, os Conselhos Municipais de Assistência Social, aí fala assim no
1713 parágrafo Único os Conselhos de Assistência Social estão vinculados ao agro gestor de
1714 Assistência Social que deve prover a infraestrutura necessária ao seu funcionamento
1715 garantindo o recurso materiais, humanos e financeiros inclusive com despesas
1716 referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo e da
1717 sociedade civil quando estiverem em exercício das suas atribuições em tão gente isso
1718 não é só pra sociedade civil isso é pro governo também, né, o gestor ele tem que dar
1719 condições do conselheiro exercer o seu papel também para o governo, agora se o
1720 governo abre mão e tal aí já é outra discussão, a LOAS em momento algum ela vem
1721 dizer de funcionário público, olha vai ser garantido se você não for servidor público,
1722 você é conselheiro mas você não pode ser servidor público, não tem isso, é, e a LOAS
1723 gente ela é uma lei nacional ela não é uma lei da União, ela não é uma lei que se
1724 aplica ao estado da União né não sei que se é assim que se fala a União lá ela é uma
1725 lei nacional que se aplica a todos, ela é uma lei específica, e pra você fazer a
1726 avaliação de um decreto, você tem que fazer a avaliação desse decreto a luz dessa lei
1727 específica e dessa lei que é nacional, a LOAS ela tá dizendo uma coisa este decreto de
1728 acordo com a interpretação que foi feita, que aí eu vou bater na tecla de
1729 interpretações, porque quando a gente lê o decreto a gente tem uma outra
1730 interpretação né, então não é uma ilegalidade que tá posta pra mim não é uma
1731 ilegalidade que tá posta, são concepções que precisam ser debatidas, só que pra mim
1732 mesmo se o decreto tiver uma proibição a LOAS diz outra coisa e qual permanece
1733 decreto ou uma lei nacional, é lei nacional né gente ainda mais que é a LOAS, então
1734 eu acho assim eu acho que a gente tá no mesmo caminho né, a Janaina mesmo disse
1735 que todos esforços pra resolver esse problema né eu acho que não tem diferença aí
1736 nos pensamentos porque se há divergências no decreto não há divergência na
1737 interpretação da LOAS, vocês concordam não há interpretação da LOAS, e se o
1738 decreto está divergindo da LOAS então isso precisa ser concertado, concordo
1739 plenamente, é, e aí eu acredito que a gente precisa resolver esse empace até a

1740 próxima plenária né pessoal porque não dá pra ficar dessa forma não dá pra gente
1741 ficar discutindo concepções, e aí Janaína quando você fala que foi (é) suspenso por
1742 medidas protetivas, medida protetiva não gente, trabalhadora do SUAS minha filha
1743 não esquece, ó Deus, mais assim eu penso que poderia ter feito de outra forma, sabe
1744 ô Janaína, eu acho que as coisa poderiam ter encaminhado de outra forma, mas eu
1745 acho que tudo isso é um aprendizado, né, isso talvez nunca aconteceu, aconteceu
1746 agora, é um aprendizado pra todo mundo que a gente vai encaminhar junto mas eu
1747 espero que essa situação seja resolvida até a próxima plenária. **Rodrigo:** Ivone,
1748 depois Marta aí Joana. **Francielly:** Ó gente desculpa, eu queria falar do Márcio,
1749 desculpa, só complementando a minha fala, em relação ao Márcio que foi colocado
1750 pelo fato dele ser conselheiro estadual eu descordo porque aqui ele está no exercício
1751 de suas atribuições como conselheiro agora se havia teria que ter sido descontado o
1752 vale alimentação aí foi um erro administrativo da administração público, aí precisa ser
1753 verificado. **Rodrigo:** Ivone. **Ivone-Cogemas:** É eu acho que eu já fui muito bem
1754 contemplada como foi no artigo da LOAS mais assim essa concepção do conselheiro a
1755 partir do momento que ele é eleito, empossado como conselheiro, ele, é quase que
1756 ele está a serviço, ele está desligado lá da sua gestão municipal ele está a serviço de
1757 uma política estadual, ele não está prestando serviço no seu município, ele está
1758 prestando serviço para uma política estadual, no caso aqui do conselheiro estadual no
1759 caso do município conselho municipal tá prestando serviço também à um órgão né
1760 específico, então olhando por aí eu percebo que em nenhum momento um conselheiro
1761 ele está fora do direito dele de estar sendo garantido a sua participação, então se ele
1762 precisa alimentar se ele precisa deslocar, se ele precisa estar no seu exercício ele vai
1763 necessitar de hospedagem ele tá fazendo uso do direito que ele tem, e aqui no
1764 decreto eu não li antes mas lendo agora eu não sei se eu estou enganada mas quando
1765 se fala desse inciso VII, ele logo (no outro) na outra parte se eu der conta de ler
1766 agora aqui, exetuan-se de votação do inciso VII os membros dos conselhos estaduais
1767 que não sejam servidores de empregados (de) públicos e os, eu não estou
1768 entendendo mesmo não tá adiantando óculos aqui não, se está colocado como
1769 empregador público municipal então fere, fere o direito do conselheiro porque ele não
1770 tá aqui representando a sua autarquia lá municipal, então se for um empregador
1771 estadual quer dizer tudo bem que ele vai conflitar que ele está no exercício (de um)
1772 estado e também conselheiro estadual, mas o servidor que ele é um servidor
1773 municipal que ele está no exercício de uma função estadual ele não está no exercício
1774 da função municipal se ele estivesse recebendo uma diária lá do município e tivesse
1775 recebendo uma diária do conselho estadual eu acho que aí dá conflito mas no caso eu
1776 não vejo que o servidor municipal que esteja a serviço do conselho estadual
1777 recebendo a diária que o decreto tá claro falando que ele não possa receber a diária
1778 porque ele é servidor municipal, eu entendo ali pela leitura que ele tá falando no caso
1779 de conflito de servidor estadual que recebe a diária e recebe diária como conselheiro
1780 estadual. Eu não sei se eu entendi bem assim na leitura. **Rodrigo:** Marta. **Marta:**
1781 Bom, é a gente por vista de ser servidor público, entra nas questões de regulação
1782 porque para gente é importante, mas eu não sou uma técnica do direito e nem sou
1783 uma especialista nisso, mas lógico quando a gente está fazendo uma discussão as
1784 normas são para fazer disciplina para os serviços públicos e para assegurar
1785 transparência e ordenamento jurídico para as ações públicas, se a gente tem um
1786 decreto estadual lógico que ele não é maior do que uma lei federal mas nós temos

1787 uma legislação federal que regulamenta diárias né, tem um a lei que regulamenta
1788 diárias e tem um decreto que tece com mais milícias o que são diárias e tal, nós
1789 estamos fazendo uma discussão aqui de pernoite e não pernoite, e tem uma norma
1790 que diz o que caracteriza diária o tempo disso e quando é que se caracteriza
1791 hospedagem ou não, não é porque eu moro fora da sede, então aqui está
1792 regulamentando, então se você, quando é que você caracteriza uma pernoite, quando
1793 é que você faz direito a uma hospedagem tudo isso está previsto na norma, então
1794 assim eu acho que né, não vale a gente ficar discutindo isso, (é) eu acho que a
1795 dificuldade é que no caso e é vedado conceder diária quando (tá na lei federal),
1796 quando você está se deslocando a serviço na região metropolitana ou outro tipo de
1797 caracterização de fronteira, tá, em que caracterize um tempo em que você está lá
1798 fazendo seu trabalho, estou eu como servidora pública me deslocando dentro da
1799 região metropolitana não vai caracterizar pernoite, então isso não é diária, isso é um
1800 outro tipo de situação que não se chama diária, chama outra coisa que eu não sei o
1801 que é, uma ajuda de custo é que tem outro nome, então cada esfera faz uma
1802 regulamentação em relação a isso, tá, acho que se a gente for entrar nesse tipo de
1803 minúcia acho que nós vamos ficar num debate que eu preferiria recorrer tecnicamente
1804 a várias para elas subsidiarem a gente, a Consolação buscou trazer em uma nota
1805 técnica a característica específica que um conselheiro e que esse órgão estadual
1806 ligado a administração pública direta tem, então assim é, eu acho que se a gente
1807 continuar, eu concordo um pouco com que a Fran falou, teve problemas, teve, é, as
1808 vésperas de uma plenária né, que não foi agradável, inviabilizou sim a presença de
1809 algumas pessoas, a participação, não era isso que a administração da secretaria, ou
1810 eu ou nós, todos nós como servidores gostaríamos que acontecesse, né, não foi
1811 pessoal, intencional, não foi dirigido, é uma situação que foi identificada, e quando a
1812 gente identifica alguma situação temos que fazer a correção dela, mas a correção não
1813 é reta, né, porque tem minúcias aí que precisam ser consideradas, então eu preferia
1814 que a gente esperasse a secretária, eu tô falando assim porque a secretária me ligou
1815 ontem a noite também eu sou assessora de gabinete, a chefe de gabinete me ligou
1816 também, a subsecretária, pra gente trazer essa mensagem, tá, a secretaria vai buscar
1817 pesquisar, vai continuar pesquisando né e vai tentar achar as alternativas, discutindo
1818 com as áreas do governo, porque as vezes ultrapassa a decisão da secretaria, ela vai
1819 tentar discutir com as áreas de governo, se isso não é dentro de diárias se o sistema
1820 é outro, né, isso aí as pessoas vão ter que achar as saídas e as alternativas, né e se
1821 tiver algum problema com muita transparência eu tenho certeza que isso vai ser
1822 justificado aqui, ninguém tá falando de ilegalidade agora ou passada, se teve algum
1823 erro administrativo, sinto, mas isso vai ter que ser apurado, se teve algum erro e é
1824 comum a gente abre processo administrativo, pune o servidor que fez isso, tá, sinto
1825 muito, pune o ordenador de despesas, pune quem ordenador, é o solicitante, você
1826 sabe que esse é o procedimento da administração pública, se teve é lamentável, né
1827 mas (a gente) a pessoa inclusive tem o direito de se defender isso tudo pode
1828 acontecer, mas eu acho que a gente não vai chegar nisso, eu acho a gente vai
1829 conseguir fazer a condução do que, porque que se chegou a esse método, eu tenho
1830 certeza que a gente vai nisso, né, a gente não tá passando pelo processo de
1831 auditoria, nós não estamos sendo auditados, né, não tem processo de auditoria que
1832 é chato também, acham os erros, vê as incorreções que as vezes gente por
1833 ingenuidade comete não é por má fé, também né, todo mundo que é agente público

1834 já (né) em algum momento (é) não observou *ipis litres* o que a legislação coloca as
1835 vez por, não justifica né, porque tem que ter conhecimento, mas as vezes não
1836 observa tudo em todo momento, então como daria esse conselho *angusbar* mais um
1837 pouco né, pra gente poder então depois fazer com essas pessoas aqui, acho que é o
1838 que a Fran está dizendo, ninguém tá dizendo de ilegalidade, né, mas se tiver algum
1839 erro administrativo nós vamos ver como corrigir isso, assim realmente eu gostaria
1840 que a gente avançasse na pauta, ouvimos todos os argumentos eu acho que assim o
1841 que mais a gente for dizer é voltar no que eu acho que todo mundo já disse aqui já
1842 argumentou presidente. Obrigada. **Rodrigo:** Vou dar sequência na pauta, existe
1843 inscrito então eu não vou encerrar o assunto, Marta, porque existem inscritos e ao
1844 terminar o Helder eu coloco sua sugestão em votação, se encerra ou se já que é um
1845 pedido né, ou se a gente vai ter mais inscritos, tá, então no Helder eu vou fazer essa
1846 pergunta ao pleno porque já estava aqui até o pedido da conselheira. Joana. **Joana:**
1847 É, boa tarde, é na verdade a Marta contemplou (né) tudo o que eu gostaria de falar
1848 com vocês, é realmente interpretação de legislação ela não é uma tarefa fácil, (né)
1849 não é uma tarefa, é existe pra isso claro as nossa procuradorias jurídicas que são
1850 essas especialistas pra fazer esse tipo de interpretação e infelizmente a gente não
1851 pode fugir né, às legislações das normativas vigente que a gente tem agora, então
1852 assim só gostaria de esclarecer que foi uma surpresa pra todos nós é que quando
1853 chegou a própria Consola foi encaminhar pra gente o que tinha acontecido foi uma
1854 surpresa pra todo mundo, porque isso foi esse trâmite é feito diretamente com a SPGF
1855 não é feito com a gente, então a própria SPGF que barrou o pagamento, não fomos
1856 nós então assim nós que eu falo porque a secretaria é uma só, mas esse
1857 procedimento não passa por meio do gabinete da SUBAS ele é feito lá na SPGF então
1858 como eles tiveram essa orientação do SCS que era pela Seplag que tinha alguma (é)
1859 que eles entenderam que tinham alguma irregularidade no decreto, eles entenderam
1860 que o caminho que eles fazem é esse, até que seja solucionado, então essa é uma
1861 construção assim que depois disso a gente se reuniu com eles pra gente entender o
1862 que estava confrontando mesmo na lei, não sei se cabe entrar aqui agora, igual (é)
1863 foi falado, mas assim a gente tem que olhar o decreto como um todo, a gente não
1864 tem que olhar ele não só um artigo ou outro, até mesmo pra tentar se construir como
1865 possibilidade nesse pagamento o decreto tem que ser visto com um todo não só em
1866 parte, assim, a diária, quando fala de diárias fala custeio de pousada e alimentação,
1867 então é incluso hospedagem que é pousada (né), (é) alimentação e deslocamento,
1868 mas aí a questão de discussão do que é, do que pode, do que não pode, o artigo que
1869 fala mas remete pra outros que remete pra outros, é uma interpretação extensa que
1870 eu acho que as procuradorias jurídicas as consultorias jurídicas podem nos dar esse
1871 respaldo legal, melhor, e mas se tiverem dúvidas assim pela minha interpretação eu
1872 posso depois tirar caso tenha. Obrigada. **Rodrigo:** Patrícia. **Patrícia** – CMAS Nova
1873 Lima: É, reforçando essa questão que esse decreto ele não é utilizado para os
1874 delegados regionais, porque ele vai, ele dispõe, como que tá aí Rodrigo, me empresta
1875 aí rapidinho, ele dispõe sobre viagens a serviços e concessão de diária para
1876 administração pública direta, autárquica e fundacional né, então é a gente tem que
1877 pensar muito bem em relação a isso, de que esse decreto ele não se aplica aos
1878 delegados regionais que vão pra conferência estadual, ponto, queria frisar isso mais
1879 uma vez, é não sei se propor como encaminhamento a gente que o CEAS solicite um
1880 parecer para todas as instâncias, né, pode ser não sei, assessoria geral do estado,

1881 Ministério Público, Ordem dos Advogados, OAB todos os atores vamos pedir
1882 vários, acho que pra ser mais fácil junto a Sedese. **Aloísio**-Cogemas: Boa tarde,
1883 Aloisio do Cogemas é, dadas todas as contribuições (né) que me antecederam é fica
1884 claro a dificuldade de se chegar num consenso quanto a interpretação desse decreto,
1885 e talvez ele demonstre uma certa fragilidade na sua redação e por se tratar de um ato
1886 discricionário do executivo uma solução talvez a mais racional seria a revogação desse
1887 decreto e posteriormente uma redação que seja mais concernente com que
1888 regulamenta principalmente a lei orgânica que trouxeram as colegas que me
1889 antecederam, né porque se nós ficarmos tentando levantar hipóteses e possibilidade
1890 nós vamos esgotar acho que talvez várias reuniões nesse sentido, então revogar um
1891 decreto é algo extremamente racional, factível porque é um ato discricional do
1892 executivo, e melhora-se a redação desse decreto para atender todas as especificidades
1893 que foram tratadas anteriormente aqui, já que vai haver um parecer de outras
1894 instâncias, como a Patrícia né, a conselheira Patrícia trouxe, então talvez não tenha
1895 necessidade de nós ficarmos divagando nesse sentido, né por se tratar de ato
1896 discricionário é algo mais rápido de se fazer. **Helder**-CMAS de Pedro Leopoldo: Bom,
1897 eu iniciei isso no Wadsapp né, quero falar de uma tranquilidade aí em relação, é eu já
1898 até coloquei isso aí também na parte da noite de ontem, de que eu tenho grande
1899 confiança né, eu conversei muito com a Janaína, foi uma conversa assim muito franca
1900 e eu vi e ouvi dela todos os esforços todos que estão sendo feitos em relação a essa
1901 questão, senti compromisso na fala dela, compromisso sério, eu estava até entrando
1902 num outro compromisso na Igreja atrasei lá, mas, até vi a seriedade teve um
1903 problema na fala no telefone e enquanto isso eu vi que ela ligou para outros setores,
1904 procurou outras informações então assim eu acredito né, que a Sedese ela está assim
1905 procurando resolver essa questão, mas diante mão como é um assunto que mexeu
1906 comigo especialmente eu procurei dois promotores de justiça, os promotores já me
1907 mostraram a questão da jurisprudência que vai contra tudo isso que você falou isso
1908 Joana, é, mostrando que tem jurisprudência já aplicando realmente o que a LOAS
1909 preconiza. Então eles já me mostraram falaram que é possível sim a revogação desse
1910 decreto que você colocou, são promotores que estão no CAO no Centro de Apoio, é,
1911 foram conversas também francas eles falaram que vão aguardar os encaminhamentos
1912 aqui desse pleno, e dependendo a gente pode acioná-los eles estão dispostos a entrar
1913 nessa briga aí por nós, lembrando que nós não estamos só falando de LOAS eu até
1914 coloquei aqui no grupo, nós estamos falando de resoluções do CNAS, e aí tem a
1915 resolução nº 33 de 02 de dezembro de 2012, que vem falando sobre essa questão da
1916 participação democrática, que vem falando sobre, é, que cabe aos órgãos gestores de
1917 assistência social prover os conselhos de infraestrutura, (recursos) eles praticamente
1918 repetiram o que o artigo 16 coloca, e também temos a resolução nº 237 de 14 de
1919 dezembro de 2016, que dispõe sobre as diretrizes para a estruturação e reformação e
1920 funcionamento dos conselhos, e aí o artigo 20 ele trás bem claro isso também né, é
1921 sobre a questão de garantir recursos materiais, humanos, financeiros, arcando com
1922 despesas dentre outros de passagens, translados, alimentação hospedagem dos
1923 conselheiros dentro do governo como na sociedade civil quando estiver dentro de suas
1924 atribuições e aí o Promotor me mostrou sobre a questão da jurisprudência né que aí
1925 envolveram 10 conselhos estaduais, o conselho estadual de assistência social e o de
1926 criança e adolescente também, eu tenho depois a gente pode passar,(né) que
1927 mostrou isso que realmente (é) o órgão gestor ele tem que regulamentar, né, a

1928 questão (de) se vai ser a terminologia se vai ser ajuda de custo, diária, isso cabe ao
1929 órgão gestor regulamentar, a gente compreende a situação da calamidade financeira,
1930 de como está o estado, a gente não quer realmente trazer nenhum nome, mas a
1931 questão é a seguinte, eu não posso pagar o preço, né, acho que nós conselheiros a
1932 gente tem sim ter nossa participação efetiva aqui e nossa concepção realmente é de
1933 direito, é isso que eu gostaria de trazer, gostaria mais uma vez aí eu vou dirigir a
1934 Consolação, eu peço perdão viu Consolação, eu quero registrar isso aqui em ata,
1935 porque admiro demais a sua pessoa, a sua seriedade, o seu trabalho ético, (eu sei
1936 de), eu te acompanhei de 2016 até aqui em nenhum momento eu quis ofender, mas
1937 quando fala-se a primeira coisa que eu pensei foi, poxa, eu também estou ilegal, e eu
1938 como militante na área do SUAS eu falei assim, isso aqui pra mim aqui está
1939 inconcebível, tinha um conflito ali e um conflito mexeu comigo sim, vou deixar isso
1940 bem claro e vou expressar isso aqui, mas eu quero pedir desculpas e perdão também
1941 pra aquelas pessoas que de alguma forma se sentiram atacadas ou ofendidas. Não era
1942 esse o propósito. **Consolação:** Nada, tá a perdoar, a gente zerou isso já no início da
1943 plenária a gente conversou, mais obrigada, Helder eu também admiro você demais.
1944 Obrigada. **Rodrigo:** É, é então seguindo o que a conselheira Marta solicitou, tem mais
1945 alguém, a gente fecha a questão? Ok. Eu só queria pontuar (é) a questão do serviço e
1946 da ilegalidade, não há o que dizer de ilegalidade, né, porque, pode montar processo
1947 administrativo, que eu acho que isso que funciona na administração pública, eu sou
1948 servidor público eu sei que a tramitação é essa, (né) mas a lei federal como nós já
1949 como foi dito pela Fran, a lei federal nos respalda, e aí com muita tranquilidade (né)
1950 dizem inclusive do governamental (né) e uma outra concepção e aí é pra que na hora
1951 que for negociar isso que for colocar essas questões são palavras que a gente tem
1952 que tirar do nosso vocabulário nesse momento porque senão isso ganha corpo dentro
1953 da administração pública, então não é ilegal, a outra questão é função de relevância
1954 pública não é serviço a gente tá aqui óbvio trabalhando mas é uma função de
1955 relevância pública amparada pela lei federal e a gente então tem respaldo e aí neste
1956 sentimento eu inclusive já era uma questão que eu tratei no primeiro ano que a gente
1957 teve a gente se conhecia na cidade administrativa como diz a Beth, que havíamos
1958 quando foi colocada a questão de diária, de suplente e uma série de outras coisas, na
1959 reunião, a gente explicou porque o suplente participa isso morreu então não se gritou
1960 mais em discussão né Janaína, e aí é eu ainda disse a gente vai ter que reaver uma
1961 questão que são os conselheiros da sociedade civil de BH porque é como a gente vai
1962 permitir que usuário de próprio moradores de rua que recebe de bolsa família
1963 participe desse conselheiro, alimentando aqui no Daniel ou em restaurante que custa
1964 R\$20,00 uma alimentação boa de qualidade né, por dia, 2 dias R\$40,00 as vezes fica
1965 quase mais que ela ganha de bolsa família, né fora o transporte sem contar que Belo
1966 Horizonte, as vezes pra deslocar, é mais fácil ir pro vale do aço do que deslocar aqui
1967 dentro de Belo Horizonte, isso já aconteceu comigo, então a gente tem que realmente
1968 criar estratégias para inclusive incluir nessa nova discussão já incluir a sociedade civil
1969 de BH, não dá pra gente refazer a norma, repensar e excluir esse segmento, tá, é
1970 então são só esses 3 pontos que eu queria, que eu não me senti ainda 100%
1971 contemplado na fala dos colegas que eu queria dizer. E aí Luanda pediu só pra
1972 finalizar então Luanda por favor. **Luanda:** Na verdade é mais pra caminhar então pra
1973 essa finalização, mais meu sentimento é que a gente discutiu, a gente tá uníssono
1974 mas ficou vago continuou pra mim sem solução e aí o meu receio é de que na

1975 próxima plenária a situação continue da mesma forma, então eu acho que a gente
1976 pode fechar a questão aqui mas pensando em prazos inclusive pra que se resolva a
1977 situação e que se não resolver a gente vai no direcionamento que o Helder trouxe pra
1978 gente, que inclusive nos respalda enquanto conselheiros, e aí então vamos pensar
1979 nisso concretamente, né porque não sei se meu sentimento é compartilhado mas o
1980 meu sentimento é que tá bom, a gente tá nisso, né, todos nós estamos pensando
1981 nisso mas precisamos de uma coisa concreta, ou se não a gente vai ficar aqui na
1982 nossa próxima plenária divagando sobre isso de novo e na próxima e não vai se
1983 resolver, então é preciso, vamos estabelecer uma meta, um prazo né até quando que
1984 é necessário para a secretaria executiva comprar das passagens, qual é o prazo viável
1985 pra isso, né, não, não eu estou falando da nossa plenária, da nossa plenária, porque
1986 da conferência a gente não tem, eu acho que não dá pra entrar nesse mérito porque
1987 não são (não é) a mesma coisa, né, da conferência (é) não se encaixa nisso mas eu
1988 tô dizendo da plenária pra nossa próxima plenária, para viabilizar a participação na
1989 próxima, né, que isso se resolva que a gente não tenha mais esse problema, então o
1990 meu encaminhamento de finalização é esse, da gente estabelecer um prazo e caso a
1991 gente não consiga cumprir esse prazo que a gente enquanto conselho decida por (é)
1992 acionar o Ministério Público. **Rodrigo:** Sim Luanda eu tava numa data, eu só estava
1993 finalizando a rodada de discussão porque eu ia puxar então porque a Patrícia havia
1994 feito (é) alguns apontamentos como jogou, colocou na mesa pra discussão as
1995 propostas de como congrega isso que você estava falando, a Marta também tem (né)
1996 sugestão então antes de dar o encaminhamento eu vou passar pra ela pra que ela
1997 proponha. **Marta:** Então acho que a gente vai encaminhar pra 2 propostas, a minha é
1998 de que a gente aguarde o posicionamento da Sedese, eu acabo de consultar a chefe
1999 de gabinete disse que nós que somos conselheiros representante da Sedese estamos
2000 assumindo o compromisso no conselho de que na próxima plenária nós vamos trazer
2001 a solução, eu sair porque eu fui escutar o áudio dela, ela dizendo assim pode assumir
2002 esse compromisso, não é não vai chegar na próxima plenária e não vai ter solução
2003 não, ela disse assuma esse compromisso, nós vamos encaminhar até o próximo mês,
2004 com devida antecedência a busca de solução pra isso, eles já estão lá se debruçando
2005 sobre o fato. Tá. Então é isso que a gente tá trazendo esse compromisso. **Rodrigo:**
2006 Bem, a Marta trás essa, essa questão e ainda então (de aguardar) né, até a próxima
2007 plenária que é o que a Luanda tá pedindo de prazo, existe a proposta também da
2008 gente fazer consultas, (é) eu sei que o MP ele não faz consulta né o MP recebe
2009 denúncia me corrige quem está ligado ao direito aí, ele tem que ser provocado mas no
2010 sentido ele não é um órgão consultivo ele é um órgão de denúncia né, é, e aí então
2011 agora gente, nada impede de (marcar) tentar marcar uma reunião com eles com o
2012 promotor e conversar pra buscar essa jurisprudência, isso eu posso fazer enquanto
2013 também a secretaria faça esse movimento. Gostaria de pedir para que o CEAS (né)
2014 seja inserido nessas rodada de conversa, é tá mesmo que eu sei que nós não vamos
2015 sentar com o governador infelizmente que deveríamos né conhecê-lo está aberto o
2016 convite a ele vir aqui, em algum momento se ele puder disponibilizar a agenda dele,
2017 entendo obviamente o ônus mas nós lidamos com a política pra 853 municípios nós
2018 somos importantes, (é) fica o convite, mas se nós pudermos conversar com a Beth e
2019 demais representantes da Sedese sentar e ver, acompanhar isso muito de perto
2020 Janaína, esse é meu pedido, mas principalmente não esquecer desses 3 pontos que a
2021 gente pontuou que a gente colocou aqui. Consolação. **Consolação:** É diante do que a

2022 própria Marta trouxe eu acho que e falou da questão de prazo Luanda eu acredito que
2023 a gente, que a gente fala tanto de condições éticas questões de confiança, do trabalho
2024 conjunto eu acho que (é) eu faço coro para com que a Marta falou que a gente dê
2025 esse prazo, porque o que a Marta trouxe é assim vamos trazer solução na próxima
2026 plenária, outro encaminhamento (é) diferente desse não, é, não leva a gente a
2027 confiança, (né) nós vamos encaminhar no paralelo porque se não der, então eu acho
2028 que aguardar na próxima plenária e depois da próxima plenária aí sim qualquer
2029 decisão volta a discussão ao pleno, mais que eu acho que não deveria ser
2030 encaminhado né, e aí tecnicamente mesmo acho que tem uma palavra em plenária e
2031 isso a gente tá trabalhando a gente viu como Helder mesmo se colocou aqui e outras
2032 pessoas (que) e a própria Fran não tem discenso pelo contrário é um esforço coletivo
2033 então que a gente possa confiar nisso na próxima plenária isso tá pautado com
2034 retorno da Sedese sem outro tipo de encaminhamento e procurar nesse momento
2035 qualquer outro órgão. **Geraldo**. **Geraldo Amarildo-SEF**: É, essa colocação que foi
2036 posta de revogar o decreto né, eu acho que ele é o mais prudente né, e fazer essa
2037 consulta de repente provocar a advocacia Geral do Estado(né) para emissão de um
2038 parecer até para poder ter um elemento que de repente não vai gerar um conflito
2039 mais a frente também em relação a LOAS no caso, né, então eu acho que é melhor do
2040 que ficar discutindo aqui sendo que a gente não tem o poder de decisão em relação a
2041 isso (né) eu estou chegando agora ainda desconheço alguns trâmites internos aqui
2042 mas eu acho que dentro do princípio da autotutela do estado rever os próprios atos já
2043 que em tese está havendo um conflito, né, eu acho que é o caminho adequado e
2044 ouvindo no caso a assessoria jurídica da própria Sedese ou provocando a AGE caso
2045 seja necessário na emissão de um parecer pra dar condições de preparar um decreto
2046 que não vai gerar o conflito novamente, a gente entende essa colocação delas (de)
2047 desse deslocamento aí acho que é um encaminhamento mais adequado. Acho que é
2048 por aí. Obrigado. **Rodrigo**: Conselheiros, então podemos encaminhar? É, então a
2049 proposta é nós temos duas né, duas assim porque como foi colocado a questão do
2050 Ministério Público seja, em vez de notificar, média, né. **Patrícia-CMAS** Nova Lima:
2051 São esclarecimentos em cima da minha fala, porque eu dei um exemplo do Ministério
2052 Público, mas eu falei OAB, Assessoria Geral, é senão a Fran acabamos falando todos
2053 mas realmente o Ministério Público não tem essa competência, né, então não é
2054 nenhuma proposta não é uma reflexão mesmo só que eu levantei, entendeu, mas
2055 como o conselheiro colocou de repente consultar a Assessoria Geral, mas assim é, me
2056 surgiu uma dúvida, né, é acho foi consenso aqui que não há o que de se falarem de
2057 ilegalidade, que ele foi (suspensão preventivamente) as diárias foram suspensas
2058 preventivamente considerando isso, é, e aí eu queria entender essa pauta vai ser
2059 trazida na próxima plenária, e aí na próxima plenária então só pra ficar claro para os
2060 conselheiros, os da região metropolitana não terão diária né, vai permanecer
2061 suspenso ou ela vai ser liberada considerando que foi entendido que não há
2062 ilegalidade. Só pra esclarecer. **Rodrigo**: Em cima do que você falou eu faço outra
2063 pergunta como fica o dia de anteontem, ontem e hoje, né. **Janaína-Sedese**: A
2064 orientação que a gente tem é que a gente resolva isso o mais rápido possível, até a
2065 próxima plenária são 30 dias, da gente quer resolver isso no máximo de tempo curto
2066 possível, né acho que vocês tem acompanhado quais são as primícias da nova gestão
2067 em relação a uma série de novas questões que surgiram aí a gente tem celeridade,
2068 então a gente quer conduzir com a mesma celeridade, e aí dado o melhor cenário que

2069 é a gente encontrar de fato e olhar a perspectiva da assistência social e da LOAS e de
2070 todo arcabouço legislação que o potencialmente respaldam o papel do conselheiro
2071 estadual a ideia é que a gente faça o pagamento retroativo também, então dados o
2072 cenário positivo cheguemos numa solução tá, estou falando de cenário positivo
2073 cheguemos numa solução, o processo vai ser retroativo quanto a esse e a próximo eu
2074 estou falando de cenário positivo é eu queria sempre lembrar em relação ao meu
2075 papel enquanto subsecretária, o meu papel enquanto trabalhadora e atuante no SUAS
2076 mas também lembrar das minhas limitações jurídicas, essa é uma questão jurídica, e
2077 que eu e a nossa secretária Elizabeth Jucá enquanto nossa secretária de estado, a
2078 nossa chefe de gabinete, toda equipe está totalmente debruçada para encontrar essa
2079 solução, tá, então dado esse cenário positivo é esse encaminhamento que a gente vai
2080 dar, dado o potencial cenários negativos que a gente quer evitar eu trarei a
2081 atualização na próxima plenária. Tá bom. **Rodrigo:** Então de acordo com o
2082 encaminhamento de aguardar? Então os conselheiros que aprovam o
2083 encaminhamento? Contrários? Abstenções? Ok. Então nós vamos aguardar até a
2084 próxima plenária. É, apresentação de relatório das comissões? Orçamento – **César:**
2085 Boa tarde a todos e todas, César –Sedese, eu vou passar aqui o relatório sobre a
2086 reunião da comissão de orçamento realizado ontem dia 18/07 as 13 horas em
2087 conjunto com a comissão de políticas, sobre o ponto 1 – plano de ação 2019, então foi
2088 apresentado o calendário do plano de ação 2019 com data de abertura de 11/06/2019
2089 com prazo pra finalização da gestão de 09/08/2019 de finalização com parecer do
2090 Conselho de 09/09/2019 o plano de ação está anexo, então foi apresentado o plano
2091 de ação com referentes pactuações e previsão de atendimento e com
2092 encaminhamento para plenária de inserir na resolução que é resolução de aprovação
2093 do plano a justificativa da diferença entre as referências pactuadas e as previsões de
2094 atendimento de serviço. Então eu vou ler a resolução aqui a minuta com indicativo
2095 para aprovação pela comissão: RESOLUÇÃO N.º 665/2019 – CEAS/MG Dispõe sobre a
2096 aprovação do Plano de Ação de 2019, apresentado no Sistema SUASweb, referente
2097 aos recursos de cofinanciamento do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS a
2098 serem transferidos ao Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais –
2099 FEAS/MG. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no
2100 uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual nº 12.262 de
2101 23 de Julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência
2102 Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e Considerando que o Plano de Ação/SUASweb –
2103 Exercício 2019 é o planejamento para utilização dos recursos federais alocados no
2104 Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, no ano de sua referência, Considerando
2105 a deliberação da 245ª Plenária Ordinária, realizada no dia 19 de julho de 2019;
2106 RESOLVE: Art. 1º Aprovar o Plano de Ação, anexo, referente ao cofinanciamento
2107 federal ao Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG no ano de
2108 2019, apresentado no Sistema SUASweb. Esse aí é o plano de ação que foi
2109 apresentado, tem os dados aí cadastrado provavelmente de gestor. Pode descer, pode
2110 descer mais um pouco, aí os dados do conselheiros. Pode descer mais, o item 2, 3 são
2111 de atendimento físico, tem o item 1 de gestão com a descrição dos incentivos, os
2112 parâmetros para identificação da meta física e as metas físicas pactuadas, pode
2113 descer mais um pouco, o item 2 referente a serviços, os públicos de atuação e
2114 previsão de atendimento, pode ir descendo, o item 3 previsão de financiamento, o
2115 item 1 tem a gestão, incentivo, serviços, valor financeiro previsto, item 2 referente a

2116 serviço, os pisos e o valor financeiro e então no final tem apresentado o resumo
2117 executivo e a declaração com autenticação, isso é o orçamentos previsto na lei
2118 orçamentária estadual para o fundo estadual de assistência social. **Gabriele:** Gente,
2119 boa tarde, Gabriele –Sedese, só esclarecer, né, a conselheira também me perguntou
2120 ali, desce um pouquinho tem um erro no plano de ação estadual, que, ele vem ali
2121 valor total de recursos repassado pela FNAS, o valor ele é fixado a gente não mexe, o
2122 governo federal já trás no plano, recursos próprio pra serem alocados no fundo, no
2123 caso nosso no fundo estadual 76 mil 162 reais 624; 76 milhões, perdão 162 mil e 624
2124 reais, esse é o valor que a gente preenche, é o valor que está na lei orçamentária
2125 anual de fonte 71, né, recursos próprios, o terceiro quadrante era pra somar o de
2126 cima com o de baixo mas ali ele vem total de recursos do fundo municipal em
2127 exercício era pra estar estadual ali, então aquele municipal é só um erro e aquele 82
2128 milhões é a soma do 6 mil de cima com o 76 que a gente lançou então 82 não é valor
2129 da nossa LOAS também né é o valor previsto do fundo nacional e o que está na LOAS
2130 é o 76. **César:** É o valor de crédito autorizado né. **Rodrigo:** Em discussão gente o
2131 plano, é eu gostaria só de reforçar eu acho que está até no encaminhamento da
2132 comissão, eu chamei atenção ontem na comissão de orçamento, esqueci Rodrigo, eu
2133 chamei atenção na comissão de orçamento do valor alocado no fundo né de
2134 assistência, o valor alocado no ano passado foi um pouquinho maior, eu não lembro,
2135 eu tinha pedido pra fazer o histórico dos 3 últimos anos dos 4 últimos anos, eu não sei
2136 se deu tempo de fazer, deu tempo de fazer? Não, não tem problemas mas depois a
2137 gente trás esse histórico, na próxima plenária a gente trás esse histórico, mas ele foi
2138 acho setenta e.....ali foi 76, foi 77 milhões né , acho que foi 1 milhão a mais, algo
2139 neste sentido, mas independente disso, a grande questão é nós tem uma emenda
2140 constitucional 95 que fala do congelamento do gasto público, para além disso nós
2141 temos também uma secretaria que cresceu demais, ela tem fundo, ela tem esporte,
2142 ela tem outras ações, trabalho, é, eu não me recordo todos mas são várias, são 7
2143 secretarias, subsecretarias áreas que juntaram à Sedese, isso é óbvio que trás um
2144 desafio imenso para a secretária, porque ela tem que começar então gerir mais 7
2145 áreas, né, e para além disso quando eu pegar orçamento geral da Sedese, vai ver um
2146 orçamento gigantesco, porque ela tem um monte de áreas, e aí numa disputa
2147 orçamentária, com saúde, com educação com outras políticas, tende a ver só o valor
2148 global, e esquecer que esse valor de toda secretaria está pulverizado no monte de
2149 outras ações, isso a média e longo prazo tende a fazer com que os investimentos
2150 sejam travados, ao meu entendimento de leigo, tá, do orçamento público mas a visão
2151 que eu tenho é essa, coloco em discussão também, tende a travar o orçamento
2152 porque não se complementa ele porque o orçamento já está grande diante o bolo do
2153 estado, e com isso a própria inflação, e tantos outros investimentos tende a ficar
2154 apenas no custeio da máquina pública, é retraindo então investimentos, retraindo
2155 então nas ofertas a população, cofinanciamento e tantas outras coisa, com pouco
2156 tempo você tem a estagnação orçamentária, então eu chamo atenção deste conselho,
2157 registro isso em ata, deste conselho para que fique na história e para que os
2158 próximos plenos acompanhe isso muito de perto, e tencione daí pra frente com as
2159 próximas gestões, que, não acredito que vai ser só nessa gestão, vai começar em
2160 função da emenda constitucional, mas o impacto vai ser um pouco mais a longo
2161 prazo, né, acompanhe para não permitir a estagnação do fundo e não permitir a
2162 retração desse fundo ainda mais, né, (o recurso) da política da assistência, é só esse

2163 alerta que a gente faz, a outra questão também é que a gente discutiu em relação as
2164 metas, abre as metas por favor, a explicação foi pra resolução mas eu gostaria de
2165 chamar atenção nas metas Rosa, por favor, eu tive que me ausentar como o César
2166 falou, mas existe metas por exemplo essa meta do piso de alta complexidade 2, 30,
2167 né, aí tá multiplicando por 10 a execução e a de cima a gente zera, então isso fez a
2168 gente discutir cada meta dessa, mostrando que alguns serviços não foram implantado
2169 ainda, outros serviços já são de execução direta, então a gente tomou cuidado de
2170 trazer no corpo da resolução a justificativa de cada meta dessa, porque que tá
2171 apresentando a meta diferente do que tá referência pelo governo federal, porque já
2172 vem posto pelo plano de ação, a secretaria não consegue mexer nesse plano de ação,
2173 nessas metas referenciadas, e aí eles tem condição de pactuar as metas diferente,
2174 porque algumas metas tá menor, outras estão zeradas e outras muito maiores então
2175 a gente discutiu meta por meta, e se precisar está a equipe da Sedese aqui que é
2176 capaz de explicar pra vocês, tá, mas a comissão tomou bem esse cuidado ontem de
2177 sinalizar, já pensando inclusive que grande parte desse conselho se renova daqui pra
2178 frente, então de deixar no histórico o trabalho que a gente tá fazendo, de deixar
2179 registrado para que o próximo pleno já entre com a consciência de como fazer esse
2180 monitoramento esse acompanhamento. Tá. A gente qualificou eu acho que isso
2181 qualificou bem a resolução daqui pra frente. **César:** Então o artigo II é a previsão de
2182 atendimento, inspirado no plano de ação apresenta-se diferente da referência de
2183 pactuação uma vez que considerou-se isso já implantado no estado da seguinte
2184 forma, tem um quadro que foi discutido aí, são todas essas metas, eu preciso ler uma
2185 por uma, **Gabriele:** Gabriele de novo, é só uma questão porque na verdade esse aí
2186 foi um quadro a gente usou na apresentação então esse quadro, essa justificativa, é
2187 uma memória de cálculo assim, pra que a meta não fique solta, e aí é só uma
2188 sugestão ali no segundo quadrante, a gente coloca que as 330 pessoas acolhidas onde
2189 elas estão acolhidas, mas como era um documento muito interno era uma
2190 apresentação então eu sugeri de tirar o nome das unidades dali, tá vendo, tá escrito
2191 apae, creche bom pastor, creche nosso lar, núcleo assistencial, fundação ..., acho que
2192 não é o caso porque senão a tinha que citar todas, né, são 45 unidades 29 parcerias
2193 então é só isso mesmo, tirar e se aí precisar melhorar, o número acolhidos das
2194 parcerias o Cristiano pode ajudar, da extinta Febem, eu não sei que a gente coloca aí
2195 pra complementar, pra deixar claro que é daquele programa casa lar de execução
2196 indireta, assim fica claro número de acolhidos das parcerias estaduais? **Rodrigo:** Nós
2197 somos da execução direta, gestão estadual e parceria, então ficou referências número
2198 de acolhidos das parcerias estaduais para as pessoas adultas com deficiência, ok,
2199 então, alguma questão conselheiros, então em votação a resolução com indicativo de
2200 aprovação do plano de ação da forma que foi trazida pela comissão, os conselheiros
2201 que aprovam, comissão de orçamento e política, os conselheiros que aprovam o plano
2202 de ação 2019, contrários, abstenções, nenhuma, aprovado então o plano de ação de
2203 execução de 2019. **César:** O próximo ponto, o ponto 2, que é a prestação de contas
2204 relativa ao segundo trimestre de 2019, nós discutimos as ações orçamentárias do
2205 fundo estadual de assistência social começando pela ação 4444, capacitação e apoio
2206 técnico aos municípios para aprimoramento do SUAS que teve uma suplementação do
2207 segundo trimestre de R\$819.881 reais e um mudando para atualizados R\$1.419.928
2208 reais a meta física do PPAG de 6 mil pessoas qualificadas, que teve uma execução no
2209 trimestre de 419 participantes qualificados que somou o total anual de 1107

2210 participantes qualificados até o momento, o orçamento executado em torno de 12%,
2211 e aí abaixo tem a descrição das ações de apoio técnico e capacitação realizados
2212 durante o trimestre, a aproximação foi a 4311, piso mineiro de assistência social fixo,
2213 então dando continuidade ao pagamento das parcelas, referente as parcelas do meses
2214 de abril, maio, então no segundo trimestre teve um total de 774 municípios atendidos
2215 com cofinanciamento a gente tem atualmente uma lista de apenas 19 municípios com
2216 envio de prestação de contas dos anos de 2015, 2016 e a gente espera que até no
2217 final do ano a gente consiga atingir o total de 853 municípios atendidos, né. Então os
2218 critérios das parcelas foram utilizados conforme as resoluções da CIB nº 01 e 04 de
2219 2019, e o total de despesa realizada no trimestre foram de R\$6.344.649,86
2220 pagos que corresponde a R\$8.771.689,86 **nominal** 16% de execução financeira até no
2221 momento. Então, tem uma observação aí também de que a execução financeira foi
2222 maior do que previsto no plano de aplicação dos recursos de 2019 que era de 8
2223 milhões e meio aproximadamente, a próxima ação orçamentária piso mineiro de
2224 assistência social variável, que não teve execução no trimestre em razão da
2225 priorização dos recursos do piso mineiro fixo. Próxima ação é 4313 oferta de serviços
2226 sócio assistenciais casa lar, que a gente destaca o pagamento da parcela referente a
2227 abril pra 45 unidades cofinanciadas porque teve encerramento da parceria com a
2228 unidade de sacramento Apae Sacramento, então até o momento tem-se 45 unidades
2229 cofinanciadas que corresponde a 96% da meta física do PPAG e execução
2230 orçamentária que oficializou-se em abril referente a R\$3.176.002,92 corresponde a
2231 46,43% do crédito orçamentário, a execução financeira foi equivalente a prevista no
2232 plano de aplicação de recursos de 2019 aí como eu disse uma unidade teve parceria
2233 encerrada que foi Sacramento, e aí a próxima ação é a ação 4447 implantação que
2234 chama atenção de serviços de alta e média complexidade que são os créditos
2235 regionais que teve uma suplementação no valor de R\$15.019.619,00 totalizando o
2236 crédito autorizado de R\$5.239.584,00 a execução física foi referente aos CREAS
2237 regionais no total de 9 serviços cofinanciados, corresponde a 82% da meta física
2238 prevista de 13 serviços cofinanciados e execução orçamentária correspondendo a 22%
2239 do orçamento anual com realização financeira de 14,80% e cabe a observação de que
2240 a execução financeira foi menor do que prevista no plano de aplicação de recurso de
2241 2019, então essa ação tem uma diferença entre o semestre em razão do faturamento
2242 das despesa principalmente das despesas relativas a MGS que pode ocorrer de ser
2243 empenhada num trimestre e paga no outro, então tem uma distorção maior de
2244 valores entre o trimestre mais a execução estava indo conforme o previsto, a próxima
2245 ação é 4113 rede cuidar para aprimoramento da rede sócio assistencial do SUAS, essa
2246 ação não teve uma execução também é uma execução que tem a previsão de
2247 atendimento de 333 unidades mais que contam com recurso repassado pela Loteria
2248 do Estado de Minas Gerais, portanto não houve execução, a próxima ação é até
2249 controle social da gestão compartilhada do SUAS 4320 **pensando** no conselho
2250 estadual da gestão compartilhada participativa do SUAS teve uma suplementação do
2251 valor de R\$234.725,00 totalizando um crédito orçamentário de R\$12.064.892,00
2252 execução física de 46 instâncias de controle social mantidos e apoiados corresponde a
2253 30%, detalhamento dessa instâncias apoiadas estão baixo e execução orçamentária
2254 em torno de 3% do valor anual e a execução também dessa situação conforme o
2255 previsto, a próxima ação é a **subestruturação** das medidas de meio aberto não teve
2256 execução também em razão da priorização dos recursos do piso mineiro fixo, cabe

2257 uma correção aqui né da resolução da ação de manutenção do conselho que a
2258 execução foi menor do que a prevista do plano de ação de aplicação de recurso, que
2259 tinha a previsão de R\$206.334,00 e que a emenda parlamentar não foi liberada
2260 recursos destinados para a conferência regionais e estadual, em sequência aqui está o
2261 detalhamento dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social com
2262 as descrição das despesas realizadas ao longo do trimestre por conta que são as
2263 despesas que estão descritas nos quadros das ações orçamentárias, então aí cabe a
2264 leitura de quem se interessar, mas todas essas despesas já foram mencionadas aqui
2265 na execução das ações, em discussão. **Rodrigo:** Em discussão conselheiros, bem,
2266 vejam bem nós, estamos apreciando o segundo trimestre, né, é, existem diversas
2267 metas que estão a menor do que foi pactuado, meta financeira (é) e no plano de
2268 aplicação a gente tomou cuidado ontem de pegar o plano de aplicação e acompanhar
2269 essas metas pra fazer essa interocução com o que está prestado contas com o que
2270 foi planejado por esse conselho, e observando as metas físicas também, o plano de
2271 aplicação apesar de não trazer detalhamento a meta física por período ele traz o
2272 montante né, ele não trás por período a execução física, a gente sabe que tem metas
2273 que são extremamente audaciosas, né, foram planejadas de formas lúcidas, sensata,
2274 mas com o decorrer do tempo elas estão aquém né e aí nós temos metas de
2275 capacitação que foram executadas mil e ainda tem 5 mil pra fazer (né), algumas
2276 questões e a gente de forma muito dialógica muito propositivas então recomendamos,
2277 a gente fez uma série de recomendações que serão lidas aqui, é com indicativo de
2278 aprovação (do terceiro) do segundo trimestre, prestação de contas do segundo
2279 trimestre mas chamando a atenção para as metas que não foram executadas, e até
2280 questionando no bom sentido, implicando, motivando a secretaria no sentido de
2281 confirmar se haverá algumas mudanças de metas, se as metas permanecerão no
2282 intuito da gente de fato criar uma sistemática também de monitoramento dessas
2283 metas para que a gente não cometa os mesmos erros do passado, eu falei que
2284 aprendi e aprendi mesmo, né, da gente ir acompanhando isso e pactuando as coisas
2285 com mais serenidade, e cobrando e fazendo as apurações necessárias que de fato é
2286 isso que o controle social tem que fazer, né então foram feitas diversas
2287 recomendações no sentido de alertar sobre essas metas. Janaína vai falar. **Janaína-**
2288 **Sedese:** Complementando o que o Rodrigo trouxe eu acho que vale também a gente
2289 trazer algumas considerações (né) que esse, a prestação e contas trimestral é
2290 baseada em relação aos dados que a gente tem do PPAG 2016, 2019 então em
2291 relação a gestão anterior (né) então são 2 primícias, na perspectiva mesmo da gente
2292 garantir a boa administração pública e a boa gestão do SUAS seguir as alternativa do
2293 que a gente previu o que está prevista na LOAS e no que está previsto no PPAG no
2294 período de (2019) 2016, 2019. Então, ontem foi bastante importante gente passar por
2295 essa segunda prestação de contas desse segundo trimestre, e já ouvi as
2296 considerações do próprio conselho (né) que são considerações bastantes relevantes
2297 pra que a gente coloque na prática a perspectiva de pensar responsabilidades na
2298 administração se a gente não vai conseguir cumprir, sejamos honestos sobre esse não
2299 cumprimento e como que a gente começa a ajustar isso, (né) então eu só queria
2300 trazer esse ponto que a nossa equipe está totalmente debruçada em relação a isso
2301 (né) é PPAG 2016, 2019 a gente não tem autonomia em relação a isso né em relação
2302 a metas mil estava previsto mil e foi realizado 5 mil e agora a gente olhar nesta
2303 perspectiva de como a gente com responsabilidade (é) traduz inclusive o próximo

2304 PPAG com realidade e com responsabilidade. Tá bom. Era isso. Obrigada. **Rodrigo:**
2305 Mais algum questionamento conselheiros, alguma consideração com relação a
2306 prestação de contas? Então eu vou passar pro César para ele ler a minuta de
2307 resolução. **César:** Minuta da Resolução nº 666 de 2019 – CEAS/MG - Aprova o
2308 Relatório Trimestral de Atividades de execução orçamentária e financeira do Fundo
2309 Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG, referente ao 2º trimestre
2310 de 2019. O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no
2311 uso de suas atribuições conferidas pela Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de julho de
2312 1996, pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e pela Norma Operacional Básica
2313 do Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e considerando a
2314 deliberação de sua 245ª Plenária Ordinária, ocorrida no dia 19 de julho de 2019,
2315 RESOLVE: Art.1º Aprovar o Relatório de Atividades de execução orçamentária e
2316 financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – FEAS/MG,
2317 referente ao 2º trimestre de 2019, apresentado pela Subsecretaria de Assistência
2318 Social da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SUBAS/SEDESE,
2319 conforme planilha anexa. Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua
2320 publicação. **Rodrigo:** Em votação, conselheiros que aprovam a prestação de contas
2321 do segundo trimestre com as considerações que foram feitas pela comissão,
2322 contrários, abstenções. Ótimo, a Consolação está pedindo que na resolução o César
2323 apresentou na Resolução anterior o plano na íntegra e, só que quando ela foi copiar o
2324 quadro, aquela tabela projeta pra mi Rosa fazendo favor o finalzinho da tabela, aí
2325 ficou faltando ali a última linha do Acessuas que eu vou pra registro eu vou dizer qual
2326 que foi, Acessuas trabalho público, serviços, serviços primeiro, Acessuas trabalho,
2327 público, usuário de 14 a 59 anos referência de pactuação 181 previsão de
2328 atendimento 111, essa vai ser a informação que vai entrar com a explicação, com a
2329 explicação da diferença de 181 pra 111 vai ser a seguinte: **Gabriele,** o Acessuas está
2330 na pauta de comissão de políticas também, isso vai ser também tratado lá, mas são
2331 111 municípios com saldo igual ou superior a R\$20.000,00 que ainda tem que
2332 executar o programa ainda tem que enviar o planejamento ao Ministério, então que
2333 essa é a memória que vai entrar lá. **Rodrigo:** Então essa só reforçando, essa
2334 resolução já tinha sido votada mas ficou faltando essa linha que foi apresentada tá
2335 conselheiros, não ficou sem apresentar não porque o plano de ação está anexo a
2336 resolução, tá, então a resolução foi aprovada, as 2 resoluções aprovadas. Comissão
2337 de orçamento muito obrigado mais uma vez viu César pelo trabalho, pela dedicação.
2338 Comissão de Política: **Luanda-** FETSUAS MG: É a comissão de política então teve esse
2339 ponto em comum com a comissão de (financiamento) de orçamento, e aí (a gente) o
2340 nosso ponto de pauta nº 2 vai ser projetado aí, é, diz respeito ao planejamento
2341 estadual do Acessuas trabalho, o Helder participou da reunião apresentou pra gente
2342 de forma mais detalhada né, como é que foi feito esse planejamento, eu vou ler aqui
2343 um resumo, porque ele apresentou bem detalhada, explicou pra comissão e a (gente)
2344 e a Adelmira fez um pequeno resumo pra gente apresentar aqui. Então (é) ele foi
2345 elaborado pela Diretoria de Serviços Sócio Assistenciais da Subsecretaria de
2346 Assistência Social Subas, e a partir das normativas que regulamentam o programa,
2347 apresentações de apoio técnico, capacitação e monitoramento das equipes municipais
2348 do programa Acessuas trabalho com vistas a cumprir a função do Estado, de
2349 assessorar tecnicamente aos municípios, bem como contribuir para o êxito das
2350 atividades das equipes municipais de acesso ao mundo do trabalho pelos usuários do

2351 sistema único da assistência social SUAS. É competência dos estados a elaboração do
2352 planejamento e aprovar no CEAS e garantir o acompanhamento e apoio técnico
2353 prioritário aos municípios conforme estabelece a resolução CNAS 13 de 2018 que
2354 aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do
2355 programa nacional de promoção do acesso ao mundo do trabalho Acessuas trabalho
2356 para o exercício de 2018 e altera a resolução 18 de 14 de maio de 2012, estão
2357 previstas no planejamento ações de apoio técnico a distância e presencial de forma
2358 regionalizada bem como a execução de um seminário do programa. O encerramento
2359 do programa acessuas trabalho ocorrerá em 2021, valor do cofinanciamento federal
2360 ao estado R\$250.000,00 a equipe estadual do programa acessuas é composta por um
2361 coordenador, uma analista lotados na Sedese, então na comissão foi discutido de que
2362 houve uma prorrogação dos prazos (né) Minas Gerais teve quatorze (14) municípios
2363 cofinanciados e na sua maioria só municípios de grande e médio portes por causa dos
2364 novos critérios que foram exigidos (né), apresentação das tarefas dos municípios em
2365 2018 numa pactuação de 2018 os municípios fizeram o compromisso de gastar 50%
2366 do recursos disponíveis até 31 de maio. Então, desses quatorze (14), três (3)
2367 municípios não conseguiram cumprir a meta, que foram Pirapora, Juiz de Fora e Patos
2368 de Minas. Então reduziu hoje o acompanhamento do acessuas de 2018, tá com onze
2369 (11) municípios (né) e aí a Sedese fez oficina para capacitá-los e as ações do
2370 Acessuas irão até 2021, só que essas ações incluem esses 11 municípios e mais
2371 também os outros municípios contemplados pelo Acessuas nos anos anteriores. É, no
2372 planejamento serão as regionais que darão apoio técnico aos municípios, então foi
2373 feito um acordo aí todo um pacto com as regionais de viabilizar o acessuas, e aí o
2374 Helder colocou as dificuldades, né, que foram enfrentadas principalmente pelos
2375 municípios na execução orçamentária, o Helder da Sedese, toda dificuldade para
2376 execução orçamentária do Acessuas (né) os municípios estão aí nessa dificuldade,
2377 mas a Sedese tem dado esse apoio técnico no sentido de viabilizar o programa. E aí o
2378 nosso encaminhar da comissão é para aprovação. E aí presidente. **Rodrigo:** Em
2379 discussão, alguma questão, Helder quer falar alguma coisa, Helder da Sedese.
2380 **Helder:** Boa tarde, Helder-Sedese, é só pra esclarecer que o planejamento ele só tem
2381 que ser enviado pelos municípios que fizeram o aceite do Acessuas em 2018 por isso
2382 que são só os quatorze (14), os demais municípios não precisam enviar esse
2383 planejamento mais pra frente a gente vai fazer um discussão de planejamento de
2384 ações para os demais mas esse são só o grupo de quatorze (14) município porque
2385 alguma pessoa pode ter estranhado um grupo tão pequeno mas é por isso. **Rodrigo:**
2386 Continue em discussão, nada, então é em votação. **Luanda:** Tem Resolução.
2387 **Rodrigo:** Tem Resolução? **Luanda:** É só que daqui, deixa ver se eu consigo ler:
2388 RESOLUÇÃO N.º 668/2019 – CEAS/MG Dispõe sobre o planejamento da Secretaria de
2389 Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE das ações a serem
2390 desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do
2391 Trabalho – Acessuas Trabalho até o mês de agosto de 2019. O Conselho Estadual de
2392 Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso das atribuições conferidas pela
2393 Lei Estadual n.º 12.262 de 23 de Julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do
2394 Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS, e: Considerando a
2395 Constituição Federal art. 203, inciso III e Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)
2396 art. 2º, inciso I, alínea C, que elencam a “promoção da integração ao mercado de
2397 trabalho” como objetivo da Assistência Social; Considerando a Resolução do CNAS n.º

2398 33, de 28 de novembro de 2011, que define a Promoção da Integração ao Mercado de
2399 Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos; Considerando a
2400 Resolução do CNAS n.º 18, de 24 de maio de 2012, que institui o Programa Nacional
2401 de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho; Considerando a
2402 Resolução do CNAS n.º 17 de 2014, de 05 de junho de 2014, que aprova metas e
2403 critérios de partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de
2404 Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014 e da outras
2405 providencias; Considerando a Resolução do CNAS 27, de 14 de outubro de 2014, que
2406 altera a Resolução CNAS n.º 18, de 24 de maio de 2012, que institui o Programa
2407 Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas – Trabalho; Considerando a
2408 Resolução 24, de 15 de dezembro de 2016, que altera o art. 3º da Resolução n.º 17,
2409 de 05 de junho de 2014, do Conselho Nacional de Assistência Social –, que aprova as
2410 metas e critérios de partilha para o cofinanciamento do Programa Nacional de
2411 Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho para o exercício de 2014;
2412 Considerando a Resolução CNAS n.º 25, de 15 de dezembro de 2016, que altera a
2413 Resolução 18, de 24 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social –
2414 que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho –
2415 Acessuas – Trabalho; Considerando a Resolução CNAS n.º 3, de 19 de abril de 2017,
2416 que aprova o ajuste das metas de execução do Programa Nacional de Promoção do
2417 Acesso ao Mundo do Trabalho - Programa Acessuas Trabalho para os municípios com
2418 saldos financeiros nos respectivos fundos de assistência social; Considerando a
2419 Resolução n.º 19, de 24 de novembro de 2017, que aprova as metas e critérios de
2420 partilha para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do Acesso
2421 ao Mundo do Trabalho – Acessuas no exercício de 2017; Considerando a Resolução
2422 conjunta do MDS e CIT nº 4 de 18 de abril de 2018 que Pactua critérios de partilha e
2423 elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa Nacional de Promoção do
2424 Acesso ao Mundo do Trabalho - Acessuas Trabalho para o exercício de 2018.
2425 Considerando a Resolução CNAS n.º 13, de 04 de junho de 2018, que aprova os
2426 critérios de partilha e elegibilidade para o cofinanciamento federal do Programa
2427 Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho para o
2428 exercício de 2018 e altera a Resolução 18, de 14 de maio de 2012; Considerando a
2429 Resolução CNAS nº 7, de 21 de fevereiro de 2019 que altera a Resolução CNAS nº 13,
2430 de 4 de junho de 2018 que aprova os critérios de partilha e elegibilidade para o
2431 cofinanciamento federal do Programa Acessuas Trabalho para o exercício de 2018 e
2432 altera a Resolução 18, de 14 de maio de 2012. Considerando a deliberação de sua
2433 245ª Plenária Ordinária, ocorrida em 19 de julho de 2019, RESOLVE -Aprovar o
2434 planejamento elaborado pela Subsecretaria de Assistência Social – SUBAS / Secretaria
2435 de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE com o objetivo de
2436 executar ações de apoio técnico, capacitação e monitoramento das equipes municipais
2437 do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas
2438 Trabalho, a serem desenvolvidas até o mês de agosto de 2019, art.2º essa resolução
2439 entra em vigor na data de sua publicação. **Rodrigo:** Eu não entendi até o mês de
2440 agosto, esse finalzinho eu não entendi não, mesmo Helder, não então tá errado, o
2441 trabalho, é, é, o plano ele vai até, esse plano vai até 2021, aí eu acho que isso tem
2442 que ser colocado, que os planos de trabalho de municípios com validade até 2021 mas
2443 não tem que colocar isso agora não, só acrescenta depois. Isto. Esta pactuando pros
2444 14 ou 111? Os 14. Microfone Helder. **Elder:** Nos vários e vários considerandos, nos 2

2445 últimos (é) considerando a resolução nº 13, aí a número 4 de 2018, e a número 13
2446 que falam do aceite de 2018 e a outra que é a de 2019 que altera, então dá em
2447 entender que esse planejamento remete a esse aceite, mas se quiser deixar mais
2448 claro não tem problema nenhum. 14. Rodrigo: São 14 municípios. **Elder:** Dentro de
2449 2018 são 14 municípios. **Rodrigo:** É eu acho que deveria deixar claro no corpo do
2450 texto também, Adelmira, artigo II. **Elder:** Desculpe Rodrigo. **Rodrigo:** Não, não, pode
2451 sugerir. **Elder:** Monitoramento das equipes municipais, dos quatorze (14) municípios
2452 que realizaram aceite de 2018 do programa. **Rodrigo:** Ótimo acho que resolve,
2453 obrigado. **Elder:** Em discussão, podemos votar então, nenhuma dúvida, então em
2454 regime de votação, os conselheiros que aprovam o Acessuas trabalho 2019, contrário,
2455 abstenções. Plano aprovado. Luanda por favor, tem mais. **Luanda:** Comissão de
2456 política sempre tem mais e dizer que eu esqueci de falar no começo que a gente não
2457 venceu a pauta de novo porque são muitas coisas. **Rodrigo:** Conselheiros, vamos
2458 tentar, mesmo os conselheiros da comissão de apoio, de outros que tiverem um
2459 pouco mais folgado, vamos tentar aí ir pra comissão de política pra ajudar, não, eu
2460 não falei que a comissão de apoio está folgada, a comissão de apoio nunca fica
2461 folgada, né, é pois é. **Luanda:** Rodrigo. Eu vou agradecer, porque (não) já já
2462 agradei (né) a comissão de política está recomposta, tá bem composta, a gente tá
2463 fazendo um bom trabalho. **Rodrigo:** Só pra registro, eu não falei que a comissão de
2464 apoio tá folgada, ela nunca tá folgada, eu tô falando, a comissão (conselheiros)
2465 comissão que tiver um pouco (né) de tempo, ou as vezes acaba mais cedo, igual a
2466 nossa de orçamento que acabou vamos tentar fazer um esforço de trazer algumas
2467 pautas da comissão vamos tentar ver se a gente consegue tirar um pouco de carga da
2468 comissão de política vamos tentar articular. **Luanda:** Ontem a gente teve 12
2469 denúncias para apurar, a gente conseguiu apurar só 2 (né) e as outras que já
2470 estavam em processo de acompanhamento a gente deixou, mas a gente também tem
2471 uma proposta e aí eu vou falar dela no finalzinho pra gente poder andar mais rápido
2472 com as denúncias, tá. Então o ponto de pauta 3 nosso é a revisão da resolução Cedca
2473 56 de 2012 que é a novela que a gente já conhece aí (né) que já tá algum tempo
2474 tramitando, (é) a gente pros conselheiros que estão chegando agora né, (é uma
2475 resolução que) é uma resolução conjunta com o Cedca com o Conselho Estadual dos
2476 Direitos de Criança e Adolescente e trata do acolhimento institucional de criança e
2477 adolescente no Estado, a gente tem dado as tratativas né, porque a gente tem que
2478 fazer esse contato com o Cedca, junto né, e aí atualmente o Cedca tá num processo
2479 de mudança de gestão, e aí nós vamos precisar aguardar o processo eleitoral deles, a
2480 mudança de gestão, então foi uma das coisas que a gente discutiu na comissão, a
2481 segunda coisa é que a gente vai enviar um ofício pra Secretaria de Direitos Humanos
2482 pra Subsecretaria de Direitos Humanos solicitando um espaço na conferência estadual
2483 da criança e do adolescente, porque lá a gente vai conseguir também colocar em
2484 pauta essa discussão do acolhimento no estado vai ser uma condição legal de discutir
2485 mais amplamente o assunto para que a nossa resolução fica bem de acordo com a
2486 realidade, bem democrática, então acho que vai ser um espaço interessante pra gente
2487 conversar sobre isso, e aí a necessidade também da gente fazer oficinas técnicas com
2488 os nossos conselheiros do Cedca porque a gente tem uma dificuldade assim que é
2489 muito nítida de entendimento da política de acolhimento institucional, então o Cedca
2490 ele tá muito, muito avançado na luta pelos direitos mesmo da criança e do
2491 adolescente, (e aí) mas a discussão sobre a política pública que viabiliza esses

2492 direitos, às vezes, não chega sempre lá (né). Então, assim a gente que executa a
2493 política deve trazer pra eles um panorama de como que é a execução da política
2494 mesmo. Então, a gente faria oficinas com os novos conselheiros pra falar da política
2495 de assistência social como é o que a gente tem executado esse acolhimento
2496 institucional no nível nacional e de acordo com as legislações nacionais. E é um quarto
2497 ponto de discussão né é que a gente tá tendo muita dificuldade de diálogo com o
2498 Cedca e é por isso que desde 2012 que essa resolução, ela não caminha né, só que a
2499 gente vai tomar também uma decisão até porque a gente foi cobrado, né assim a
2500 gente foi tencionado pelo Ministério Público novamente, o CEAS e o CEDCA no início
2501 desse ano pra que gente desse andamento nos trabalhos da resolução e aí assim a
2502 gente vai fazer novas tentativas com o Cedca mas se não caminhar a gente vai
2503 precisar responder porque a gente foi provocado pelo Ministério Público a dar esse
2504 retorno do porquê que a gente não conseguiu avançar, e aí vai dizer das nossas
2505 evoluções (né) porque a gente evoluiu bastante na escrita da resolução a gente tem
2506 um texto bem consolidado é que tá dependendo agora só finalizar com a parte do
2507 acolhimento de criança e adolescentes ameaçado de morte, né, e aí é uma discussão
2508 que está sendo feita na CIB e tudo mais e aí pra gente poder dar essa resposta caso a
2509 gente não consiga após a nova gestão do Cedca tomar posse, tá. Então, como
2510 encaminhamento o CEAS enviar ofício a Subsecretaria de Direitos Humanos pra
2511 colocar na pauta da Conferência Estadual da Criança e do Adolescente o PPCAN e o
2512 acolhimento institucional, para que a gente faça essa discussão lá, tá. Esse é um
2513 encaminhamento, prá cá, e aí dá um retorno mesmo pro pleno daqui, que a gente
2514 tinha solicitado no pleno passado que era a plenária conjunta, que não vai ser possível
2515 agora, já que o Cedca está em processo de organização interna. **Janaína:** Momento
2516 então para discussão. **João-CMAS** de Pirapora: Eu queria fazer um esclarecimento
2517 com relação a atuação do Cedca porque eu também estou lá e fica meio chato da
2518 gente estar aqui e não responder, primeiro dizer que a representante não, a
2519 promotora a Dra. Paola ela estava numa reunião na plenária de junho quando a gente
2520 fez a discussão da resolução conjunta e eu acho que ela poderia muito bem ter
2521 posicionado da gente fazer a aprovação da proposta de resolução e a gente fez, e aí
2522 eu acho que o Ministério Público poderia ter sido até mais contundente com relação a
2523 proposição disso e eu não senti muita firmeza por que eu senti que ela ficou um pouco
2524 assim parada esperando, falando que outras resoluções viriam, que outras
2525 encaminhamentos poderia ter sido dado, eu não sei se o outro encaminhamento que
2526 ela falou que ela mencionava seria justamente o final desse mandato desse conselho
2527 pra acabar e esperar chegar os novatos mas a gente por parte de alguns conselheiros
2528 a gente foi favorável à aprovação de uma conversa entre as 2 meses e levar isso para
2529 uma aprovação sim, em conjunta, eu fui um que defendi isso então, eu sinto que tem
2530 uma dificuldade, ainda que vocês aqui quanto o CEAS na questão da defesa da
2531 assistência vocês estão muito mais além do que Cedca, mas lá no Cedca, a gente é
2532 o que você falou, a gente faz muita discussão é da defesa do direito, então fica assim
2533 uma coisa de superposição a gente sem saber direito o que é o papel que a gente tem
2534 que defender ali isso é só pra gente mostrar que a gente, assim, não são todos os
2535 conselheiros que não cumula com a aprovação urgente, por que isso está se
2536 arrastando há muito tempo; uma outra questão que a gente também tem, a gente
2537 tem dificuldades, vocês estavam lá, você acho que Fran e Patrícia vocês puderam
2538 observar, olha aqui, que quando a gente faz plenária do CEAS a gente tem 30 pessoas

2539 aqui com convidados, olha lá, se não vir todos os conselheiros, lá a gente não
2540 consegue reunir 12, é a dificuldade da falta de estrutura que a gente tá vivendo lá
2541 nesse momento. Só pra justificar isso. **Luanda:** João, eu acho que é importante você
2542 dizer isso, né isso que a promotora falou lá, tem a ver com o PPCAN porque como
2543 estão sendo feitos combinados para criança e adolescente ameaçados de morte e
2544 esses combinados ainda estão tramitando lá na CIB ainda não estão fechados foi por
2545 isso que ela fez a pontuação lá, eu entendo que foi por conta disso e foi a justificativa
2546 que ela apresentou também na câmara técnica da CIB né, ela falou disso ela falou que
2547 esteve presente na plenária do Cedca e que inclusive solicitou que se aguardasse a
2548 decisão lá da CIB com a relação ao financiamento do PPCAN e tudo mais, então foi por
2549 isso, tá. Mas vamos ver como é que a gente caminha agora (né)? Vamos aguardar o
2550 novo pleno lá do Cedca pra gente caminhar. **Geraldo Amarildo-SEF:** Eu tinha
2551 anotado aqui quando ela falou da questão da dificuldade, mas a fala do João aqui, ela,
2552 acabou esclarecendo esse ponto, mas pra mim não ficou claro se seria em relação da
2553 troca do conselho ou se teria alguma dificuldade adicional em você fazer essa
2554 interface lá com ela? **Luanda:** Teve sim uma dificuldade adicional e foi na questão de
2555 entendimento né, alguns pontos da resolução a gente entende que são normativas e
2556 pactuações de nível nacional, foram feitas na CNAS no Conselho Nacional nos direitos
2557 da Criança e do Adolescente, isso faz parte de normativa do SUAS por exemplo
2558 acolhimento institucional em unidade de acolhimento que pode ser de até 20 crianças,
2559 e o Cedca na defesa dos direitos no Conselho Estadual de Direitos do Adolescente
2560 considera que até 20 crianças numa residência é violar os direitos da criança e do
2561 adolescente. E só que a gente, e aí a gente fica nesse terreno de impasse, pra dar
2562 segmento a normativa de SUAS e assim pra dar empasse fazer uma resolução do
2563 estado de MG não compatível com a realidade da política de assistência social, então a
2564 gente ficar num impasse que foi embargando. **Rodrigo:** Só lembrando Luanda que
2565 foi, eu estava esperando pra ver se vocês iam falar, em respeito ao trabalho que
2566 vocês estão fazendo e eu acompanhando muito de perto o trabalho seus, eu gostaria
2567 até de parabenizar e agradecer muito porque eu vi o grupo que vocês montaram,
2568 colocaram para resolver essa questão, você, a Patrícia, a Fran, fazendo, inclusive,
2569 isso no final de semana, a noite, lendo e relendo a resolução, estudando inclusive a
2570 legislação que fala da criança e adolescente, e achei muito bacana o trabalho que
2571 vocês fizeram para a composição dessa nova resolução, eu acompanhei muito de
2572 perto isso, fiquei muito feliz no que toca sobre esse trabalho. Aí lembrando que houve
2573 uma marcação de reunião entre as mesas diretoras e o Cedca cancelou, já estava
2574 tudo agendado inclusive na ocasião eu já tinha pedido para que vocês viessem, nós,
2575 inclusive, eu tivemos que reformar nossa agenda para atender a demanda de
2576 tamanha da urgência, e foi cancelado praticamente de última hora mesmo, eu
2577 entendo não vou discutir o mérito da questão, não é isso, eu entendo as justificativa
2578 mas não dá para arrastar, vamos esperar o pleno, se eu tiver errado vocês me
2579 corrijam por favor, eu dei uma saída, mas eu acho que a gente deveria esperar o
2580 novo pleno, o novo pleno consolidar, se for o caso a gente envolve o Ministério
2581 Público, o que está acontecendo é isso. Por favor Cristiano. **Cristiano:** É só lembrar
2582 que essa discussão da resolução 56 ela antecede, inclusive, a discussão na comissão
2583 política, começa já anos atrás inclusive com a participação de técnicos da Sedese, e
2584 aí, como o Rodrigo fez questão de reconhecer esse trabalho em comissão e eu
2585 também não poderia deixar de reconhecer o trabalho da SUBAS que também tem

2586 participado desde 2015, 2016 nessa discussão, e ela é muito desgastante e a
2587 comissão tem visto agora nos últimos 6 meses como é desgastante mas eu
2588 acompanhando que tem 2 anos como esse desgaste, nós estamos, na verdade, no
2589 mesmo objetivo mas estamos encontrando dificuldade de entender a mesma língua,
2590 mas eu acho que isso não vai demorar muito não. Não é possível que a gente vai
2591 arrastar isso pra sempre. E a gente compreende muito a posição do Cedca e a gente
2592 fez na verdade uma reunião na Sedese onde participaram a Janaína a subsecretária
2593 de assistência, o Tiago Horta que é secretário dos Direitos Humanos, a Eliane
2594 Quaresma, que é vice-presidente do Cedca e também coordenadora da
2595 coordenação da criança e do adolescente dos direitos humanos, eu e a Tatiane que
2596 é diretora da Alta Complexidade e nessa reunião falou uma coisa que pra gente é
2597 interessante, isso que por parte do Cedca, como eles defendem os direitos da criança
2598 e adolescente, na militância dos direitos da criança e adolescente existe um trauma
2599 muito grande, inclusive, é um trauma da assistência também, que foi grandes abrigos
2600 existirem no Brasil, na época das FEBEMs e tal, a **desatualização** das Febems acabou
2601 um pouco desses abrigos mas ao mesmo tempo também, a gente sabe também que a
2602 gente pega os dados e a gente sabe que tem abrigos que acolhem mais de 20
2603 crianças, após as normativas, das orientações técnicas de indicarem até 20 crianças,
2604 a gente tem ainda no Estado abrigos que acolhem mais de 20 crianças, e tem ainda
2605 um direitos muito parecido com que era parecido a 40 anos atrás, a gente tem feito
2606 esse exercício a gente tem feito de entender o lugar do outro também, acho muito
2607 bonito esse reconhecimento de entender o lugar do outro, isso é muito interessante
2608 de entender o lugar do outro. **Francielly**- Então gente, eu queria fazer outra reflexão
2609 na fala do Cristiano está dizendo, chega numa fase do cansaço mesmo, eu nunca vi
2610 isso na minha vida, olha que eu cheguei a 2, 3 meses essa resolução desde 2012 essa
2611 história de rever resolução, honestamente com vocês, eu nunca vi isso na minha vida
2612 e são 7 anos, eu queria pedir pra esse conselho pra secretaria executiva, em
2613 novembro, também, seremos outras pessoas é novembro que vai ter a nossa eleição
2614 agora vai ter a eleição deles, mas assim priorizar isso, eu não sei como, se é possível
2615 assim o CEAS pra não mais isso ou bater martelo que não vai ter resolução. Sabe
2616 Cristiano, eu entendo muito vocês falarem que tem que colocar no lugar do outro,
2617 mas as vezes, a gente também tem que amadurecer que tem certos impasses que
2618 são impossíveis de resolver e passar pro outro, honestamente eu nunca vi isso,
2619 discutir uma resolução por 7 anos. **Rodrigo**: Eu só quero dizer aonde fica a proteção
2620 à infância e à adolescência, aonde fica? Eu vou ser sincero com vocês, não é uma
2621 ameaça a vocês, mas eu vou discutir, não é uma ameaça, mas nós vamos liberar essa
2622 questão ainda na nossa gestão, se Deus quiser. Obrigado. Encaminhamento da
2623 comissão, qual que é. **Luanda**: Encaminhar Ofício à secretaria de Direitos Humanos e
2624 a gente sugerir para colocar na pauta da Conferência Estadual de direitos a criança e
2625 ao adolescente a questão do acolhimento institucional para a gente posicionar e para
2626 enriquecer a resolução do CEDCA e já tinha solicitado ao secretário junto a Sedese e
2627 aí a gente junto com o Cedca. **Rodrigo**: 27 e 28 de agosto, e aí vamos, você como
2628 conselheiro, em dupla representação, eu ia falar bipolar viu, João, eu peço João, se
2629 talvez, se for possível, colocar como painel, acatar essa declaração da comissão de
2630 colocar na conferência, a gente faz o ofício pedindo, obviamente, mas também fazer
2631 essa força lá pra essa gestão e se for o caso abrir vaga para os conselheiros
2632 contribuírem com a mediação do painel, com as discussões, Patrícia, Francielly,

2633 Cristiano que é da Superintendência , para a gente tentar avançar nessa gestão para
2634 que a nova gestão que chega com dados novos, mesmo que sejam as mesmas
2635 pessoas. Então vamos abrir, alguma questão Luanda ainda? Não? Então os
2636 conselheiros que aprovam o encaminhamento da comissão em relação ao item 3,
2637 CEAS ofício pra Secretaria de direitos humanos, com pauta, conferência estadual dos
2638 direitos da criança e acolhimento institucional. Conselheiros que aprovam, contrários,
2639 abstenções. Aprovado. **Luanda:** Continuando, no protocolo de referência, na plenária
2640 passada, a gente pactuou fazer a oficina, e a gente tá dando retorno, que a comissão
2641 achou conveniente convidar mais atores, a gente ainda não tinha convidado a SUAS,
2642 Coinj e o Ministério Público, convidar para a oficina para melhorar nosso debate, então
2643 o encaminhamento é convidar esses 3 convidados que a nossa oficina tá marcada
2644 para o dia 30, a gente tinha combinado na plenária passada. **Rodrigo:** Oficina, em
2645 discussão, em votação, os conselheiros que aprovam o encaminhamento, os ofícios,
2646 contrários, abstenções, então aprovado. Tem mais? **Luanda:** Tem mais, denúncia de
2647 gestão do SUAS essa denúncia ela vem de Betim, né, essa denúncia a gente vem
2648 tratando aqui, já fizemos outras tratativas, mas como a gente ainda não teve retorno
2649 substanciais, a gente fez uma discussão na comissão, primeiro a gente cobrar as
2650 ações do CRESS, ver os responsáveis a conselheira Francielly que trouxe o retorno do
2651 Cress pra gente, a gente viu esses retorno oficialmente em relação sobre assédio
2652 moral, e a gente vai enviar mais 2 ofícios, um pra procuradoria municipal de Betim
2653 para apurar também os fatos e outro para o sindicato de servidores de Betim, pra
2654 tomar ações em relação ao assédio moral, e reiterar os ofícios ao Cress ao CRP, na
2655 verdade o CRP fez ações paralelas pra gente solicitar informações que tipo de ações
2656 que já foram feitas ao CRP pra gente poder fechar essa parte. **Rodrigo-** Cress: Eu
2657 passei isso no CRESS inclusive com muita vergonha mas porque o Cress fez as ações,
2658 tem lá ações, só que pelo fato que eu estou lá, ele fez condenando institucional, então
2659 cobre e eles vão responder também já passei pras diretoras, dei o encaminhamentos
2660 necessário dentro do Cress, direto com a presidente, direto com responsável pelas
2661 resposta do ofício para que remeta oficialmente inclusive falando das ações que
2662 fizeram também, se já foram fiscalizados se não foram fiscalizados e que
2663 encaminhamento chegou para que a gente possa avançar isso aí. Em discussão. Em
2664 votação conselheiros que aprovam. Abstenções. Aprovados. **Luanda:** Ponto 6 é o
2665 último é uma denúncia de sugestão do SUAS da cidade no município de Guanhões
2666 relata uma denúncia de opressão aos usuários no momento que estão fazendo
2667 **relatando no caso** com conivência da coordenação do equipamento em relação a
2668 opressão feita pela gestora no caso, a gente percebe aí é uma posição que a gente vai
2669 fazer e talvez um encaminhamento que a gente fez na comissão ontem, a gente
2670 recebe muitas denúncias desse tipo, preconceito aos usuários, má execução do
2671 serviço, e aí a gente tá trabalhando pra gente ser mais prático na resolução dessas
2672 denúncias, a gente tá montando um protocolo pra vários tipos de várias situações
2673 que a gente já conhece em relação a denúncia que geralmente são 4 em relação a
2674 denúncia: assédio moral: enviar ofício para sindicato de servidores municipais e da
2675 categoria, Ofício para CMAS e Ofício para a gestão municipal; má conduta do servidor,
2676 enviar: Ofício para CMAS, Ofício para gestão e Ofício para Conselho de Classe; má
2677 execução do Serviço, Solicitar informação e apoio técnico para SUBA e enviar Ofício
2678 CMAS; precarização das condições e vínculos de trabalho, enviar: ofício para sindicato
2679 de servidores municipais e da categoria, ofício para conselho de classe e ofício para

2680 Sedese; então a gente tá tentando dar um impulso, então agora a gente vai votar
2681 aqui aos ofícios que a gente combinou de enviar **das denúncias ao Cress, movimento**
2682 **de assistência social, o Cress instaurar uma solicitação médica** encaminhar ofício ao
2683 gestor do município ao CMAS para apurar a situação e encaminhar ao
2684 Subas(.....). **Francielly:** Gente a denúncia chega
2685 aqui no CEAS e a gente manda um ofício pedindo algum esclarecimento pro Cress e o
2686 Cress ele não tem ciência muitas das vezes daquela situação e a situação chegou aqui
2687 no Ceas, então eu verifiquei lá o procedimento correto é o CEAS repassar essa
2688 denúncia pro CRESS em formato de denúncia porque chegou aqui em formato de
2689 denúncia e o Cress vai instaurar todo procedimento dele, a comissão vai verificar se
2690 aquele fato se configura em aplicações éticas porque o conselho de classe vai incidir
2691 sobre isso as aplicações éticas e aí o Cress vai instaurar todo o processo para poder
2692 fazer essa verificação se houve ou não infração se infringiu ou não o nosso código de
2693 ética, e aí o Cress ele faz uma investigação, ele colhe depoimento ele faz todo esse
2694 procedimento mas ele precisa ser provocado como denúncia e não como agente de
2695 repassar informações (....) a respeito de algo sobre. **Luanda:** Só terminar então o
2696 nosso encaminhamento de comissão foi enviar ofício ao gestor do município CMAS
2697 informando a situação e solicitara apuração para Subas solicitando o Cadsuas de
2698 Guanhães. **Rodrigo:** porque o CadSuas? **Luanda:** Porque na descrição da denúncia a
2699 gente ver que a profissional que é coordenadora do Cadúnico ela se diz coordenadora
2700 do Cadúnico mas ela está cadastrada na categoria outros, então a gente não sabe que
2701 cargo que ela ocupa, que função é essa que ela ocupa. **Rodrigo:** Mas vocês olharam
2702 se ela é assistente social ou se as pessoas envolvidas sabem. **Luanda:** Ensino médio,
2703 mas a assistência social que é coordenadora com o equipamento é conivente com ela
2704 segundo a denúncia. **Rodrigo:** Eu já havia dito também lá na época que fez aquela
2705 roda de conversa com as comissões, pra rever as questões de denúncias, uma série
2706 de coisa e voltou algumas denúncias também pra gente rever algum posicionamento
2707 de algumas questões, eu havia pedido mas eu acho eu queria (que o Higor) um
2708 encaminhamento para comissão se vocês assim me permitirem da gente marcar uma
2709 reunião com o Cress, CRP institucionalmente pra gente ver o essa questão de
2710 denúncia porque existe o protocolo de denúncia desses 2 conselhos mas muitas vezes
2711 a gente recebe a denúncia que não pode ser que não nos permita preencher todos os
2712 requisitos daquilo ali, daquele protocolo então como fazer, então criar uma estrutura
2713 que permita o Ceas dialogar é mesmo nesses atos, , as vezes a gente não tem e não
2714 dá pra ficar correndo atrás de algumas questões que foge de nossas competências
2715 muitas vezes, eu queria dizer que muitos casos mas já pensar nisso, eu queria
2716 solicitar como encaminhamento também se o plenária assim permitir se a comissão
2717 assim achar respeitosa. Em Discussão conselheiros. Em votação. Conselheiros que
2718 aprovam com inclusão de encaminhamento. Contrários. Abstenções. Aprovado.
2719 **Luanda:** Só continuando com a denúncia, são 7 denúncias que a gente não conseguiu
2720 analisar são denúncia já antigas mas vão ficando vão ficar por analisar, (e é uma
2721 preocupação nossa quanto comissão, porque algo grave aconteceu, ..) então a gente
2722 tem que pensar mesmo estratégias (.....). **Rodrigo:** Eu vou tentar reunir aqui na
2723 semana que vem com a secretaria executiva e com a secretaria executiva no geral,
2724 conselheiros, eu vou tentar reunir na secretaria executiva na semana que vem pra
2725 gente pensar, vou passar o pente fino nessas denúncias, e ver se de repente a gente
2726 distribui para outra comissão, a gente, vou fazer uma avaliação dos trabalhos que tem

2727 aqui e fazer uma força tarefa com também a esse respeito. Tem mais Luanda.
2728 **Luanda:** É só que no final da comissão nós tentamos pensar num protocolo de
2729 denúncia, ele não está aí projetado mas eu vou descrever pra vocês, então a gente
2730 pensou em classificar denúncias em 4 tipos: primeiro, assédio moral, segundo má
2731 conduta ao servidor/trabalhador, terceiro má execução do serviço direto e indireto e
2732 quarto organização das condições de trabalho, porque a gente classificou assim
2733 porque de todas as denúncias que estavam lá a gente coloca e consegue colocar elas
2734 dentro dessas categorias, dentro de cada uma delas, avaliações que a gente tem
2735 feito, então em um primeiro momento, no momento de assédio moral a gente tem
2736 enviado ofício aos sindicatos, sindicato municipal ao sindicato de classe, ofício ao
2737 CMAS, a gestão municipal e aos conselhos de classe para apuração, em questão a má
2738 condição de servidor a gente envia ofício ao CMAS a gestão e aos conselhos de classe,
2739 na questão da má execução do serviço a gente solicita informação ao Subas e CMAS e
2740 pra organização das condições de trabalho aos sindicatos, aos conselhos de classe e
2741 informa a Sedese. Então a gente coloca isso pra nossa realidade atual pra gente não
2742 ficar falando o que fazer, apesar das condições das denúncias elas se encaixam se
2743 enquadram nessas categorias, as denúncias são as mesmas gente, não é questão se
2744 pode, e aí a gente vai arrumar um quadro também, um quadro resumo de toda
2745 denúncia pra que a gente não fique só na pauta que já vem acompanhando num
2746 tempo. Num quadro resumo a gente vai dando conta e vai principalmente essas
2747 denúncias que se arrastam a algum tempo e já vem acompanhando a algum
2748 tempo. (.....) **Rodrigo:** Não está em votação a gente tá pensando ainda.
2749 **Marta:** Eu queria agradecer. Obrigada pelo trabalho da comissão, mais eu
2750 pediria também que remetesse a comissão de normas porque nós estamos lá
2751 trabalhando a questão do fluxo e natureza das denúncias caso a comissão der conta
2752 de fazer isso vai ajudar também o trabalho da comissão de normas nesse processo.
2753 **Rodrigo:** Comissão de Apoio. **Soyla** CMAS Paracatu: São 7 pontos mas espero ser
2754 sucinta. Ponto 1 tema, assunto- denúncia referente ao município de Pirapora,
2755 informado durante a plenária 242ª do Ceas que o município de Pirapora possui um
2756 saldo alto de caixa, não está repassando os recursos para as entidades e municípios,
2757 situação que ocasionada pela dificuldade das entidades acatada pela Ceas e gerada
2758 pela **partilha**, enviado um ofício nº 72 do Ceas/2019 a Sedese solicitando assessoria
2759 ao município técnica quanto a orientação quanto ao uso adequado dos recursos
2760 públicos, aplicação do marco regulatório e organizações da sociedade (...). Incersão
2761 do município no qualificaSuas. Em 24 de julho de 2019 recebemos ofício 2 de 2019
2762 informando que a Sedese realizou diagnóstico dos temas prioritários para capacitação
2763 e apoio técnico por meio formulário eletrônico respondido pelos municípios a subsidiar
2764 o planejamento de estratégias de operacionalizações das ações. O município de
2765 Pirapora pontuou a necessidade de capacitação em vários aspectos para melhor
2766 adequar o funcionamento da assistência social no municípios. A diretoria regional de
2767 Montes Claros foi acionada e realizou contato com o município quanto ao repasse de
2768 recurso e organizações com a sociedade civil. Então foi dado uma visita técnica para
2769 por relativa a aplicação de recursos, execução dos serviços, superação das
2770 atendentes, a regional realizou ainda uma reunião com diretores regionais e propôs
2771 oficina de apoio técnico a cerca da proteção social, basta né, os municípios serão
2772 incluídos de 7 regiões uma delas contribui agora, o município será incluídos também
2773 as ações de capacitação de 2019 e ainda a Subas está à disposição caso o município

2774 deseja o atendimento presencial em BH mediante agendamento prévio. Verificar que
2775 o município conta com 20 entidades inscritos no **Fneas** com possíveis erros de
2776 avaliação ainda em formação de números precisos de entidades inscritos no CMAS o
2777 que sugere a necessidade de avaliar coerências no processo de inscrição, enviar email
2778 de retorno ao denunciante. É eu devo colocar em observação aqui que o presidente
2779 de Pirapora esteve aqui né Rodrigo ele conversou com você na terça feira, solicitou
2780 que fosse atendido e conversar com o presidente do Ceas, por sorte você estava aqui,
2781 foi sucinta com sua agenda, mas foi bacana porque depois ele foi lá e participou da
2782 nossa oficina também que estava acontecendo com os municípios de barragem ele
2783 permaneceu por pouco tempo mas ele foi e foi bacana. Encaminhamento gerado pela
2784 deliberação em plenária. Você quer falar alguma coisa antes de falar do
2785 encaminhamento? **Rodrigo:** posso? Rodrigo-Cress Bem, igual Soyla falou Ele mandou
2786 um email pra cá pedindo essa agenda pra presidente e a gente conseguiu congrega
2787 esforços fazendo com que ele estivesse aqui na quarta feira ele cá estaria aqui em BH
2788 e aí coincidiu também dele está aqui no Ceas quarta, quinta e sexta foi o que
2789 aconteceu e pedi a Consolação para que ela então achasse um lugar na agenda pra
2790 eu atendê-lo, se fosse preciso eu iria achar outro momento para atendê-lo pra mim é
2791 muito fácil eu estou aqui em Nova Lima, mas ele tá lá em Pirapora então a gente tem
2792 que aproveitar o momento em que o município está aqui, então eu tento sempre que
2793 pede a agenda com o presidente eu tento fazer esse esforço de vir aqui mesmo
2794 alterando minha agenda de trabalho como todos sabem eu sou trabalhador, somos
2795 todos, mas trabalhador do SUAS. É e aí a grande questão é de fato ele coloca diversas
2796 situações em Pirapora, a lei do SUAS é de 96, que dentre os erros, dentre os
2797 equívocos da lei (não digo erro) que na ocasião era assim, só que na política nacional
2798 de 2004 altera-se então toda concepção da assistência social a lei é de 96 então olha
2799 nós temos 2004 política nacional, depois 2005 Nob, 2012 Nob, 2011 alteração da Loas
2800 e a lei de Pirapora continua então ele não tem Suas, nós temos **diversificação**
2801 do serviço em 99, Nob RH então isso tudo esses marcos regulatório a lei de Pirapora,
2802 ficou apartada, avessa a eles, então a gente pontuou isso com o presidente de
2803 Pirapora, colocou as necessidades as nomeiam as entidades, lá eles não colocam
2804 assim intervalo para entidades, a lei está nominal as entidades que vão participar do
2805 Conselho isso é um equívoco grande não pode ser assim porque se a entidade deixar
2806 de existir ou outras abrirem o **Fneias** está errado, está desatualizados nós temos por
2807 exemplo a parte registrada no Conselho então o que a Soyla trás de equívocos no
2808 **Fneias** e aí remete o processo de inscrição que tá regulamentado na resolução CNAS
2809 14 de 2014, então isso tudo isso tem que ser revisto urgentemente, benefício
2810 eventual está sem regulamentação, ele até alegou pagar para o usuário o auxílio
2811 funeral, ao mesmo passo também ele relata a boa vontade da secretária, a parceira e
2812 então e a necessidade de resolver o problema, então nós lemos pra ele o painel da
2813 MDS, mostramos pra ele um monte de coisas, mostramos a (lei) resolução de
2814 benefícios está até pago né Ariadna, e aí achamos que é importante da gente fazer
2815 uma capacitação saindo de lá já articulação com a Consolação que a gente precisa
2816 fazer uma capacitação talvez nós ganhamos da Sedese uma Web Can hora Top, de
2817 repente a gente pode fazer através de vídeo conferência, isso vai otimizar recurso,
2818 mas para além disso eu acho que a situação é grande, é grave por ser Pirapora um
2819 municípios que beneficia os municípios circunvizinhos e ter tantos conselheiros
2820 daquela regional aqui, a gente merece, o município além de ter todos esses

2821 problemas merece essa atenção presencial, nós vamos fazer esforço de tentar
2822 organizar um processo pra gente ir lá e capacita-los, não vai ser fácil mas a gente vai
2823 tentar fazer isso o mais rápido possível porque a situação lá está gritante, avesso ao
2824 SUAS. **Soyla:** Nós ouvimos o caro colega João, conselheiro, porque é representante
2825 do CMAS não governamental então ele é conselheiro também municipal e a gente
2826 trocou até experiência né João, em que pode ser feito, a gente até conhece assim pela
2827 nossa experiência que dada a situação das entidades, das inscrições das entidades,
2828 pode ser uma divisão de orçamento, tem que ser revista a questão de orçamento, só
2829 orientações mesmo Rodrigo, eu até me coloco a disposição pro presidente ir lá e
2830 trocar uma ideia com a pra gente ter uma experiência já nesse sentido né, os
2831 municípios de porte I e II que a minha região é a porte I e II, até né mas assim
2832 Pirapora é referência no Norte, é próximo a nós Noroeste mas tem que trocar uma
2833 ideia. **Rodrigo:** Só um parêntese Soylo, já fica você indicada você pra ir como
2834 conselheira para participar dessa capacitação. **Soyla:** Isso é só gravação né, é então
2835 além da gente conversar com o conselheiro municipal João pra ele levar para o CMAS
2836 de lá, a gente vai estar oficializando o CMAS com sugestões que procedam revisão o
2837 processo de inscrição a luz dos normativos vigentes, uma preocupação que a gente
2838 tem, né Rodrigo, vocês veem isso na prática é que os CMAS municipais eles
2839 acostumam se preocupar demais com a inscrição de entidades, é uma demanda muito
2840 grande dentro da comissão de apoio, só que ninguém se preocupa em pensar que a
2841 resolução 14 de 2014 fala sobre o cancelamento de inscrição e essas pessoas tem
2842 medo CMAS costuma ter medo de como trabalhar o cancelamento de inscrição, então
2843 nessas capacitações que a gente for formular a gente repensar isso e fazer em forma
2844 tipo assim do jeito que a gente tá fazendo esse fluxograma, e dos procedimento de
2845 como pode receber as denúncias, a gente pode fazer um procedimento padrão
2846 também, a gente pode pensar nisso, é isso e então assim, e acompanhar o orçamento
2847 dos municípios com seus desdobramento porque é igual eu falei pra ele a gente tem
2848 que pensar porque senão é aquela história os municípios correm o risco de jogar
2849 todas as outras políticas que relaciona cúpula do esporte e repassa pra assistência, e
2850 aí a entidade vai lá de pegar inscrição na assistência pra receber uma ambulância.
2851 Então assim é orientar as vezes, é a divisão, é a gente participar, CMAS a gente tem
2852 que se preocupar em trabalhar com orçamento também, tá participando até porque
2853 CMAS aprova orçamento. **Rodrigo-Cress:** Só um parêntese Soylo você me permite?
2854 **Soyla:** A vontade. **Rodrigo:** A grande questão Soylo que também esse equívoco da
2855 subvenção perpassa por isso, subvenção social aquela antiga subvenção social que
2856 acham por casa da lei 64, 4320/64 seu não me engano, que coloca a subvenção
2857 auxílio contribuição, então tudo qualquer subvenção social saí da assistência social
2858 então tirar isso e aí isso não é só mostrar o processo da entidade vai perpassar
2859 também sobre esclarecimento sobre o marco regulatório para além do marco
2860 regulatório mostrar que o marco regulatório ele vem trazendo uns dados em parcerias
2861 mas é preciso também mostrar como se manifesta no QDD, que é o Acompanhamento
2862 Detalhamento de Despesas, que é auxílio, contribuição e subversão é tirar, limpar o
2863 orçamento da assistência e colocar nas caixinhas devidas das novas políticas. As
2864 novas políticas também pode ter subvenção, os prefeitos as comunidades tem receio
2865 eles acham por ser uma iniciativa social tem que ser da assistência social então
2866 romper com isso é difícil mas já está sendo possível. **Soyla:** Rodrigo diante dessa
2867 futura capacitação que a gente pode estar planejando pro norte de minas a gente

2868 pode trazer também e fazer pra região lá, pensar numa capacitação, alguma coisa.
2869 **Rodrigo:** Penso que a gente unir as Urcmas, ou as regionais, pra talvez fazer não só
2870 em Pirapora, pegar a microrregião e capacitar muitos municípios, otimizar recursos,
2871 tempo, e ter uma qualificação. **Soyla:** Vai ser gerada aqui nesses encaminhamentos
2872 é isso e a comissão de apoio começar a pensar de que forma vai ser feito, mais um
2873 ponto de pauta pra nós né, isso gera aprovação? **Rodrigo:** Sim, encaminhamento sim.
2874 Mas a gente pode ir em bloco. João e Dona Arlete. **Arlete-Graal:** Suponhamos que
2875 tenha sido feito um chamamento público para atendimentos dos grupos lá que estão
2876 inscritos no CMAS e um grupo que seja da cultura tenha consigo vencer o
2877 chamamento e aí nessa verificação descobre que ele não tem a nada a ver com a
2878 CMAS, qual pode ser o procedimento? **Rodrigo:** Deixa eu entender a pergunta,
2879 descobri que uma entidade não é da assistência, é isso, cancelamento da inscrição.
2880 **Arlete:** É só pra registrar. **Rodrigo:** Mas nós temos que atentar a algumas questões
2881 importantes, porque as vezes existem ainda parceria vigentes e existem atendimento
2882 à população. **Ivone:** Tipo de inscrição, inscrição da entidade e do programa.
2883 **Rodrigo:** Eu não vou nem entrar nesse mérito entidades e programas, mas vamos
2884 colocar uma entidade e um programa que não é Suas, não tem nada a ver, como
2885 escolinha de futebol, recebeu um dinheiro e não tem nada a ver com serviço de
2886 convivência, não dialogo, é uma escolinha pura e simplesmente, sem discussão
2887 pormenorizadas a respeito disso, tem a parceria vigente e tem usuários lá, o que eu
2888 recomendaria enquanto técnico da secretaria executiva é que faça, não se cancele, e
2889 se cancelar faria o orçamento no final da parceria porque isso requer uma
2890 descobertura muitas vezes no atendimento ao usuário, por exemplo é a mesma
2891 situação que a gente estava discutindo lá na questão de Juiz de Fora, na data de 20
2892 anos aquele negócio, então assim tem um atendimento que está sendo feito, não dá
2893 pura e simplesmente falar assim, municipaliza, acaba tudo, é preciso fazer uma
2894 transição e até aonde eu já soube não sei se isso vai virar ponto de pauta aqui, mas
2895 de qualquer forma eu já trago essa questão e essa transição mesmo fruto do conselho
2896 da burocracia do conselho ao Ministério Público, Ministério da Cidadania, do próprio
2897 Creas ao Ministério Público ao creas de Juiz de Fora, isso já está sendo feito uma
2898 transição então é preciso pensar sempre no objetivo útil nessa política de proteger o
2899 usuário. Eu penso senhores que a gente pode votar em bloco, vamos. João por favor.
2900 **João:** Bom gente que é assim de uma fórmula ou outra é chato a gente estar
2901 ouvindo que o município da gente que, é uma referência regional passa por tantos
2902 problema, esse conhecimento veio da política, tanta gente se diz que tem até
2903 mestrado mas não respeita a opinião daquele que normalmente chega no conselho no
2904 caso da gente aqui como conselheiro e até por brincadeira mas fica chato, porque o
2905 que os conselheiros daqui ficam imaginando, Pirapora tem 3 conselheiros e não
2906 consegue ajudar a resolver essas questões, primeiro a gente parte de um princípio
2907 que é uma questão um pouco política, as vezes não aceitam uma ideia do que dizem
2908 que eu estou em 2 conselhos de cada vez a gente quer saber mais que eles que são
2909 doutores, não é isso, eu acho que a assistência é feita para todos e a gente daqui vai
2910 vivendo e aprendendo e nosso aprendizado aqui poderia estar contribuindo mas o fato
2911 é que as vezes a gestão não aceita o que a gente propõe, um posicionamento meu de
2912 dizer que não concordava com uma eleição que queria fazer dela uma recondução
2913 automática, virou problema e aí até alguém da gestão chamou atenção pra dizer pra
2914 mim de que lado você está. E eu mais ainda que sou conselheiro com a

2915 responsabilidade por que sou o único representante daquela região praticamente que
2916 representam os usuários que são demonstrado mas representam mais gestão de
2917 usuários por Pirapora, sim e aí eu disse ontem na comissão que parece que santo de
2918 casa não faz milagre, porque assim algumas perguntas que os companheiros fizeram
2919 aqui ontem eu tinha chamado atenção que a gente estava falando que não podia ser
2920 feito algumas coisas algumas decisões a gente orienta que não pode ser feita daquela
2921 forma, mas o fato quando você não comunga com as ideias politicamente dos
2922 conselhos é duro gente aí você vira inimigo, e aí outra questão que eu quero trazer é
2923 que já falei eu acho que só, por sí só uma capacitação talvez não resolva, mesmo que
2924 for pra continuar mesmo que faça uma capacitação mas não quer ouvir os
2925 companheiros mesmo que eu não esteja aqui amanhã a gente não vai permanecer
2926 aqui para sempre, amanhã eu posso não ser eleito, mas se não ouvir as pessoas dos
2927 conselhos é complicado e as vezes a gestão não pode gostar de ouvir o conselheiro se
2928 não for do grupo deles. E aí é complicado então e eu falei ontem na comissão as vezes
2929 a gente tem medo até do que a gente fala porque de repente a família da gente tem
2930 alguém que trabalha na gestão e vai ser perseguido, e olha o que alguém da gestão
2931 falou comigo de que lado que você está, porque eu fiz um questionamento na mesa
2932 do conselho municipal, é duro mais é verdade, uma cidade como Pirapora, é pobre a
2933 regional mas não poderia pensar dessa forma. **Rodrigo:** Só uma orientação João, ele
2934 perguntou sobre a questão da recondução e nós falamos pra ele que não pode ser
2935 reconduzido, ele pode fazer um processo ele pode ser reeleito se ele não tiver os 2
2936 mandatos, tal mas tem que ser feito o processo eleitoral. Ele foi orientado a esse
2937 respeito. **João:** Rodrigo só pra avaliar o seguinte, a lei municipal que cria o CMAS está
2938 tão defasado que não há limite de mandato, tem gente que tá lá mais velho que eu
2939 então o conselho de saúde de Pirapora que eu sou presidente lá, a gente tenta dar
2940 lugar mas muitos conselheiros não aceita não, porque as pessoas tem medo do novo,
2941 eu não tenho medo não, só acho que precisa fazer uma mudança, e isso acho que é
2942 um assunto pra que essa comissão ou alguém que for lá discutir falar olha, pra efeito
2943 de mandato como você fica a de eterno num lugar. **Rodrigo:** Gente, pega o
2944 microfone, só para vocês terem uma noção ele gravou, ele pediu pra gravar a reunião
2945 comigo para poder provar que ele está conversando comigo mesmo. **Marta:** É, João
2946 eu queria te falar que é isso, a gente que está nessa área sabe, que apesar do SUAS,
2947 as prática assistencialistas continua. E mudar isso, esse trabalho e a participação é
2948 que garante, então assim, é aliviar as consciências os corações dizendo que é
2949 processo mesmo, então não é personalista mas como a gente é muito comprometido,
2950 e acaba se envolvendo e militando mesmo, militando na ideia de ser um soldadinho
2951 em defesa, a gente fica com esse sentimento então, eu acho que é um pouco do que
2952 a Soyla colocou e que você disse, não é só capacitação, quem sabe a gente começa
2953 mesmo Soyla a discutir como a gente fez com as barragens da gente fazer algumas
2954 orientações, documentos financeiros que vão dirimir esse tipo de questão porque
2955 assim é problema a gente conseguir pelo SUAS que ainda não entrou, como o
2956 Rodrigo disse, ainda tem discussão sobre subvenção social, quando a gente entrar lá
2957 limitar o município daquela prática a gente vai entrar em orçamento, e se a gente via,
2958 e se o orçamento não mudar, não a forma de orçamento não expressar, não avançava
2959 o que o SUAS tinha avançado, tinha resistência sim de todas as áreas, da
2960 contabilidade, do jurídico, mas é se a gente começar embalar algumas orientações
2961 com bastante incisiva de decisão, a gente ajuda para além das capacitações porque aí

2962 vira um documento mesmo passível de ser demonstrado que essa é uma orientação
2963 do conselho eu acho que a gente podia começar a pensar construir esses caminhos,
2964 mesmo pra gente resolver o problema de denúncia em relação ao trabalhador, acho
2965 que se a gente começar a pensar assim a gente ajuda também os municípios, com o
2966 pé do chão sem rebuscamento. **Rodrigo:** Vamos adiantar Soyla. **Soyla:** Ponto 2- e-
2967 mail de denúncia de trabalhador do município de Juatuba, relata situações violação de
2968 direito, descumprimento de normativa da unidade de acolhimento municipal de
2969 Juatuba, relata falta de estrutura para atendimentos aos adolescentes, materiais
2970 higiênicos, insuficiência de recursos humanos, e conduta inadequada de funcionários
2971 que envolve chantagem emocional, invasão de privacidade dos adolescentes. Informa
2972 que a denúncia foi encaminhada aos órgão municipais, e as tratativa de negociação
2973 com a gestão foram infrutíferas. O município conta com população de 6.484hab, saldo
2974 de parcelas pagas R\$102.450.00, saldo de IGD bolsa família R\$21.481,50 há bloqueio
2975 de recursos ela não transferência de contas conforme portaria 65/2018. Foi enviado
2976 ofício ao CMAS e SEDESE para apuração dos fatos, mas a gente não teve resposta, o
2977 CMAS de lá informado pela Luanda não há secretária executiva: ela foi exonerada,
2978 talvez por isso Paula que a gente não tem resposta ainda. A gente vai estar
2979 oficializando também aos conselhos estadual da criança e adolescente e conselho
2980 tutelar municipal, porque é muito grave essa violação de direitos tem enrolado de
2981 funcionários tirando fotos íntimas dos adolescentes. A denúncia ao município já
2982 ocorreu, só que não está andando. Paula você quer relatar aqui do município de
2983 Juatuba. **Paula:** Com relação de tudo que ela falou tem a questão de uma rivalidade
2984 dentro da própria equipe relatada aqui de um funcionário tenta um atacar o outro e
2985 usa os adolescentes como forma de agredir, por meio de chantagem, tem denúncia de
2986 adolescente contra as atitudes de um funcionário da casa pra prejudicar o colega,
2987 então tem essa problemática e, que já foi tomado aqui providências mas nada foi
2988 resolvido. A gente tem também dentro, acompanhados até pelos noticiários dos
2989 jornais, o prefeito lá foi caçado e há poucos dias o prefeito assumiu mas, ainda não
2990 tem um gestor definido, há um certo abandono administrativo. Tem relato de
2991 adolescentes com problemas mentais, então tem uma situação de precariedade mas,
2992 tudo isso envolve discussão. Eu não sei exatamente o que foi feito mas, temos aqui a
2993 nossa colega, a conselheira Luanda que atua no município podia informar mais sobre
2994 essa ação, nós encaminhamos para a CMAS, para Sedese mas estamos ainda nesse
2995 aguardo de retorno. **Luanda:** Só pra localizar um pouco eu sou uma trabalhadora do
2996 município e, estou localizando as dificuldades que a gente tá vivendo lá, inclusive nós
2997 temos uma gestora lá na pasta da assistência, na verdade nós temos uma gestora da
2998 saúde, da administração, várias pastas juntos e aí tem uma pessoas que está atuando
2999 como voluntária, que tá dando suporte pra gestora na pasta da assistência, então a
3000 gente realmente tá um pouco perdido em relação aos serviços teve uma processo de
3001 eleição então essa gestão nova entrou tem mais ou menos umas 3 semanas, vai fazer
3002 1 mês que eles assumiram e, estão totalmente perdidos porque já pegaram o
3003 processo no meio, nós temos noção dessa denúncia, nós como trabalhadores do
3004 CEAS, do CREAS eu já fui trabalhadora do abrigo atualmente não sou, mas já fui
3005 trabalhadora do abrigo também, do acolhimento, nós já fizemos denúncia ao
3006 Ministério Público quanto aos trabalhadoras dessas situações que não são situações
3007 novas, na verdade elas vem arrastando a muito tempo, até chegar no momento
3008 extremo, de colocar em risco a vida de uma trabalhadora que está gestante de quase

3009 6 meses e, por falta de funcionários na unidade ela ficou sozinha na unidade com 8
3010 adolescentes, sendo que estava no cumprimento do papel de monitora e, acabou
3011 sendo agredido por um adolescente que tem problemas mentais e nem é
3012 responsabilidade dele de ter agredido ela mas ela na condição de gestante também
3013 corre risco. É então a situação é bem crítica mesmo, e já foram dadas tratativas com
3014 o Ministério Público da comarca, já foi solicitado providencias do CMDCA da Sedese e
3015 atualmente o CMDCA E Conselho do Idosos que tem a mesma secretaria executiva
3016 estão sem o servidor da secretaria executiva ela foi exonerada como final da outra
3017 gestão que passou. **Soyla:** Voltando para enfatizar a situação a gente vai estar
3018 oficiando o conselho local, o CMAS a gente vai estar revendo de novo, não só
3019 denunciar no Ministério Público como todos os meio de justiça, então a gente está
3020 pensando estar oficializando, a gente vai estar reiterando o CMAS também, não tivemos
3021 resposta, o Conselho Estadual de criança e adolescente, o conselho tutelar local.
3022 **Luanda:** Só um parêntese aqui que a situação já se agravou de 2 semanas pra cá que
3023 a gente ficou sabendo pela trabalhadora lá que um dos adolescentes que a casa não
3024 tem estrutura nenhuma e um dos adolescentes estava dormindo no chão da sala.
3025 **Rodrigo:** E queria de incluir no encaminhamento para nós possamos ir para o debate,
3026 uma das questões sé pedir pra que a proteção especial da sedese faça uma inspeção
3027 urgente lá. Por favor Cristiano no microfone. **Cristiano:** A palavra inspeção não faz, o
3028 papel nosso é de orientar a gestão municipal quanto a oferta do serviço e verificar
3029 qualquer irregularidade que possa estar acontecendo, eu complemento esse
3030 encaminhamento porque a Luanda falou que o Ministério Público da Comarca foi
3031 acionado, mas eu sugiro encaminhar também com CAUDCA para que realize inspeções
3032 técnicas, e aí vem outra inspeção e eles poderiam fazer a inspeção das
3033 irregularidades e dependendo do tipo das irregularidades eles citam o relacionados e
3034 chamado para uma reunião de devolutiva onde é assinado o relatório de conduta.
3035 Então assim esse pode ser o encaminhamento, o que a gente pode fazer em caso da
3036 sedese é contribuir e entrar em contato com a gestão e oferecer o nosso apoio técnico
3037 pra ajudar em qualquer coisa em relação a organização dos serviços. **Rodrigo:**
3038 Havendo irregularidades Cristiano qual é a providência que a Sedese toma?
3039 **Cristiano:** Nós não somos polícia né, a gente não pode punir o município, o que é
3040 que a gente pode fazer a gente nunca tá sozinho porque na verdade o SUAS não
3041 funciona só com um índice estadual tem uma rede toda eu sugiro é que essa rede
3042 que no caso CEAS, a Sedese e o Ministério Público juntos busquem uma solução para
3043 as irregularidades encontradas, porque a Luanda falou a gestão municipal assumiu a
3044 gestão tem semanas e o problema já é antigo, então tem que buscar juntos essa
3045 solução, só tem que tomar cuidado de chegar todo mundo lá e a gestão acabou de
3046 assumir, é só tomar cuidado. **Rodrigo:** Eu acho pertinente Cristiano sabe os seus
3047 encaminhamentos com relação ao principalmente ao papel da Sedese, para eu só
3048 queria entender, havendo irregularidade qual o encaminhamento que a Sedese pode
3049 dar, eu não entendi porque o CAO eu já ia solicitar a inclusão desse ofício, você
3050 detectou as violações de direitos, qual o encaminhamento a seguir. **Cristiano:** Entrar
3051 em contato com as autoridades competentes que tenha o poder de fazer intervenções
3052 conforme a legislação prever. A gente não pode ir lá e obrigar o gestor. É só tomar
3053 esses cuidados. **Rodrigo:** A questão do CAO que o Cristiano falou ontem eu já ia pedir
3054 para inclusão também e a outra questão que eu penso conselheiros, eu ia solicitar
3055 também se pudesse ser feito em parceria com a secretaria de direitos humanos

3056 Janaina essa visita institucional eu acho importante acionar sim acho que o conselho
3057 tem que acionar o CAO que já é parceiro nosso, é e fazer acionamento da sedese
3058 nessas 2 secretarias, tanto na Subas, diretoria especial quanto a questão dos direitos
3059 humanos, Ana Cláudia por favor. **Ana Claudia** – Subas: Boa tarde, meu nome é Ana
3060 Cláudia eu sou recém chegada na Subas como Superintendente da Atenção Básica
3061 mas eu já atuei por muitos anos na alta complexidade município e o caminho na
3062 verdade é procurar as autoridades então por exemplo eu participei de 2 interdições
3063 de idosos por mal tratos, ele como assistência e eu como retaguarda, no Ministério
3064 Público e da vigilância sanitária entendeu, então pensar em criar um **IGD** chamar a
3065 vigilância sanitária, saúde mental, saúde do idoso, direitos humanos para fazer uma
3066 visita conjunta porque são diferentes olhares, acionar o Ministério Público, agora,
3067 quem tem o poder de decisão é o Ministério Público mas a gente vai como retaguarda
3068 quando a instituição é filantrópica, para pessoas que não tem família ou não tem
3069 condição de pagar uma privada, e no caso da privada para pessoas que não tem
3070 família que respondam por ela pelo processo de acolhimento lá, porque quando é
3071 privada precisa o Ministério Público chamar a família para a responsabilidade também,
3072 falar do que está acontecendo na instituição para que a família tenha consciência e
3073 tome atitude de tirar a pessoa da instituição e procurar uma instituição que atenda
3074 às necessidades do indivíduo. **Rodrigo:** Luanda, pode falar Luanda que você é
3075 trabalhador, tem a Marta e tem o Helder. **Luanda:** Só com relação ao que ela falou a
3076 Vigilância Sanitária é um órgão que já fez uma apuração lá tem um relatório
3077 gigantesco da vigilância sanitária dizendo de várias irregularidades, esse relatório
3078 inclusive do final do ano passado, nada foi feito, quer dizer ações são tomadas mas
3079 para os adolescentes que estão na unidade não faz diferença nenhuma porque as
3080 coisa continua sempre do mesmo jeito. **Helder-CMAS** Pedro Leopoldo: Só lembrando
3081 aqui a relação do município de Pedro Leopoldo com a Sedese não estava nessa
3082 natureza mas o que foi feito, a Superintendência e a Diretoria elas tiveram lá no
3083 município, averiguaram e aí reuniram com a atenção do controle, com a gestão, com
3084 os trabalhadores lá foi feito um plano de providência exatamente durante essa
3085 perspectiva que o Cristiano colocou aqui, como questão de prazo, esses foram os
3086 encaminhamentos do município de Pedro Leopoldo, eu só estou dando um exemplo
3087 Rodrigo lá foi dado um plano de providências do estado, em relação ao município,
3088 lembrando que são entes interdependentes, então tem que respeitar aí a questão de
3089 hierarquia e o que eu achei interessante, quando o Pedro Leopoldo desrespeitou o
3090 plano de providência aí entrou o CAO e o Ministério Público aí o Ministério Público e o
3091 CAO entraram porque eles também quiseram, aí foi uma iniciativa deles também, eles
3092 quiseram acompanhar esse plano, e viram que o município de Pedro Leopoldo
3093 desrespeitou o que o estado tinha estabelecido como prazo e o CAO e o Ministério
3094 Público entraram com uma ação civil. **Rodrigo:** Qual que é a sugestão conselheiro,
3095 não entendi? **Helder:** Eu expliquei da possibilidade do plano de providência que ia de
3096 encontro com que o próprio conselheiro Cristiano colocou, que aí eles estabelecem
3097 prazos, eles vão até o município, eles conhecem a realidade, eles conversam com os
3098 trabalhadores, conversam com os gestores, eles procuram propor metas. **Rodrigo:**
3099 Vai alterar o encaminhamento, é isso que eu queria saber. O encaminhamento está
3100 contemplado ali Cristiano. Eu acho que poderia deixar o Ceas se der pra ir, ótimo, se
3101 não a gente vai mas tem que incluir na medida do possível, não atrasar a pauta por
3102 isso, jamais porque as vezes gente, desculpa conselheiros mas pode parecer

3103 arrogância mas não é, eu tava falando com a Janaina aqui, é mais um final de semana
3104 com esses adolescente com o direito violado, mais um final de semana, nós vamos
3105 pra nossas casas abraçar nossa família e eles estão lá com o direito violado, até que
3106 isso se resolva mais um mês, não dá pra dialogar, formar menos, com violação de
3107 direitos, não dá, gente ficar aqui especulando, confabulando, enquanto que o direito
3108 dos adolescente está sendo violado. Então a gente tem que correr com isso.
3109 **Cristiano:** Essa ação que o município colocou a partir das informações a gente pode
3110 providenciar as informações, relação de um plano de ação. **Geraldo Amarildo-SEF:**
3111 Com relação da suposta omissão dado do Público da comarca lá, o que tem que ser
3112 feito o Cao, perante a gravidade da situação. **Soyla:** Ponto 3 Realizada dia 17 de julho
3113 de 2019 no auditório da ASSPROM, o encontro a gente fala que é encontro ou oficina,
3114 sobre o controle social dos municípios vítimas de barragens de contenção de rejeitos
3115 de minérios: Barão de Cocais, Brumadinho, Itabira, Itatiaiuçu, Mariana, Mário
3116 Campos, Nova Lima e Ouro Preto. Estiveram presentes 7 conselheiros estaduais e
3117 representantes de 9 municípios dos 12 convidados. A gente convida né conselheiros.
3118 Manifestado por todos os presentes a necessidade de maior proximidade do CEAS
3119 com os conselhos municipais solicitam nova reunião de um dia inteiro para dar
3120 continuidade as novas tratativas, discussão e orientação para criação de um plano de
3121 atendimento a situações calamidade pelo grupo municipal envolvendo todos os atores
3122 que fazem as políticas públicas. Ter plano que contendem a garantia de direitos,
3123 relatada a pauta de desperdício do CEAS quando das visitas do ministério envolvidos da
3124 Sedese de assistência social, esse espaço para conhecer e tratar do tema a luz das
3125 normativas públicas para orientações CEAS. Gerir para as próxima reunião a ser
3126 agendadas conforme disponibilidade em função das conferências regionais. Foi muito
3127 bacana, estiveram lá eu vou tentar recordar de todo mundo, eu, Cecília, Ariadna,
3128 Arlete, Márcio, Márcio Caldeira, quem mais gente, Rodrigo, você foi, a Paula, A Rosa,
3129 esqueci de você companheira, Eliane, foi muito bacana, e aí o que acontece, só o
3130 executivo trabalhou demais, os município aparentemente na nossa avaliação foi muito
3131 satisfatório esse encontro, eles tiraram muitas dúvidas como eu falei anteriormente a
3132 gente até comentou na comissão tinha 2 perfis, os atingidos e como a gente fala, eles
3133 ficaram impactados pelo conhecimento do Ceas pela esperdiz que o Ceas tem hoje em
3134 trabalhar com atingidos de barragem de hidrelétrica a gente apresentou os protocolos,
3135 dos quais foram a Arlete, Márcio Caldeira, Rosa eles apresentaram um material muito
3136 bacana pra eles, eles ficaram impactados com tudo, e assim eles dizem que eles não
3137 tem conhecimento tinha ser mais divulgado esse conhecimento que o Ceas tem,
3138 porque eles não tinha esse conhecimento dos nossos protocolo de tudo que a gente
3139 tem hoje articulado, foram levantado na reunião a possibilidade deles montarem uma
3140 comissão temporária em resolução do CMAS, a gente notou que a CMAS locais eles
3141 não tem conhecimento do poder que eles tem em mãos, e a gente orientou pra fazer
3142 uma resolução, pra tá fazendo uma comissão temporária para eles se orientar, nos 2
3143 perfis que foram apresentados, dos atingidos e dos futuramente atingidos que a
3144 gente não quer que sejam atingidos, e Mariana mesmo relatou pra nós que eles tem
3145 também barragem de rejeitos que também tem perigo de estourar de novo, então
3146 eles tem que fazer um plano mesmo e assim uma coisa bacana porque a gente pode
3147 também depois que a gente construir esse protocolo junto esse plano todo junto a
3148 gente tem nome né gente é uma coisa nova que deve ser construída pra ontem, só
3149 que a gente não pode conversar com o municípios diante da demanda que está tendo

3150 lá. Os municípios eles tem que montar, tem que começar de algum lugar, a gente
3151 sugeriu que eles procurassem os prefeitos, todos os órgãos municipais, fizessem
3152 articulação lá, para poder tá conversando sobre esse plano, e foi sugerido por eles,
3153 solicitar mesmo que tenham um segundo encontro e na área deles mesmo na região
3154 deles lá. Que o Ceas fosse até lá, foi cobrado deles essa proximidade do CEAS, que
3155 estejam próximo a eles, até pra eles terem essas informações, alcançar esperdiz de
3156 atendimento, muitas coisas do que a gente faz lá de barragem hidrelétrica vai caber
3157 no plano deles, de atendimento inclusive sobre o atendimento sobre as comunidades
3158 quilombolas indígenas foi uma bacana a gente pode falar aqui 1 hora aqui assim numa
3159 boa, mas é uma demanda que surgiu da gente tá tendo o segundo encontro, da
3160 gente tá mais próximo deles, uma oportunidade que surgiu, tá tendo o segundo
3161 encontro lá na cidade deles, lá na região, é, Paula até a gente levantou a possibilidade
3162 de 4 conselheiros está indo nesse encontro não precisam de uma comissão inteira ou
3163 duas igual a gente teve esse encontro aqui, foram 2 comissões, apesar de quantos
3164 conselheiros foi 7, só de normas tem 23, mais assim vão 7 então assim a gente tá
3165 deslocando 2 de normas e 2 da comissão de apoio, pra tá indo lá participando desse
3166 processo desse encontro, está palestrando, tá conversando é um diálogo mesmo,
3167 sabe, a nossa oficina foi um diálogo foi um oficina que a gente conseguiu um ponto,
3168 colocar Pirapora também, viu Paula, porque Pirapora participou pra falar (.....)
3169 agora eu acho que é menos gente nesta ida lá viu Rodrigo, porque eles estão
3170 extremamente carente de informação, e assim a gente até sugeriu a Arlete, e a Arlete
3171 na geração de renda, e a gente sugeriu alguns nomes, espero que ele acate, o
3172 Helder, Márcio como profissional estadual a gente sentiu na liberdade de sugeri-lo
3173 dada a sua capacidade excepcional como cadsuas, entendimento como trabalhador a
3174 gente tem que aproveitar o seu corpinho, (.....) a Cecília e o Márcio Caldeira que são
3175 os 4 que a gente sugeriu enquanto comissão, é isso. **Luanda:** Agora tem mais um
3176 ponto quer ir para o próximo ponto? **Rodrigo:** Podemos. **Soyla:** O próximo ponto é
3177 maior, informações sobre ações da Sedese junto a tribo pataxó e pataxó há há há,
3178 do município de São João de Bicas atingidos pela barragem de Brumadinho,
3179 informações junto a sedese na nota técnica 11 Sedese de 2019 a diretoria de proteção
3180 social de média complexidade realizou reunião em conjunto com a subsecretaria de
3181 direitos humanos com objetivos de traçar estratégias em conjunto com sobre a
3182 atuação dos povos pataxós e pataxós há, há, há 13 de julho de 2019, visita técnica
3183 ao município de São Joaquim de Bicas com a participação da gestão municipal de
3184 assistência social e 2 conselheiros estaduais Márcio Caldeira e Irajá, bem como visita
3185 a comunidade pataxó há, há, há, visita 20 de julho de 2019 o povo indígena relatou
3186 várias situações de violação relativas a péssima educação, saúde, renda e até mesmo
3187 alimentação informando também que o valor mensal acordado pela empresa Vale em
3188 virtude dos impactos sofridos pelo rompimento de barragem da mina córrego do feijão
3189 em Brumadinho não estavam sendo repassados devidamente e não atingiu a todos
3190 moradores da comunidade, a partir dos relatos foi confirmado a procedência das
3191 denúncias apresentadas ao CEAS, foi elaborado um plano de ação pelo poder público
3192 de municipal/estadual para treinamento das ações encontradas neles e conceitual,
3193 apoio técnico da Sedese, CEE, aos técnicos municipais de São Joaquim de Bicas, pra
3194 participação de atendimento especial das comunidades indígenas, para que estejam
3195 garantidos os direitos da comunidade, participação dos indígenas no conselho
3196 municipal de assistência social, saúde e educação, análise de viabilidade e capacitação

3197 dos recursos federais com o objetivo de desenvolvimento de projeto de economia de
3198 solidária junto ao município em especial com a participação das comunidades
3199 indígenas, realização de reunião com o instituto Inhotim, com objetivo de articular
3200 estratégias com o prol **Etino** turismo, criação de oficina para divulgação da cultura
3201 indígena, trabalho social com as famílias indígenas com caráter continuado com a
3202 finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus
3203 vínculos, promover seus acessos e usufruto de direitos e contribuir com a melhoria de
3204 sua qualidade de vida. Serviço de proteção do Cras. Realização de ações junto as
3205 escola pra divulgar a cultura indígena assim como fator de diversas formas de
3206 preconceito. Foi bacana que começou-se a pensar na possibilidade de agora ver a
3207 realidade do índio e vamos adaptar nosso atendimento aquela realidade, para a
3208 situação comunidade de município da região. Encaminhamento geral para deliberação
3209 em plenária: A comissão considerou necessária uma visita para reunião com o CMAS e
3210 os municípios de São Joaquim de Bicas e Mário Campos para orientação de apoio e
3211 definição de competência de cada município no atendimento a comunidade indígena
3212 tradicional uma vez que na região tem a comunidade tradicional quilombola também.
3213 E foram indicados pela comissão eu e a Arlete. Esse foi o encaminhamento gerado.
3214 Quer ir pro ponto 7? Eu acho que o ponto 7 podia colocar agora porque que daqui o
3215 ponto 7 envolve vocês, envolve várias falas que é a disponibilidade de atendimento
3216 nas conferências de palestrante. **Rodrigo:** Então eu vou colocar em votos os
3217 encaminhamento que foram discutidos até agora, é com relação a capacitação que
3218 vocês falou da coisa, eu vou pedir a Paula pra alinhar isso, e olhar porque tem que
3219 pensar no conteúdo porque não é o mesmo conteúdo, a ampliação desse conteúdo a
3220 qualificação ainda mais dele e pensar mesmo numa estratégia e como fazer e aí eu
3221 peço que comissão acompanhe isso junto a secretaria executiva, e eu vou sendo
3222 acionado a medida que precisar. **Soyla:** A gente até pensou Rodrigo, a experiência da
3223 Arlete com a geração de renda, a gente tá indo lá na comunidade tradicional até pra
3224 alinhar com a comunidade local a tribo, as outras políticas de atendimento e falar com
3225 CMAS, experiências com o CMAS, amarrar mesmo, é nesse sentido de articulador, não
3226 é só ir lá e fazer uma capacidade não, é articular. **Rodrigo:Ok.** A gente vai. Jogando
3227 a bola pra vocês da comissão também de acompanhar e ir traçando isso porque nós
3228 estamos em período conferencial e aí a gente complica tudo, então é só pra explicar
3229 que muitas vezes a gente fica conversando aqui eu e a Consolação a gente fica
3230 alinhando essas coisas dando os encaminhamentos então as vezes eu me distraio
3231 mesmo, perdão a todos, então eu vou colocar em votação os encaminhamentos dos
3232 eixos e vou falar por um não até o ponto 6 é isso? Com as considerações e os
3233 encaminhamentos que já foram sendo inseridos. Estão de acordo? Os conselheiros
3234 que aprovam os encaminhamentos de 1 a 6? Contrários, abstenções? **Soyla:** Ponto 7
3235 – Verificar a possibilidade de atendimentos asa demandas de palestrantes nas
3236 conferência municipais: Paraopeba/Curvelo dia 20 de agosto, pela manhã; Funilândia
3237 é metropolitana, é pra agosto; Vespasiano é metropolitana é 26 de agosto; Fronteira
3238 é 02 de agosto; Pará de Minas dia 20 de agosto; Guarani é dia 15 de agosto; eu fiquei
3239 de avaliar Fronteira já que eu tenho contato maior com Triângulo, mas eu estou
3240 verificando ainda porque eu tenho que ver se tem ônibus vai e volta pra me trazer,
3241 porque lá só tem 1 ônibus por dia, vou ficar lá uma semana, Rodrigo eu sugiro que os
3242 conselheiros se pronuncie e se ofereçam. **Rodrigo:** Bem gente, lembrando que a
3243 gente pontuou isso na resolução que os cursos é por conta dos municípios, então

3244 assim, sugiro a secretaria executiva que já deixar pré alinhado, quem gostaria de ir
3245 em qual para não postergar, mas que antes fale primeiro se o conselheiro vai de
3246 qualquer forma, é uma questão, que alinhe com os municípios que solicitaram nesse
3247 sentido se vão manter o apoio. **Paula:** Essa é a primeira pergunta que nós fazemos
3248 quando chega a demanda, tem a possibilidade de estar buscando, de estar custeando
3249 esse traslado? Então tem uns que estão tão ansiosos, que falam assim eu busco, eu
3250 pago o hotel, eu pago a refeição, eu pago tudo o que precisar, mas tem aqueles que
3251 quando eu falo do custeio eles falam assim, então eu vou tentar de outra forma, que
3252 a realidade são muitos diferentes, mas os que eu trago aqui são aqueles que já
3253 falaram que podem buscar, e lembrando também Rodrigo, não vem tudo pra cá não
3254 tá gente, os que já chegaram aqui, eu já estou mandando mais email, eu mando zap,
3255 eu procuro ver a região especificamente pra cada um, então já tem vários outros
3256 agendados, não só esses não, a Luanda já tem, Luanda, Patrícia, Helder, já tem um
3257 tanto que já se candidataram, eu trouxe esses aqui porque ninguém se posicionou,
3258 mas muitos já se posicionou, Sandra, eu não posso esquecer da Sandra não, ela vai
3259 pra Veredinha, Isac também, né Isac. **Rodrigo:** Vamos lá conselheiros, são esses
3260 municípios aqui Paula, só esses? Paula: Por enquanto são esses daí, já tem o
3261 município e a regional aqui Rodrigo. Então aqui Curvelo esse de Funilândia no dia que
3262 tiver o conselheiro a gente marca o dia, tem que ver a possibilidade e então eles não
3263 fecharam o dia. **Cristiano:** Só fazer um comentário rápido, na verdade uma sugestão,
3264 porque ao mesmo tempo que o Ceas recebe também esses pedidos essas solicitações
3265 de convidados pra participar das conferências municipais a sedese também recebe lá
3266 no Subas e a gente já recebeu por exemplo eu já recebi um convite que é pra
3267 Uberaba, então assim acho que era bom a gente tentar criar, eu não sei como se
3268 junta, uma agenda compartilhada porque pode acontecer de chegar pros 2 pro CEAS e
3269 Sedese. **Consolação:** Cristiano já tá acertado com a Fabiana inclusive a gente já
3270 criou isso, já foi falado aqui na comissão organizadora a Gabi, todo mundo sabe que
3271 foi criado pela Fabiana das diretorias regionais o que está sendo encaminhado pra
3272 eles, está sendo alimentado, nós temos um sistema virtual, todos os convites se vão
3273 participar, a aí a gente ver quem que vai participar para não dar duplicidade, a gente
3274 tá alimentando junto, viu. **Paula:** Ivone, Paraopeba. **Rodrigo:** Conselheiros, vamos
3275 ser mais ágeis, porque a gente tem que tirar ainda hoje o multirão para ligação dos
3276 municípios, até agora a só tem eu e Francielly. **Sandra-CMAS Montes Claros:** Na vez
3277 passada eu cheguei a comentar, talvez seja melhor aproximar os conselheiros mais
3278 próximos, por exemplo eu sair lá do norte de minas e vim pra cá, na verdade isso
3279 vem encarecendo para os municípios, isso aí. **Rodrigo:** Olha eu vou pedir a Paula,
3280 que mande por email para os conselheiros novamente, os que estão faltando,
3281 novamente e avalie né, dá um prazo, não dá para os municípios ficar esperando, isso
3282 é muito sério eu acho que é um papel desgastante mais recompensador, e é nossa
3283 função enquanto conselho. **Paula:** As diretorias regionais, a planilha igual a
3284 Consolação falou elas mesmo estão alimentando e nós estamos vendo que, nós
3285 estamos né Sandra com uma região muito grande descoberta de conselheiros, então
3286 tem por exemplo a região de Juiz de Fora, Timóteo as diretorias regionais estão
3287 atendendo muito porque tem região que a gente não tem conselheiros próximos então
3288 tem várias regiões que muitos diretores regionais estão atendendo os municípios, nós
3289 temos várias áreas extensas sem conselheiros, mesmo longe ou mais próximo eu não
3290 tenho conselheiros. **Soyla:** Eu sugiro também que a gente chame os parceiros como

3291 Gilberto – Fronteira, chame o Gilberto para atender Fronteira, porque eu briguei com
3292 esse gestor na última reunião que teve das Urcmas ele foi grosseiro comigo, eu
3293 chamei ele de ordinário, eu não vou em Fronteira, gente o que ele tem de bonito ele
3294 tem de ordinário. **Rodrigo:** Se o CEAS não conseguir conselheiros, nós vamos acionar
3295 o CRESS, CRP existe já um banco de palestrantes também, disponibilizado através da
3296 frente mineira nós vamos acionar para suprir a demanda. Conselheiros já está
3297 acabando. Paula, caso os conselheiros não se manifestem até semana que vem,
3298 acione o CRP, CRESS e Frente Mineira. Acabou? Nós precisamos então tirar agora
3299 gente, nós já temos até agora só eu e Francielly, pra poder fazer o mutirão pra ligar
3300 para os 853 municípios, não dá até que eu gostaria mas não dá, então quem pode
3301 pegar um grupo de municípios pra ligar, pede aí 10 municípios, 50 municípios.
3302 Consolação quer falar. **Consolação:** Eu já dividir aqui, dividir, Francielly ficou com
3303 região metropolitana, Rodrigo tá com Governador Valadares, aí em pensei do grupo
3304 Arlete, João, Irajá, Ariadna e Sandra pegar Montes Claros e Salinas aí a Sandra falou
3305 que pode pegar mais quem sabe vocês pegam também Teófilo Otoni e aí a gente já
3306 distribui os municípios pra vocês, tá bom, porque vocês são em mais naquela região
3307 pra pegar, a Marleide, cadê ela está aqui? Tá, a região de Timóteo, tem condição de
3308 ligar, o Isac Diamantina, a Soyla e a Cecília Paracatu e Patos, porque são menores
3309 então pegar as 2, a Maria do Carmo e o Hugo, pensei em Juiz de Fora, Maria do
3310 Carmo já foi embora? Os 2 já foram mas eu vou mandar email pra eles, pra eles
3311 pegarem Juiz de Fora e Muriaé. **Rodrigo:** Eu acho que não passar pra eles não.
3312 **Soyla:** Consolação, eu já fechei com a Sedese várias agendas e depois eu vou estar
3313 passando pra Paula, toda a agenda que a gente fechou lá. **Consolação:** Ivone
3314 Curvelo e Aloísio Passos. Pode ser? Diamantina vai estar com Isac. **Rodrigo:** Não é
3315 melhor pegar os 853 e dividir em blocos, 50 de você. **Consolação:** Eu queria saber
3316 dos conselheiros que estão aqui presentes que pudessem pegar também, os nomes
3317 não foram mencionado se pode pegar mais algum município. Ok. Geraldo fazer
3318 contato, de repente vocês pegam outra regional. E nós vamos dar o material todo
3319 gente, não só a planilha com os municípios com o telefone, nós já estamos
3320 providenciando isso, com o resumo do processo da conferência com todas as
3321 normativas, critérios para ficar mais fácil o contato. Ok. **Rodrigo:** Eu pedi para
3322 Consolação pra fazer um sistematizado com tudo, a data, os temas, o lema,
3323 informação da regional, o que pode o que não pode, o que paga, o que não paga, é
3324 tudo todas as informações de forma bem simples pra que a medida que te pergunta
3325 responde, perguntou a informação está ali você já responde, principalmente porque
3326 tem conselheiros que entraram agora então vai difícil, e se algum conselheiro tiver
3327 dificuldade e o outro está terminando vai passando vamos comunicar com o grupo de
3328 wadsap mas o importante é ligar para os 853 municípios. Gente muito obrigado mais
3329 uma vez bom retorno pra vocês.

Nomes	Representatividade	Assinatura
Aloísio Soares de Lima Júnior	Cogemas	
Ariadna de Almeida Silva	Federação das Associações sem Fins Econômicos de Minas Gerais - FASEMIG	
Arlete Alves de Almeida	O Movimento do GRAAL do Brasil	

Antônio Hugo Bento	Conselho Municipal de Assistência Social de Juiz de Fora	
César Augusto Calinçani Pereira	Sedese	
Cecília de Araújo Carvalho	Associação Quilombola Porto Pontal	
Cristiano de Andrade	Sedese	
Damião Braz (Nome Social - Irajá)	Articulação dos Povos e Organizações Indígenas	
Francielly Ferreira Caetano	FMT SUAS BH	
Geraldo Amarildo da Silva	SEF	
Helder Augusto Diniz Silva	Conselho Municipal de Assistência Social de Pedro Leopoldo	
Isac dos Santos Lopes	Federação das Comunidades Quilombolas de MG	
Ivone Pereira Costa Silva	Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social do Estado de Minas Gerais - COGEMAS	
Janaína Reis do Nascimento	SEDESE	
João Alves Crisóstomo	Conselho Municipal de Assistência Social de Pirapora	
Luanda do Carmo Queiroga	Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS MG	
Márcio José Ferreira	ADEFIB	
Marleide Marques Castro	CRP	
Maria do Carmo Brandão Vargas Vilas	Conselho Municipal de Assistência Social de Leopoldina	
Marta Maria Castro Vieira da Silva	SEDESE	
Patrícia Carvalho Gomes	CMAS Nova Lima	
Rodrigo Silveira e Souza	Conselho Regional de Serviço Social - CRESS	
Rosália Aparecida Martins Diniz	SEE	
Sandra de Fátima Veloso Costa	Conselho Municipal de Assistência Social de Montes Claros	
Soyla Rachel dos Santos Pereira	Conselho Municipal de Assistência Social de Paracatu	